



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 58

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 22 de Abril de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila (substituído durante a sessão pelo Deputado José Lima) e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados e lida a correspondência, passou-se ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político**, tendo proferido declarações políticas os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*) e Zuraída Soares (*BE*), na sequência das quais usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*) e Jorge Costa Pereira (*PSD*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

No período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante** proferiram intervenções os Srs. Deputados João Costa (*PSD*) e Pedro Medina (*CDS/PP*), na sequência das quais usaram da palavra os Srs. Deputados José Ávila

(*PS*) e Vera Bettencourt (*PS*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação do Projecto de Resolução n.º 13/2010 – “Roteiros Culturais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação do Projecto pelo Sr. Deputado Alexandre Pascoal (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

2. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010 – “Revogação do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2010/A, de 24 de Março”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

No debate do diploma, apresentado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*) e Cláudia Cardoso (*PS*).

O Pedido de Urgência foi rejeitado por maioria.

Apresentaram declarações de voto os Srs. Deputados Zuraída Soares (*BE*), Cláudia Cardoso (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

3. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2010 – “Segunda Alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2003/A, de 9 de Junho”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

No debate do Projecto, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*), usaram da palavra as Sras. Deputadas Graça Teixeira (*PS*), Zuraída Soares (*BE*) e Cláudia Cardoso (*PS*) e os Srs. Deputados Rui Ramos (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Apresentado pelo proponente um requerimento de baixa à Comissão do diploma, foi esse requerimento aprovado por unanimidade.

4. Projecto de Resolução n.º 11/2010 – “Alargamento do mecanismo de protecção social do FUNDOPESCA para compensar os pescadores não abrangidos”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No debate do Projecto, apresentado pelo Sr. Deputado João Costa (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Lima (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), Mário Moniz (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*), e ainda o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

O Projecto de Resolução foi rejeitado por maioria.

5. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/2010 – “Introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da Administração Regional, Administração Local, serviços e entidades dependentes, independentemente da sua natureza”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

No debate do Projecto, apresentado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Hernâni Jorge (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Helder Silva (*PS*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O Projecto de Resolução foi aprovado por maioria.

6. Pedido de autorização para inquirição, na qualidade de testemunha de defesa, do Deputado José de Sousa Rego, apresentado pela Inspeção Regional de Educação, no âmbito de processo disciplinar.

O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

7. Proposta de Deliberação que Declara Findo o Período Legislativo de Abril.

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 17 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia. Agradecia que ocupassem os vossos lugares, vamos proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva
Alzira Maria de Serpa e **Silva**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Helder Guerreiro Marques da **Silva**
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José de Sousa **Rego**
Lizuarte Manuel **Machado**
Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**
Rogério Paulo Nogueira e **Sousa**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria Silva **Gonçalves**
António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Carla Patricia Carvalho Bretão Martins

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência.

Secretário (*José Ávila*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Projecto de Resolução – Roteiros Culturais.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Do Grupo Parlamentar do PSD, Projecto de Resolução cujo objecto é – “Serviço Público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores”.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho.

Secretário (*José Ávila*): Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia, relatório e parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, que estabeleceu o regime jurídico do exercício da actividade pecuária”.

Presidente: Terminámos a leitura da correspondência. Não havendo votos, vamos passar para as declarações políticas.

Para uma declaração política, dou a palavra ao Sr. Deputado Helder Silva.

Deputado Helder Silva (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS/Açores realizou, no último fim-de-semana, o seu XIV Congresso Regional, que culminou um processo iniciado com as eleições directas para a liderança do partido, que decorreram no final de Janeiro.

Em todos os partidos, estes momentos partidários são fundamentais para refrescar projectos e objectivos e para sentir o pulso ao próprio partido, ao mesmo tempo que permitem aos militantes, olhos nos olhos, expressarem as suas opiniões sobre a vida partidária.

Faço questão de saudar, com gosto, o PCP/Açores, na pessoa do seu coordenador regional, Aníbal Pires, pelo Congresso que também realizou no mesmo fim-de-semana.

Aproveito, ainda, para reafirmar a nossa disponibilidade para a cooperação não só com o PCP/Açores, mas também com as restantes forças partidárias e organizações representativas da sociedade açoriana, em todas as suas vertentes.

Esta não é uma mera manifestação de intenções. É, sim, uma sequência lógica do Congresso do PS/Açores, que reforçou o nosso espírito de cooperação e diálogo com todos os que, de forma sincera, se batem pela defesa dos Açores.

E foram os Açores que estiveram em debate neste fim-de-semana. É este que deve ser o objectivo e a meta de um partido que suporta o Governo.

Estou certo de que muitos esperavam que o Congresso do PS/Açores fosse um momento de mero regozijo da governação e de crítica fácil à falta de soluções e de projecto político de alguma oposição. Em boa verdade, podia mesmo ter sido. Por duas razões óbvias: a primeira, porque estão à vista os muitos méritos da governação socialista; e a segunda, porque ansiamos por uma oposição mais pró-activa e mais proponente.

Mas esta não foi a nossa opção. Optámos, sim, por discutir os Açores e qual o papel que o Partido Socialista deve desempenhar no processo de desenvolvimento e progresso que queremos continuar a liderar em cada uma das nossas ilhas.

Não tivemos medo e saímos da nossa zona de conforto. Foram admitidos erros, identificados percursos menos conseguidos e reconhecidas falhas num debate interno sincero que nos encheu a alma, que nos motivou para os próximos tempos e que nos orientou estratégica e politicamente.

Mas neste Congresso sentiu-se à flor da pele um sentimento comum, patente desde o militante de base ao mais influente dirigente regional: Orgulho. Não só no movimento de congregação social e política em que o PS/Açores se transformou na última década e meia, mas também na dinâmica e transformação que esta coligação de açorianos incutiu na sua terra.

E temos gosto de pensar assim, porque, para o PS/Açores, o partido não é o fim. É o meio. É o instrumento para trazer bem-estar e desenvolvimento aos açorianos, mesmo que outros teimem em não o aceitar.

São sempre os mesmos, é verdade. Ao teimarem em não constatar a evolução dos Açores e julgando que estão a atacar o Governo e o PS/Açores estão sim, afinal, a denegrir o trabalho das centenas de empresas, de milhares de açorianos e de outras centenas de organizações da sociedade civil, por uma razão muito simples:

Porque foram estes açorianos os primeiros responsáveis por a economia dos Açores ter tido, em 2008, um crescimento três vezes superior ao da União Europeia, com uma taxa de crescimento real do PIB *per capita* de 2,8 por cento, contra a comunitária de 0,8. Porque foram estes açorianos que, com as condições criadas pelo Governo Regional, imprimiram à economia açoriana um ritmo de crescimento sempre superior à do país, ao longo dos últimos oito anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou convicto de que o XIV Congresso Regional assegurou um novo ímpeto reformista ao PS/Açores, que se traduzirá em medidas concretas e eficazes para continuar o trabalho de resposta aos efeitos desta crise internacional, ao mesmo tempo que prosseguem as tarefas mais estruturais de desenvolvimento.

São estes os novos desafios a que o PS e o Governo querem responder, quando se propõe a criação de um Fundo de Apoio ao Investimento Privado ou a aprovação, muito em breve, de uma nova linha de apoio financeiro às empresas credoras das autarquias. Estamos atentos a estes novos desafios, que também serão vencidos com um crescimento do investimento de 50 por cento em relação ao nível médio do investimento na legislatura anterior.

É este o ímpeto reformista que mobiliza o Governo dos Açores nas soluções e políticas que vão permitir garantir, a curto prazo, que, nas ligações aéreas entre os Açores e o Continente, os passageiros passem a poder contar com tarifas abaixo dos 100 euros.

É esta nossa capacidade de pensar os Açores que levou à elaboração do Plano Estratégico para a Coesão, que vai incluir ainda e de forma pontual benefícios para o Pico e também para a Ilha do Faial.

É também esta nossa vocação social e humanista que nos impele a reforçar a atenção para com os mais desprotegidos da nossa sociedade e a dotar os Açores de um bom Plano Regional de Saúde, para servir melhor e mais rápido todos os açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estes são alguns desafios que temos de enfrentar nos próximos tempos. É nestas questões que o PS/Açores focará a sua atenção.

Mas não viramos a cara à luta. Aliás, nós gostamos de ir à luta, quando em causa estão os Açores.

É com este espírito que iremos dar o nosso contributo num eventual processo de revisão constitucional, que o PSD pretende despoletar, motivado embora por um ímpeto neoliberal para a Saúde e Educação, áreas cuja dimensão social faz parte do património do Partido Socialista.

Esta não é a nossa prioridade, que está, sim, centrada em fazer voltar a crescer a economia, em criar mais emprego sustentado e em proteger quem mais precisa nestes momentos mais difíceis.

Mas a nossa posição é clara e coerente. Outros partidos é que precisam de se definir de uma vez por todas, para não correremos o risco, novamente, de termos vozes discordantes e falta de capacidade de influência, que apenas abrem brechas para os pontas-de-lança do bafiento centralismo.

O PS/Açores tem a vida facilitada. Num processo de revisão da Constituição da República Portuguesa, não precisa de ser nem mais, nem menos, autonomista do que foi aquando da discussão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: O PS/Açores tem a vida facilitada, também, por outra razão: porque não precisa de convencer o seu líder nacional das vantagens de avançarmos para uma Autonomia mais segura. Esta é uma garantia com que os Açores podem contar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estão, assim, bem definidas as nossas prioridades, preocupações e respostas para os próximos tempos. Com estas premissas muito bem determinadas, estão criadas as condições para um novo ciclo da governação socialista nos Açores.

Num período recente especialmente difícil, o PS/Açores venceu eleições regionais, nacionais e locais, desmentindo, nas urnas e com a cumplicidade dos açorianos, quem cegamente o acusava de estar em fim de ciclo.

A estes respondemos que temos muito gosto e orgulho em ter fechado este ciclo e de, agora, estarmos prontos e motivados para continuar a trabalhar para uma nova

etapa de progresso e desenvolvimento para os Açores. Uma nova etapa que catapulte os Açores para o patamar da excelência que queremos ter no século XXI. Neste Congresso, respondemos a duas perguntas: o que nos move e o que nos motiva para o dia seguinte. No final, a resposta foi clara: os Açores. Os Açores, sempre.

Disse.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero agradecer ao Deputado Helder Silva a referência que fez e os cumprimentos que me endereçou e, por minha via, ao Partido Comunista Português no Açores, à sua organização e a todos os seus militantes. Quero retribuir esses cumprimentos pela realização do Congresso do PS/Açores e solicitar a V. Exa. que transmita esses cumprimentos ao Presidente do PS.

Venho reafirmar a disponibilidade do PCP/Açores para dar o contributo no sentido do desenvolvimento dos Açores, do aperfeiçoamento e aprofundamento da Autonomia e, sobretudo, para que o desenvolvimento nas nossas ilhas possa ser construído de uma forma harmoniosa e equilibrada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero felicitar o Partido Socialista pelo congresso que realizou, mas não lhe posso desejar as maiores felicidades, como é óbvio.

Eu acho que ao que nós assistimos aqui foi a mais um momento surrealista, ou seja, o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, num momento

em que o país, basta ler os jornais, está à beira da bancarrota devido às políticas do Partido Socialista – que, inevitavelmente irá arrastar a região para uma situação tremendamente difícil, porque, como sabem, esta crise económica demonstrou que os Açores não são estanques, nem à economia internacional, nem, muito menos, à economia nacional e, portanto, nesse sentido, obviamente que vivemos um momento de verdadeiro cataclismo; é esta a situação real e o Sr. Deputado Helder Silva –, parece a orquestra do Titanic, continua a tocar uma música quando tudo se afunda e vem aqui fazer um discurso que é uma autêntica alucinação. O seu discurso é uma alucinação, porque vem aqui falar de algo que não existe.

Nós estamos com um problema tremendo, as famílias estão com dificuldades económicas. Teve o senhor alguma palavra para essas famílias? Não teve! Encorajou essas famílias? Teve alguma palavra de encorajamento para essas famílias? Veio aqui transmitir alguma directriz política, veio transmitir alguma estratégia? Não! Veio aqui fazer um exercício laudatório completamente gratuito e surrealista, tendo em conta as circunstâncias em que vivemos.

O que lhe posso dizer mais? A renovação, qual renovação? O Presidente do vosso partido é o mesmo desde 94. Isto é a renovação? Qual renovação? Apela a que tem de se realizar a renovação e que é necessário renovar o partido, mas esses que apela à renovação são os que se mantêm exactamente nos lugares da liderança. Portanto, renovação, eu não vejo nenhuma. Nem os açorianos, olhando para o partido, em relação à cúpula do partido e a quem detém o poder no Partido Socialista, não podem, de facto, observar nenhuma renovação, porque ela não existiu.

Deputado Francisco César (PS): Pelo menos não foi nomeado!

O Orador: Depois dizem que foi um debate muito aberto e democrático. Viu-se, não há oposição interna, não há quem apresente moções com posições diferentes. O Partido Socialista é um partido com uma voz única...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não esteve no congresso?

Vozes de deputados da bancada do PS: Esteve, mas não aprendeu nada!

O Orador: Oçam! Oçam o que tenho para vos dizer!

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: O Partido Socialista é um partido com uma voz única, um comando único e que não tem diversidade de opiniões, porque não são permitidas no interior do vosso partido. É isto o que vos quero dizer. A vossa democracia interna está mal e não se recomenda. Portanto, não há, de facto, muito mais a dizer em relação à situação política, quer do país, quer da região, e ao vosso óbvio deficit democrático.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Pelo menos fomos eleitos, enquanto o senhor foi nomeado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(* Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero aproveitar a oportunidade para, em nome do Bloco de Esquerda, felicitar o Partido Socialista pelo seu congresso, na pessoa do seu líder parlamentar, e dizer-lhe que o Bloco de Esquerda e eu, pessoalmente, desejamos ao Partido Socialista as maiores felicidades no seu trabalho em prol da região, com o reforço de lucidez, de coragem e de exigência na construção de uns Açores cada vez mais autónomos, mais desenvolvidos e mais capazes de dar a cada um de nós e a cada uma de nós o bem-estar e, no fundo, as oportunidades que todos nós queremos. O Partido Socialista merece essa felicitação, como qualquer outro partido nesta casa, porque, independentemente das nossas diferenças ideológicas e de programa, todos queremos a mesma coisa e todos trabalhamos para a mesma coisa.

Registei com agrado algumas das palavras do Sr. Deputado Helder Silva, no sentido de dar conta de algumas das conclusões e das sínteses feitas no vosso congresso, nomeadamente a aposta num reforço na cooperação e no diálogo com todos os partidos, no chamamento a uma oposição mais pró-activa e mais proponente. Aqui tenho de lhe dizer, Sr. Deputado, que isto funciona nos dois sentidos. Para, na realidade, haver uma oposição mais pró-activa e mais proponente, também tem de haver, do lado do Partido Socialista, mais humildade e receptividade às propostas e à pró-actividade da oposição, porque senão isto não funciona.

Também registei com agrado o início daquilo a que se chamou, ou a que deram o nome no congresso, aliás na própria moção apresentada, um novo ciclo de políticas para os Açores. Nós consideramos que é do que os Açores precisam, um novo ciclo de políticas, e ficamos na expectativa de poder contribuir para a concretização dessas novas políticas e para o seu aparecimento. Portanto, parabéns. Já agora, queria aproveitar a oportunidade, porque não seria justo não o fazer, para endereçar ao Partido Comunista as mesmas felicitações pelo seu Congresso Regional, na pessoa do seu líder parlamentar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Helder Silva, Líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aproveito naturalmente para, na sua pessoa, felicitar o seu partido pelo congresso.

É voz pública que terá corrido muito bem, pelo menos externamente. Desejo, com certeza, que o Partido Socialista e o Governo se empenhem e dêem o seu melhor na resolução dos problemas dos açorianos. É esse o seu dever, é essa a sua obrigação e é isso que, naturalmente, quem elegeu o Partido Socialista para governar espera. Nesse sentido, obviamente, desejo que tenham as maiores felicidades, que governem com o espírito de servir os açorianos, e que seja esse o espírito que vos oriente na vossa missão e no vosso governo.

De resto, Sr. Deputado Helder Silva, Sr. Líder Parlamentar, o senhor sabe que o CDS/PP tem sido pró-activo nesta casa há uns anos, que tem feito propostas a favor dos açorianos e que tem contado com o apoio do Partido Socialista para as fazer aprovar. Isso não nos minoriza em nada e engrandece também o Partido Socialista, quando aprova boas propostas da oposição.

Portanto, da nossa parte procuramos sempre fazer uma oposição construtiva, uma oposição a favor dos açorianos e, como eu já disse várias vezes, sempre que tivermos de nos entender com o Governo e sempre que essas medidas sejam para beneficiar os açorianos, nós cá estamos, disponíveis para nos entendermos.

Esperamos que da vossa parte o espírito continue, sempre que seja necessário aprovar boas medidas, venham elas de quem vierem.

Permitam-me só uma breve referência ao vosso congresso e a dois ou três assuntos abordados pelo Presidente do Partido Socialista, Carlos César.

O Presidente do Partido Socialista abordou a questão das passagens aéreas. Fico muito satisfeito com isso, porque é uma luta, tem sido uma reivindicação constante do CDS/PP, de que também já demos provas aqui nesta casa. Fizemos propostas úteis, que foram aprovadas nesta casa e que contribuíram para a diminuição nos transportes aéreos dos Açores, nomeadamente com as tarifas promocionais. Só esperamos que esta promessa se cumpra e, naturalmente, com o nosso apoio.

Outra questão de que o Presidente do Partido Socialista falou foi a questão da saúde e pôs o dedo na ferida – eu não estou careca, porque ainda tenho o meu cabelo todo, mas estou de cabelos brancos de o denunciar –: o desperdício no Serviço Regional de Saúde. Carlos César é particularmente incisivo nessa matéria, quando diz no seu congresso que é preciso controlar as despesas do sector da saúde, reforçando o combate ao desperdício, com vista a que continue viável o serviço regional de saúde gratuito. Concordo plenamente com isto, só não vejo ainda, na prática, o controlo do desperdício na saúde, que continua a existir, e ao desperdício junta-se a desumanização. A desumanização também é muito responsável pelo desperdício, como eu ontem aqui bem chamei à atenção.

Outro assunto, como bem se lembram todos nesta casa e que o Presidente do Partido Socialista também referiu, são as senhoras assistentes sociais. Quando eu aqui, no mês passado, disse que essas senhoras precisavam de ir trabalhar para o terreno, isso provocou algum burburinho entre alguns Srs. Deputados mais fundamentalistas do Partido Socialista. Pois fico muito satisfeito que o Presidente do Partido Socialista venha também pôr o dedo na ferida nessa matéria e dizer que as senhoras assistentes sociais, em vez de *workshops* e congressos, precisam de ir trabalhar junto das famílias, ver quem está no rendimento mínimo, ver quem precisa ou não precisa e avaliar a sua condição socioeconómica, é esse o seu trabalho. Espero que isso também se cumpra.

Já agora, anuncio nesta casa que o CDS/PP tem um projecto de alteração à lei do rendimento mínimo, onde prevê o trabalho de quem está no rendimento mínimo, obviamente para quem pode trabalhar, e onde se prevê que o rendimento mínimo não seja dado *ad eternum*, seja por doze meses e, depois, seja reavaliada a condição socioeconómica da família para ver se pode, ou não; se precisa, ou não; se saiu ou não; e mais um conjunto de regras, que eu agora me vou abster de dizer aqui. Estamos atentos a essa matéria e foi sempre essa a nossa política, foi sempre essa a nossa denúncia. Outros terão vindo atrás de nós. São bem-vindos, sempre, os que adoptam as nossas boas ideias.

Termino, Sr. Deputado, deixando uma pergunta ao nível das passagens aéreas. Foi aprovada nesta casa a tarifa promocional para estudante, no último Plano e Orçamento, que ainda não está em vigor. Gostaria que o Sr. Secretário da Presidência e o Sr. Líder Parlamentar do PS indagassem junto do Sr. Presidente da SATA por que não está esta tarifa ainda em vigor. Porque é incompreensível que a tarifa promocional de estudante, que tanta ajudar vai dar às famílias nesta altura, a SATA ainda não a tenha posto em vigor. Fica a pergunta, para quando quiserem dar uma resposta.

Para terminar, Sr. Presidente – já o devia ter feito e não o fiz ontem, quando fiz aqui as minhas intervenções –, quero desejar também, naturalmente, ao PCP e ao seu líder regional as maiores felicidades e a maior pertinência no combate político por todos, pese embora as diferentes ideologias – e ainda bem que existem – e as diferentes perspectivas de ver e encarar a política e as instituições. Desejo-lhe, com certeza, as maiores felicidades na condução dos destinos do seu partido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, enquanto Partido Socialista no Governo, ou enquanto Membro do Governo do Partido Socialista, quero associar o Governo do Partido Socialista à declaração política que aqui foi feita e salientar a forma prática e concreta como o congresso do PS teve influência também no ímpeto de governação do Partido

Socialista, porque, como dizia o Presidente Obama, e nós sentimos isso, nós somos aqueles por quem esperávamos.

É esse o segredo do Partido Socialista dos Açores: nós somos sempre aqueles por quem esperávamos, porque nós somos capazes de ser líderes das mudanças que é preciso fazer. Nós temos sido capazes de fazer autocrítica, mas também temos sido capazes de nos vangloriarmos por aquilo que é bem feito e por continuarmos a fazê-lo com ímpeto e empenho. Temos sido capazes de actuar com capacidade e vontade de resolução dos problemas dos açorianos, mas também temos sido capazes de nos melhorarmos e procurarmos definir e detectar o que falta fazer e o que é preciso fazer melhor.

É claro que deixamos a parte da política feita em torno do denegrir, do destruir, do arengar, para aqueles que têm mais vocação e para aqueles que têm cumprido essa vocação nos últimos doze ou treze anos com muita capacidade. Essa não é a nossa “praia”, não é aí que nos sentimos bem. Sentimo-nos bem a governar os Açores, no sentido da construção, no sentido do serviço aos açorianos e no sentido de fazer o melhor que sabemos pelo futuro da nossa terra.

É claro que, neste processo, contamos e temos contado com todos aqueles que, independentemente do partido, independentemente do ideário, estão de boa fé, estão com vontade de dar contributos positivos, dispostos a contribuir para este espírito de dinamismo na governação e de resolução dos problemas dos Açores. Assim continuará a ser, porque, infelizmente, também percebemos que o que se passa do lado daqueles que sempre optaram por fazer oposição pela oposição é a manutenção do estado de coisas e continuará a ser esse, infelizmente, o nosso relacionamento.

Quero só dizer também que os exemplos que o Sr. Deputado Artur Lima deu na sua intervenção são, do nosso ponto de vista, exemplos perfeitos daquilo que eu pretendi dizer, de que nós somos capazes de detectar aquilo que ainda não fizemos ou que não fizemos bem feito e capazes de o corrigir quando o momento certo chega. Foi isso que também foi dito neste congresso e será feito ao nível dos transportes aéreos, ao nível de certas áreas de política social e a outros níveis, e daí

também o mérito e a consequência prática deste congresso na governação dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero, naturalmente, felicitar o Partido Socialista pela realização do seu congresso.

Congressos são sempre momentos importantes, momentos fundamentais na vida dos partidos e, naturalmente, é nos partidos que se afirma a democracia. Por isso, qualquer congresso é importante para a democracia em geral. Devo dizer, de qualquer forma – e isto numa apreciação que partilho com muitos, muitos mesmo, inclusivamente com muito socialistas –, que me pareceu ser um congresso com pouca chama, um congresso acinzentado, um congresso com pouca garra, sem cor, contrastando, aliás, com aquele que realizou o PCP no fim da semana passada.

Aproveito este momento para felicitar o Sr. Deputado Aníbal Pires pela realização do congresso do PCP e felicitá-lo a si, em particular, pela sua recondução no cargo de coordenador do PCP. Apresento-lhe as mesmas felicitações. Já não arrisco apresentar as mesmas felicitações pessoais ao Partido Socialista, porque, talvez por desconhecimento da minha parte, falta de oportunidade ou falta de tempo para verificar as alterações que tinham surgido, correria aqui um enorme risco, já que não sei exactamente quem foi varrido pela onda do novo ciclo ou quem, eventualmente, sucumbiu a qualquer falta de cafeína. Por isso, não arrisco, muito sinceramente, a endereçar-lhe nenhuma felicitação em particular.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Só lhe fica mal, Sr. Deputado!

O Orador: Apresentei as felicitações ao Partido Socialista pela realização do seu congresso, mas felicitações individuais não as posso fazer.

De qualquer forma, o que é que nós temos, designadamente como grande lema apresentado e profusamente divulgado pelas estradas da região? Um novo ciclo que eu, muito sinceramente, acho que é o PSD ter tido razão antes do tempo. É a constatação, efectivamente, de que houve um ciclo que chegou ao fim e daí a

necessidade de um novo ciclo. Só que o novo ciclo realmente não são apenas palavras, não são só grandes intenções. É preciso atitude, é preciso pessoas e, sinceramente, não o vimos. Naturalmente, aguardamos com interesse e com atenção que a vontade desse novo ciclo se comece a configurar em termos práticos. Até ao momento, o que vimos foi exactamente o mesmo que víamos no passado. Há efectivamente novas propostas. Algumas delas, por exemplo a questão das listas de espera, são algo que ao longo dos anos sucessivamente o PSD tem apresentado nas propostas de alteração que faz aos planos e orçamentos. Vimos a questão da redução do preço das passagens, onde é que eu já ouvi isto? A quem é que eu já ouvi isto? Vimos tudo isso. São propostas novas, com certeza...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado António Marinho está no uso da palavra.

O Orador: ...são efectivamente propostas já há muito conhecidas, mas não propriamente da autoria do Partido Socialista. Portanto, recuperam outras, como aliás é timbre apresentarem uns meses ou um ano depois algo que chumbaram uns meses ou um ano antes.

Foi também um congresso em que houve um ataque cerrado às IPSS, inclusivamente aos funcionários das IPSS, que apenas fazem aquilo que lhes mandam.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Olhe que não!

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor não ouviu bem, Sr. Deputado!

O Orador: Está para se saber qual o motivo desse ataque.

E, acima de tudo, constatámos que foi um congresso com metade do tempo a falar do PSD.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado Helder Silva, que lições de Autonomia como aquelas que tentou dar ali, há bocado, não as recebemos de ninguém e muito menos as recebemos de quem, no momento da aprovação dos símbolos regionais, optou por

sair da sala. Repito: e muito menos as recebemos de quem, no momento da aprovação dos símbolos regionais, em vez de ficar aqui, optou por sair da sala, ou de quem promoveu a retirada da expressão “povo açoriano” do actual Estatuto Político-Administrativo.

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Foi novamente o congresso dos malabarismos, foi novamente o congresso dos cenários rosa, os habituais.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Esses, devo dizer-vos, os açorianos já os conhecem e sabem bem que não é com malabarismos e não é por se dizer, como há bocado acabou de ser dito, tentando contrariar que a região, ainda sem crise, estava em divergência com a própria União Europeia, baixando sucessivamente ao longo dos anos, de 69% da média europeia em 2006, para 68% em 2007 e para 67% em 2008.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford)*: Não é verdade, foram 10 pontos percentuais de convergência!

O Orador: Eu não tenho culpa que o senhor não saiba ler as estatísticas. Peço-lhe muita desculpa, mas estão lá, clarinhas.

A divergência ao longo dos anos, o facto de em 2008 se manter ao mesmo nível de 2003 a estagnação, e a existência de 8.500 desempregados, estes números são estatísticos, é verdade, mas, acima de tudo, são números sentidos pelas pessoas. Por isso, muito sinceramente, os açorianos conhecem-no bem e disso estão perfeitamente, neste momento, desenganados, por mais cenários rosa que os senhores tentem vender.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Enfim, foi mais um congresso do PS...

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford)*: Um grande congresso!

O Orador: Sr. Secretário, está tão excitado por quê? A verdade dói!

Tentando terminar, Sr. Presidente, foi mais um congresso do Partido Socialista, mais um, e foi manifestamente um congresso de fim de ciclo. Foi manifestamente um congresso virado para o partido e para os seus próprios problemas, mas manifestamente de costas voltadas para os açorianos, para as pessoas e para as suas dificuldades.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Para encerrar este debate, tem a palavra o declarante, Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência desta declaração política do Partido Socialista quero, em primeiro lugar, realçar dois conjuntos bem distintos de intervenções a que aqui pudemos assistir: um, vindo de dois partidos à nossa esquerda e de um à nossa direita, que mostram boa fé, que mostram vontade de dar contributos para o desenvolvimento dos Açores, que mostram vontade de colaborar com o Governo, com este Grupo Parlamentar e com os açorianos, face às responsabilidades que o Partido Socialista tem na nossa região. Vimos, por outro lado, do outro lado uma coligação PSD/PPM, uma coligação ressabiada, uma coligação mal encarada, uma coligação, pelo contrário, sem vontade de colaborar com os Açores e sem vontade de colaborar com os desenvolvimento que estamos a promover nas nossas ilhas.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Isto não é novo. Temos diferenças, todos nós. Algumas são diferenças que não nos permitem estabelecer plataformas de entendimento ao nível de algumas das propostas que são apresentadas pelos diversos partidos da oposição. Entendemo-lo, são diferenças ideológicas, por vezes profundas, que não nos permitem estabelecer esses patamares de colaboração. Mas eu atrevia-me a dizer que talvez não

tenhamos exemplo, na história da nossa região e do nosso Parlamento, de um período em que tenha existido um tão bom nível de entendimento e cooperação com a oposição, naquilo que são propostas válidas para o desenvolvimento e propostas razoáveis, na perspectiva, também, daquilo que é a distribuição e a alocação dos investimentos que fazemos na aposta de desenvolvimento dos Açores. Este é o meu primeiro registo.

Foram aqui destacados vários aspectos daquele que é o projecto que o Partido Socialista, na sequência e no decorrer deste 14.º congresso, apresentou aos açorianos.

Foram feitas aqui referências, de forma diversa, por diversos partidos e eu destaco especialmente algumas das referências que foram feitas pelo Sr. Deputado Artur Lima, em representação do CDS/PP, relativamente às passagens aéreas, à saúde, à assistência social e também ao RSI. Algumas dessas propostas e questões foram também pegadas, mas também aí nós assistimos a uma diferença de postura na forma como pegam nos assuntos: uns pretendendo melhorá-las, pretendendo dizer que é preciso fazer mais um pouco, temos dúvidas sobre como é que se pode concretizar este desiderato; outros ainda não as viram, só as ouviram e já dizem mal dessas propostas, já dizem que eles já as tinham proposto antes. Nós sabemos todos que eles já propuseram tudo na nossa região. Eles já propuseram absolutamente tudo o que havia para propor na nossa região, mas a verdade é que existem diferenças grandes entre aquelas que são algumas das proposituras do PSD e aquela que é a nossa vontade de construir e, nalguns casos, de reconstruir os Açores.

Eu pego, por exemplo, na questão das tarifas aéreas, aqui falada pelo Sr. Deputado Artur Lima e também pelo Sr. Deputado António Marinho. Enquanto nós estamos a procurar, como aliás temos feito sempre, desde que o PSD deixou de ser governo na nossa região; enquanto nós trabalhamos progressivamente para reduzir as tarifas aéreas, mantendo aquilo que é uma questão essencial para nós, o reforço da nossa companhia bandeira, a SATA; enquanto o nosso projecto vem trazendo benefícios crescentes para os açorianos, para o nosso desenvolvimento, para a capacidade e mobilidade de nós todos e daqueles que nos querem visitar; enquanto o nosso

projecto está assente numa empresa SATA consolidada; aquilo que nós vemos da parte do maior partido da oposição, o PSD, é um “bota abaixo” à SATA, é um querer destruir a SATA, é um querer trazer outros concorrentes para aqui, como se nós acreditássemos que eles pudessem algum dia prestar um melhor serviço para os Açores e para os açorianos!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Renovação! Os senhores não acreditam na renovação? Srs. Deputados, olhem para esta bancada! Isto é o que o Partido Socialista vem fazendo há anos, vem-se renovando sempre. Srs. Deputados, olhem para este Governo! É isto que o Partido Socialista vem fazendo sempre: renovando o Governo!

(Risos das bancadas da oposição)

Não riam, Sr. Deputados!

Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados do Partido Socialista, Sr. Deputados da oposição: olhem para aquela bancada! São sempre os mesmos, há tantos anos!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Palavras para quê? É esta a nossa contínua capacidade de renovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Passamos agora a uma declaração política do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(O Secretário da Mesa, Deputado José Ávila, foi substituído pelo Deputado José Lima)

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a política de privatizações anunciada pelo Governo da República, do Partido Socialista, muito se tem dito e escrito e o que ressalta, de forma cada vez mais clara, é que se trata de um grande disparate, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista do desenvolvimento estratégico sustentado do nosso país.

Este maná socialista aos ricos faz jus ao *slogan*: “Nas crises há sempre grandes oportunidades de negócio” e o silêncio cúmplice da direita e do grande capital sobre esta vertente do famigerado PEC diz bem o que é esta grande oportunidade. Mas se para a história ficará o PS como o cangalheiro do nosso bem público, não pode o Governo Regional continuar, como até aqui, mudo e quedo sobre as repercussões directas desta política desastrosa nos Açores.

Ora, os transportes aéreos representam para a nossa região um dos seus pulmões fundamentais, na medida em que são decisivos para a vida e para o desenvolvimento dos Açores. Esta é uma verdade insofismável. É, pois, com grande apreensão que a bancada do Bloco de Esquerda estranha o silêncio do Governo Regional sobre as repercussões da privatização da ANA na região.

Actualmente, esta empresa pública tem, por concessão, reassumido há dias, para além dos aeroportos no continente, os aeroportos de S. Miguel, Faial, Santa Maria e Flores. É do conhecimento geral que as instalações aeroportuárias nos Açores, *per se* e no seu conjunto, são de gestão deficitária. O seu enquadramento no universo da ANA, empresa pública de boa rentabilidade, permitia uma solidariedade que nem onerava os cofres públicos, nem os bolsos dos cidadãos de forma ainda mais gravosa.

Só este facto deveria ser suficiente para merecer, agora que se anuncia a privatização da ANA, que o Governo Regional, através desta Assembleia, desse conta a todos os açorianos e açorianas das suas intenções nesta matéria, ou da sua estratégia para a defesa dos interesses da região. Mas não, para o Governo Regional é mais um tabu, nada tem a dizer nem a prestar explicações. A Assembleia Legislativa dos Açores e os açorianos têm é de confiar, pois o Governo

tudo sabe, zela por nós e a democracia e a transparência virão depois, mas a verdade é que sobre os Açores pesam nuvens carregadas.

Seja qual for o consórcio vencedor da privatização, a divisa por que alinhará as suas estratégias é de conseguir os maiores dividendos para os seus accionistas; logo, a lógica será não gastar dinheiro onde perde dinheiro. Juntando a isto os contratos miseráveis para o erário público, como por exemplo o negócio dos contentores no Porto de Lisboa ou a concessão ruínosa para o Estado do negócio com a Lusoponte, nada de bom se augura para o futuro dos aeroportos na nossa região. Se alhearmos a tudo isto o facto de o contrato de concessão obrigar à construção do novo aeroporto de Lisboa, obra que por si só absorve enormíssimos recursos financeiros, mais fundadas razões têm os açorianos para estarem preocupados, mas para o Governo Regional nada se passa, tudo está bem.

O estudo encomendado pela ANA sobre as repercussões da privatização da empresa no que respeita aos açorianos e açorianas, executado pela Boston Consulting Group e dado a conhecer em Julho de 2009, apontava para o seguinte: um aumento de 260% nos preços a cobrar a cada passageiro, caso fossem privatizados os quatro aeroportos da região. Mas, sobre esta ameaça, o Governo Regional não se pronuncia, antes prefere enveredar por um jogo de sombras e sofismas quando responde, em Outubro de 2009, a requerimento desta bancada sobre o prometido aumento da pista da Horta: “Quanto a essa obra, está prevista a sua inclusão no caderno de encargos da privatização da ANA”. Mas onde está isto escrito? Qual o documento que suporta esta afirmação?

Ainda mais elucidativo é o facto de, à mesma pergunta, feita pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, em Janeiro deste ano, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações responder: “Todos os aeródromos da ANA reúnem, pelo menos, as condições operacionais exigidas internacionalmente para a natureza de tráfego que os demandam”. Não caberá ao Governo Regional, quando desmentido desta forma, alguma posição e justificação perante esta câmara?

En passant, o Presidente do Governo Regional assumiu como possível a regionalização das quatro infra-estruturas. Pode ser uma saída, mas perguntamos

nós: com que contrapartidas? Ou será que o Governo Regional vai sacrificar os nossos poucos recursos, cortando nos apoios sociais, na educação e na saúde, já de si tão deficitários, para engordar o capital financeiro que se abotoa com mais uma parceria público/privada ruinosa para o povo português no seu conjunto?

Sras. e Srs. Deputados. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está na hora de este assunto, de vital importância para a nossa região, não ser tratado como um assunto secreto, pois o desenvolvimento dos Açores e das suas populações em muito depende destas importantes infra-estruturas. Todos conhecemos a obsessão ideológica deste Governo em poder transformar os Açores num campo de treino para aviões de guerra, ao invés de pegar no embrião que é Santa Maria, que aliás parece votar ao desprezo e, no mínimo, estudar as potencialidades actuais e futuras dos Açores como uma plataforma, aqui sim, uma plataforma logística aeronáutica. Afinal, o papel de anfitrião da guerra de Durão Barroso é um sonho que muitos dirigentes políticos perseguem, para mal dos Açores e de quem cá vive.

Mas não é dessa hipoteca do futuro que hoje estamos aqui a tratar. Também não estamos a exigir que o Governo dos Açores e esta Assembleia, numa nota histórica de defesa desta região, se ergam contrários a esta ruinosa privatização, cujas repercussões negativas ultrapassam o nosso arquipélago. Estamos, tão-somente e para já, a exigir, como nos compete, pelo mandato que recebemos dos açorianos e das açorianas, que o Governo Regional preste contas e abandone o jogo de sombras e os tabus que nos quer impor.

Disse.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota breve na sequência da intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares.

Começo por lhe dizer que a sua intervenção e o seu registo notam bem aquilo que eu há pouco dizia. Existem matérias onde efectivamente existem diferenças

ideológicas que têm profundidade entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda. Estas são questões que nos têm diferenciado por diversas vezes, não porque nós defendamos a privatização de tudo e de todas as empresas, simplesmente porque nós, Partido Socialista, não temos nenhum preconceito naquilo que tem a ver com a privatização das empresas públicas.

A nossa questão e os nossos valores centram-se naquilo que é a prestação de um serviço de qualidade, de forma racional e equilibrada, do ponto de vista dos custos/benefícios que esse mesmo serviço presta. E, se é verdade que, por vezes, um determinado serviço é melhor prestado através de uma empresa pública, não deixa de ser verdade que, em diversas vezes, o mesmo serviço deixa de ser tão bem prestado, ou os seus custos são mais elevados, se se mantiver esse quadro. Nesse caso é uma questão ideológica, de raciocínio e de pensamento político. Nesse caso defendemos que, quando assim é, devemos caminhar para a privatização dessas empresas, ou para a privatização de parte do capital dessas empresas.

Demos prova na região desta linha de raciocínio e de trabalho, quando pegámos nalgumas empresas, tradicionalmente públicas, 100% com capital público, e as privatizámos no todo, ou em parte. Lembro o caso, por exemplo, de alguma banca, lembro o caso de serviços ao nível da electricidade, da energia, sectores onde a nossa aposta foi no sentido de privatizar o todo ou parte do capital dessas empresas e, portanto, não temos nesta matéria nenhum preconceito. Também não nos consideramos donos de toda a verdade e admitimos que as opções às vezes são mais difíceis de descortinar.

Na privatização da ANA, a Sra. Deputada falou aqui em várias empresas. Eu devo confessar-lhe que, relativamente a algumas delas, percebo que a Sra. Deputada esteja melhor sustentada, até pelo seu partido, a nível nacional, relativamente àquilo que é o custo/benefício da privatização de empresas como o Porto de Lisboa, a Lusoponte e outras empresas como tal.

Deputada Zuraida Soares (BE): A lógica é a mesma, Sr. Deputado.

O Orador: Mas devo confessar-lhe que a nós nos diz muito pouco este processo de privatizações, talvez porque as nossas preocupações e o nosso esforço não estão, neste momento pelo menos, para aí direccionados.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é cassete, Sr. Deputado!

O Orador: Mas há uma questão que para nós é fundamental: a Sra. Deputada centrou muito a sua intervenção na questão da privatização da ANA e a privatização da ANA está anunciada...

Deputada Zuraida Soares (BE): Aqui na região?

O Orador: ...naturalmente com repercussões na região, há largos anos. Aliás, não fosse um conjunto de situações de alterações de quadro político e também, mais recentemente, do ponto de vista económico, a ANA estaria muito provavelmente hoje já privatizada. Esse anúncio foi feito já há largos anos.

Aquilo que para nós é essencial neste processo é a protecção dos nossos interesses. A nossa questão não é uma questão de preconceito, se deve ou não deve ser privatizada a ANA. Desde que nós colhamos benefícios também no âmbito dessa privatização, desde que daí resultem benefícios e custos claros, ninguém me consegue convencer de que a ANA presta um serviço melhor e mais barato do que aquele que pode ser prestado por algumas empresas privadas nesta área. Ficou por provar e a intervenção da Sra. Deputada também não mo demonstrou.

Agora, há uma coisa que é absolutamente clara e que foi bem realçada ao longo dos anos pela voz do Presidente do Governo Regional: a privatização da ANA resultará sempre em benefícios para os Açores e para os açorianos. Haverá sempre benefícios ao nível do investimento das infra-estruturas que nos sejam passadas ao nível da tutela e da responsabilidade de a gerir no futuro.

Isto é igualmente verdade naquilo que tem a ver com a ampliação do Aeroporto da Horta. Aliás, há cerca de dois meses, na sequência de um encontro entre o Presidente do Governo Regional e o Primeiro-Ministro, foi declarada a intenção da parte do Governo da República, através da sua empresa ANA, de proceder à ampliação deste aeroporto. É verdade que nós esperamos há largos anos, é verdade! E é verdade também que houve muitas outras obras e intervenções pelas quais não tivemos de esperar tantos anos. É óbvio que isto não tem a ver com a nossa vontade.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: A nossa vontade seria que, a par de outros investimentos que foram feitos na Horta e por toda a região, que demoraram dois, três ou quatro anos entre o anúncio da intenção e a concretização da obra, assim fosse também relativamente ao investimento nesta infra-estrutura.

Mas, como devem compreender e a Sra. Deputada certamente compreende, é tudo muito mais fácil, apesar de mais difícil do ponto de vista dos custos directos incutidos ao Governo, o Governo Regional decidir fazer uma opção por uma obra que é da sua responsabilidade, pagá-la e implementá-la, do que fazê-lo na protecção do interesse dos Açores e do açorianos, remetendo o custo dessa obra e desse investimento para quem de direito, isto é, para o Governo da República, através da sua empresa concessionária deste serviço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do CDS/PP, a Representação Parlamentar do PCP não fica nada incomodada com o facto de as suas posições virem a ser acompanhadas por outros partidos políticos e por outras forças políticas.

Quando comecei a ouvir a declaração política da Deputada Zuraída Soares pensei: onde é que eu já ouvi isto? Depois lembrei-me que no mês passado tinha trazido aqui, em declaração política, as questões do PEC. Nomeadamente, em determinada altura, abordava as questões da privatização da ANA e aquilo que poderia ter como efeito na Região Autónoma dos Açores, relativamente aos quatro aeroportos que pertencem a essa empresa pública e que, na opinião do PCP, deve continuar a ser pública em todo o território nacional, mormente aqui nos Açores.

Relativamente às questões e às divergências sobre aquilo que deve ser e aquilo que não deve ser privatizado e que decorre da intervenção do Deputado Helder Silva, eu gostaria de dizer o seguinte: parece-me que na avaliação do custo/benefício se deve ter em conta não só o custo/benefício que resulta directamente e no imediato, mas os custos ou benefícios indirectos e que a prazo se retiram dos investimentos. E parece-me que o Partido Socialista, relativamente a estas questões, tem uma

visão muito redutora e muito para o imediato do benefício que pode eventualmente resultar no imediato e no benefício directo, esquecendo-se por vezes e ignorando, ou fazendo por isso, ter em consideração que determinadas orientações e medidas, nomeadamente aquelas que vão na senda da privatização de tudo a qualquer preço, só porque resulta num benefício directo na altura, isto não tem tido como efeito.

Aliás, como está comprovado nos últimos anos: não tem tido como efeito nem a melhoria da qualidade do serviço prestado, nem a diminuição do custo. Não tem, comprovadamente, e está à vista de todos que isto não é linear. Antes pelo contrário, aquilo que nos últimos anos tem vindo a acontecer é o inverso: afinal de contas, o serviço não é de melhor qualidade, é mais caro e depois corre mal. E, quando corre mal, “aqui del rei”, venha lá outra vez o Estado, venha lá outra vez a região intervir, porque estas questões correram muito mal. Nós temos alguns exemplos no país, ao nível do sector financeiro, mas...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

...temos aqui também na região algumas situações em que se verificou a necessidade absoluta de a região intervir e intervir bem, no geral.

Portanto, este dogma de que o que é privado é que é bom, acho que não estamos em tempo de continuar a assumi-lo como uma teologia. No caso vertente da empresa de que estamos a falar, é fundamental que a região adopte uma posição de defesa dos interesses daquele sector que é, para nós, estratégico na região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que a Sra. Deputada Zuraida Soares falou nos transportes aéreos, eu aproveito esta oportunidade para justificar aquele que foi o grande truque publicitário do congresso do Partido Socialista, que tem a ver, de facto, com as famigeradas passagens aéreas.

Um observador mais descuidado, menos atento, poderá pensar que pode comprar, daqui a um mês...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Sra. Deputada Zuraida Soares não falou nas passagens aéreas, falou na privatização da ANA. Parece-me que são coisas diferentes. Agradecia que se cingisse ao tema.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem, Sr. Presidente.

O Orador: Sr. Presidente, eu vou prosseguir, porque evidentemente vou chegar ao centro do assunto, mas faz parte do debate democrático, da liberdade parlamentar, Sr. Presidente, e aqui tenho uma discordância, apresentar um conjunto de argumentos que me levam depois a atingir exactamente a crítica da Sra. Deputada e partilhá-la.

Presidente: Então chegue depressa ao tema, se faz favor.

O Orador: É rápido. É para desmistificar esta grande manobra publicitária.

O açoriano comum poderá pensar que a partir de agora ou daqui a um mês compra passagens aéreas para o continente com 100 euros. Ora, o que eu quero dizer é que isto não é verdade, não vai ser assim. O que existem são tarifas e estas tarifas significarão uma percentagem muito reduzida, cujo acesso será difícil para o comum dos cidadãos. Portanto, o impacto real desta medida, apesar de todo o foguetório que se desenvolveu em redor desta questão, é muito mais reduzido do que aquilo que se pensa e isto não passa de uma marca publicitária. Aliás, devo reconhecer que teve o seu efeito e o seu peso.

O que é também fundamental dizer em relação a esta questão dos transportes aéreos é que, neste momento...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A intervenção não foi sobre a questão dos transportes aéreos, foi sobre a privatização da ANA!

O Orador: Mas não posso conduzir o discurso político autonomamente? Já não existe a democracia parlamentar?

Presidente: Não, Sr. Deputado. Cinja-se à matéria.

O Orador: Srs. Deputados, eu sei que é uma verdade inconveniente aquilo que eu estou a dizer, mas eu vou continuar.

Em relação a esta questão dos transportes aéreos, evidentemente que continuamos a ter um problema gravíssimo em relação àquele que é o seu contexto.

Em relação aos aeroportos e às privatizações, nessa questão o Governo mostra o mesmo tipo de vulnerabilidades e mostra o mesmo tipo de habilidades publicitárias. Portanto, não se compromete, a culpa é sempre do Governo da República, com quem tem um bom relacionamento e com quem tem um acesso fácil quando interessa. Quando não interessa, então o Governo da República é distante e não ouve aquelas que são as legítimas reivindicações do Governo Regional.

Está aqui o grande paradoxo do Partido Socialista, que não passa de uma utilização de uma série de mecanismos que, no fundo, têm uma só vocação, que é a vocação publicitária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora tenhamos óbvias discordâncias sobre o contexto com que o Bloco de Esquerda iniciou a sua intervenção, a verdade é que partilhamos as preocupações que aqui trouxe sobre a neblina, não só a que está lá fora, mas também a que paira aqui dentro, no que diz respeito às contradições que rodeiam a questão da ampliação da pista do Aeroporto da Horta.

A verdade mais uma vez tem de ser dita nesta casa sobre este importante investimento para esta ilha. Em 2004, já no longínquo ano de 2004, o Sr. Presidente do Governo Regional disse na Ilha do Faial que, caso a ANA não realizasse esse investimento da ampliação de pista do Aeroporto da Horta, o Governo Regional assumiria tal investimento. Uns anos depois, como não se avançava com nada, a informação que foi feita correr era que estava tudo a ser tratado, como é costume nos governos socialistas, e que, inclusivamente, já havia verbas dos programas comunitários reservadas para esse fim.

Em Março de 2006, dizia o Sr. Secretário Regional, Duarte Ponte: “O projecto para a ampliação em mais 500 metros deve ficar concluído durante este ano de 2006”; e depois dizia, nesse mesmo mês: “O Governo pretende contribuir para que neste mandato a ampliação da pista do Aeroporto da Horta seja levada por diante”. Depois, como as coisas não avançavam, o discurso mudou e passou a ser este...

Deputado Helder Silva (PS): É não reconhecer os investimentos financeiros e económicos!

O Orador: ...em Novembro de 2007, um ano depois: “O investimento na ampliação da pista do Aeroporto da Horta só poderá ser feito depois da privatização da ANA”.

Deputado Helder Silva (PS): Ora aí está!

O Orador: Ora aí está! É verdade, mas ainda há mais.

A partir de 2007, já se esqueceu o que se prometeu aos faialenses, que se a ANA não fizesse, o Governo Regional fazia, e passou a ser utilizada a desculpa da privatização da ANA. Um ano depois, véspera de eleições, em Junho de 2008, o Sr. Secretário Regional, o inefável Duarte Ponte, dizia no Conselho de Ilha do Faial: “Pela intervenção pessoal do Presidente do Governo, ficou o compromisso de se resolver a ampliação da pista do Aeroporto da Horta antes da privatização da ANA”.

Portanto, o que se prova de tudo isto é que a postura do Governo Regional relativamente a este investimento é um ziguezague constante e um constante buscar de desculpas para não fazer o investimento. De tal forma, que o Sr. Presidente do Governo no final do ano passado voltou ao mesmo discurso, dizendo que era preciso esperar pela privatização da ANA e deixou aqui uma garantia de que, no contexto da privatização da ANA, estava garantida uma norma em que no caderno de encargos da empresa que viesse a adquirir a ANA ficaria a obrigatoriedade dessa empresa fazer a ampliação da pista do Aeroporto da Horta. Isto foi dito aqui pelo Sr. Presidente do Governo e eu recordei logo de imediato que nós temos no Faial uma má experiência destes negócios: veja-se o que aconteceu com o campo de golfe, em que a solução era igual a esta. O resultado é o que o campo de golfe está por fazer e a empresa está na falência. Portanto, estamos escaldados relativamente a essas soluções.

Mas o que é mais interessante, que não tem explicação e que vai ao encontro das preocupações que o Bloco de Esquerda aqui fez, é a resposta que o Governo da República deu ao requerimento dos Srs. Deputados do BE na Assembleia da República. É que os Deputados do PSD na Assembleia da República fizeram

também um requerimento a perguntar ao Governo da República quais eram os investimentos que a ANA tinha previsto para os Açores para os próximos anos. Resposta do Governo da República: os Srs. Deputados consultem um documento que está na *net*, que se chama “Orientações estratégicas para o sistema aeroportuário nacional”. Estas orientações estratégicas foram aprovadas em 30 de Junho de 2006.

Pois, Sr. Deputado Helder Silva, Srs. Deputados do Partido Socialista, 2006, e o Sr. Ministro Mário Lino era o responsável político. Portanto, Sr. Deputado Helder Silva, Srs. Deputados do Partido Socialista, sabem o que é que as “Orientações estratégicas para o sistema aeroportuário nacional” dizem acerca da ampliação da pista do Aeroporto da Horta? Zero! Não diz uma palavra sobre a ampliação da pista do Aeroporto da Horta! É esta a forma de os senhores honrarem os seus compromissos? O que os senhores continuamente querem é “empurrar com a barriga para a frente” o problema e evitam assim assumir os compromissos que assumiram junto dos faialenses! Isso é uma vergonha e cabe aos senhores por inteiro!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Helder Silva (PS): Já vai ter a resposta!

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual resposta? Mais uma mentira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para, no âmbito desta declaração política do Bloco de Esquerda, prestar alguma informação à câmara e em particular à Sra. Deputada Zuraída Soares, prescindindo de fazer comentários sobre a valia do modelo económico que preconiza ou as críticas que fez aos processos de privatização.

Como já foi dito nesta casa por diversas vezes, nomeadamente pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, que segue esta matéria, e como já foi garantido aos Srs.

Deputados também nesta casa, o processo de privatização da ANA tem sido acompanhado pelo Governo Regional. Por isso, esse processo, na sua lógica de organização, garante, tanto em termos operacionais como em termos de investimento em infra-estruturas, aqueles que foram os compromissos do Governo Regional relativamente aos aeroportos e aeródromos geridos pela ANA nos Açores. Essa garantia foi dada e permanece, neste âmbito e com estas características.

Sra. Deputada Zuraida Soares, não se trata de quem faz, nem da natureza de quem executa, não se trata de saber se é privado ou se é público. Trata-se de garantir que se faça, e se faça aquilo que é necessário fazer e aquilo que foi o compromisso perante esta casa e perante os açorianos. Essa garantia já foi dada, como eu disse, e é agora reiterada: a privatização da ANA não implicará o abandono de quaisquer projectos necessários à qualificação da rede de aeródromos e aeroportos da ANA nos Açores. Fica essa garantia renovada, independentemente do que diziam as orientações de 2006 que, como se pode constatar, não devem ser propriamente as últimas orientações na gestão da empresa ANA. Isso far-se-á, portanto, com as garantias de investimento que aqui foram dadas e com o acompanhamento do Governo Regional sobre esta matéria.

Se tudo isto eventualmente falhasse – que não falhará, mas se falhasse –, também posso renovar a garantia que foi dada pelo Governo Regional de que, então, nessa altura estaríamos nós cá, mais uma vez, para executar e para garantir que se executava o que foi prometido e o que é devido. Portanto, fica esta matéria mais uma vez clarificada.

Aproveito ainda para, uma vez que a minha intervenção foi a seguir à do Sr. Deputado Costa Pereira, lhe dizer que eu, se fosse a si, já não fazia o discurso que o senhor insiste em fazer. Isto é só a minha opinião mas, de qualquer maneira, acho que a devo partilhar. O senhor já devia saber que acaba sempre por perder e que os factos acabam sempre por o desmentir, Sr. Deputado. O senhor diz sempre essa conversa, o senhor está nesta casa para transmitir esse sentimento de pessimismo em relação ao Faial e aos compromissos do Governo Regional no Faial...

Deputado Luís Garcia (PSD): Pessimismo? São os factos que o comprovam! São os documentos que estão ali que o confirmam!

O Orador: ...e o senhor perde sempre no fim. O senhor perdeu no DOP, o senhor esteve anos nesta casa a dizer que o DOP não ia ter novas instalações, estão lá, estão feitas, são para usufruto dos faialenses e para melhoramento da excelência da investigação científica nos Açores.

O senhor esteve anos nesta casa a dizer que o porto da Horta não ia ser requalificado, que a obra não se faria, estava sempre adiada e está lá, a obra!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Nunca disse isso. Diga uma intervenção em que eu tenha dito isso.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não desvie o discurso. Fale sobre a ampliação do aeroporto da Horta!

Deputado António Marinho (PSD): Desvia-se da rota para não falar da ampliação do aeroporto da Horta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Secretário está no uso da palavra.

O Orador: O senhor esteve anos nesta casa a dizer que o porto da Horta era só conversa, não havia requalificação e não se fazia. Está lá a obra, está a ser feita e fomos nós que a fizemos!

O senhor esteve anos nesta casa a dizer que a escola da Horta não se fazia, não havia escola e o parque escolar na Horta era uma desgraça. Está feita e é uma das melhores escolas do país!

Deputado Luís Garcia (PSD): E a ampliação da pista do aeroporto da Horta?

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, nós já conhecemos esse discurso e também já sabemos o final do processo: fazem-se as obras e o senhor arranja outra coisa de que se queixar.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não disse nada. Zero!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Não havendo mais inscrições, dou a palavra à declarante, para encerrar o debate. Tem três minutos e meio.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assumamos todas as diferenças ideológicas já identificadas e outras que ainda não identificámos e assumamos também que estas diferenças ideológicas são um ganho e uma mais valia para o Açores e para o seu desenvolvimento. A pluralidade de alternativas e a pluralidade democrática só podem ser uma riqueza em prol das populações. Portanto, não temos de nos desculpar pelas diferenças ideológicas, pelo contrário, temos de as assumir. Vamos, então, pegar nestas diferenças ideológicas relativamente às privatizações.

Há duas maneiras de ter um preconceito relativamente às privatizações: uma será tudo privatizar; outra será nada privatizar. É o mesmo tipo de preconceito. Aconselharia o bom senso – e esta é a minha postura ideológica e a do Bloco de Esquerda – que nós fizéssemos contas e percebêssemos quais são as empresas que, privatizadas, têm ganhos para as pessoas e quais são as empresas que nós nunca deveremos privatizar, porque isso é pôr em causa a democracia, a redistribuição justa da riqueza e os direitos das populações. E eu dou, no contexto desta declaração política, dois exemplos, para os Açores, que é aquilo que neste momento nos interessa: a ANA e os CTT.

São exactamente duas empresas que vão ser privatizadas no âmbito do PEC. Sobre estas privatizações, digo agora o mesmo que disse daquela tribuna: o Governo Regional ainda não disse nada. Porque, até agora, todas as intervenções feitas pelo Sr. Deputado Helder Silva e pelo Sr. Secretário da Presidência, no fundo, repetiram aquilo que foi a minha intervenção: um processo de boas intenções, assunção de responsabilidades, se mais ninguém estiver e o Governo da República falhar, nós cá estamos. Tudo bem, mas onde estão escritas e assumidas as responsabilidades do Governo da República relativamente a esta região pela privatização da ANA?

Diz o Sr. Secretário Regional que está no caderno de encargos, mas o caderno de encargos já foi mostrado ao concessionário que vai privatizar a ANA, para ver se concorda ou não com aquele caderno de encargos? Quer dizer, aquilo que está

assumido como empresa que até agora é pública, mas que vai deixar de ser, é passado em testamento quando ela for privada?

A Resolução que nós aprovámos nesta casa, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, que diz assim: “Recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias junto da ANA – Aeroportos S.A. e respectiva tutela para que tomem medidas no sentido da redinamização e reforço da competitividade do Aeroporto de Santa Maria”, vai ser entregue ao consórcio privado que vai ficar com a ANA? Nós duvidamos e não é por preconceito ideológico, é por mera lucidez.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: E se eu tenho de chegar a alguma conclusão das intervenções do Sr. Deputado Helder Silva e do Sr. Secretário Regional, é esta: eu ainda parti do princípio, por preconceito ideológico, que o Governo Regional até agora nada disse sobre esta privatização – nem sobre a dos CTT, mas agora estamos a tratar da ANA – porque, provavelmente, acha que resolve sozinho, decide sozinho e nem esta Assembleia nem os açorianos precisam de saber, porque estão entregues em boas mãos, aquilo de que eu ali não discordo. Mas, no fim desta declaração política, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sra. Deputada.

A Oradora: ...cheguei a uma conclusão: o Governo Regional nada diz, porque o Governo Regional nada sabe sobre esta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Ou seja, esta privatização está a ser feita nas suas costas e o Governo Regional está à espera que lhe digam o que realmente vai acontecer.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado! Só pode dizer isso quando terminar o processo e se ele não correr como pretendemos!

A Oradora: É em nome dos interesses dos Açores e em nome do direito dos Açores que nós estamos contra esta postura! Estamos contra a privatização de um serviço público que é um monopólio. É esta uma forma de privatização contra a qual o Bloco sempre se manifestará: entregar na mão dos privados um monopólio. E a ANA é um monopólio, porque é pôr nas mãos desses privados o Estado e todas

as populações, e sujeitá-los a todo o tipo de chantagem em nome do lucro e em nome do investimento dos seus accionistas. Isto não é ideologia, mais uma vez, é lucidez e é bom senso.

Portanto, se para alguma coisa esta declaração política serviu foi para, no fundo, o Bloco de Esquerda continuar com redobrada preocupação, porque o problema já não é só as consequências da privatização da ANA nesta região, é o facto de o Governo Regional, sobre esta matéria... Ainda por cima, afirmando, como fez o Sr. Deputado, que há largos anos que se fala da privatização, e é verdade!

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: É verdade! Mas o que é que o Governo Regional acautelou, no sentido de responder...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nada!

A Oradora: ...no caso concreto da privatização da ANA, nesta região?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: O que vai fazer com esta privatização?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Peço imensa desculpa, mas o descanso e a tranquilidade não resultaram desta declaração.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos da bancada do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora e retomamos às 12 horas e 05 minutos.

Entretanto, eu pedia aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência o favor de se acercarem da Mesa.

(Eram 11 horas e 40 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, agradeçia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 12 horas e 10 minutos)

Nós estávamos, ontem, no período das intervenções de interesse político relevante e ficámos com duas inscrições pendentes, relativamente à intervenção do Sr. Deputado José Ávila.

Dou, exactamente, a palavra ao Sr. Deputado José Ávila, para esclarecimentos.

(*) Deputado José Ávila (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa de vir ao tema outra vez mas, de facto, há poucas oportunidades de falar sobre a Graciosa e, quando as temos, temos de as aproveitar.

Queria rebater um pouco o que o Sr. Deputado João Costa disse, porque, da maneira como ele falou, assim um bocado desagregada, não percebi bem algumas coisas, mas apanhei duas ou três que são fundamentais e há uma delas em que eu faço ponto de honra, relativamente ao cumprimento das promessas eleitorais do PS nos últimos anos, relativamente à Graciosa, claro está.

Eu queria dizer ao Sr. Deputado que entrei em 2004 na política. Não empurrei ninguém para cá chegar, não foi preciso empurrar ninguém, cheguei pelo meu pé e muito bem, é assim que deve ser. E, quando cheguei cá, a minha primeira preocupação foi, de facto, ver o que tinha sido prometido em 2000 e aquilo que faltava cumprir. Isto, só para vermos qual é o nível de cumprimento do PS relativamente à Graciosa. De facto, havia muitas promessas no nosso programa eleitoral e verifiquei que faltava cumprir três. Da maneira como o Sr. Deputado João Costa falou, até parecia que faltavam muitas. Faltavam três e até posso dizer quais são: repavimentar a Pedras Brancas/Limeira; a estrada Tomás Carapacho; e a beira-mar da Vitória. Curiosamente, duas delas já estão cumpridas.

Relativamente ao programa 2004/2008, de que eu também já sou um dos responsáveis, nós fizemos cinquenta e sete promessas. Ora bem, é evidente que trabalhei duramente para que todas elas fossem cumpridas. Infelizmente, não foi

possível, ficaram cinco atrás. Das cinquenta e sete, ficaram cinco e também posso identificá-las – para mim é grave, porque devíamos ter cumprido tudo, mas não foi possível, infelizmente –: piscina das Courelas; melhorar a gare marítima de passageiros do Porto da Praia; introduzir a telemedicina; repavimentar a estrada Pedras Brancas/Limeira; e estrada Porto Afonso/Limeira. Algumas delas vão ser feitas agora.

Portanto, era só para dizer que a nossa taxa de cumprimento das promessas eleitorais é muito elevada. O Sr. Deputado João Costa deve estar habituado às taxas de cumprimento da sua câmara municipal de 2001 a 2005 que, em 2005, verificou-se que foram na ordem dos 24% e em 2009 estiveram muito abaixo dos 50%. Ele, se calhar, está habituado a estas taxas e fica admirado de nós conseguirmos cumprir quase todas as nossas.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Assim sendo, não tenho mais inscrições para este debate. Passamos à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No início do corrente mês de Abril o Governo deslocou-se à Graciosa em visita estatutária. Foi a 14.^a visita estatutária deste Governo do Partido Socialista e que fica marcada pelo adiamento de projectos essenciais, por alguma ausência de respostas e pela negação de medidas pedidas, legitimamente, pelo Conselho de Ilha. É claro que uma visita do Governo, nos moldes estatutários conhecidos, sempre traz alguns momentos em que surge a percepção de que a acção do Governo é positiva e merece uma referência de satisfação.

Assim aconteceu com a inauguração do Centro de Visitantes da Furna do Enxofre, com a assinatura do contrato para construção do novo Centro de Saúde ou com os anúncios de um contrato ARAAL de 600 mil euros com a câmara municipal e o acordo de investimento com a Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa para a construção de uma nova Creche e CAO no valor de 3, 100 milhões de euros. Mas, se estas são medidas positivas e devem assinalar-se, a verdade é que a grande maioria dos problemas da Graciosa continua a assistir, por parte do Governo Regional, a respostas dúbias e a adiamentos injustificáveis.

Atente-se neste exemplo: o Governo anunciou que irá abrir na freguesia da Luz um posto da RIAC. Mas anunciou para agora? Anunciou para o próximo mês ou para o presente semestre? Não, o Governo anunciou aquele serviço para o ano de 2011. Estamos em Abril de 2010. De nada interessa que a população careça daquele serviço, de nada interessa que desde 2007 tenha sido disponibilizado o espaço e até a respectiva funcionária da Junta de Freguesia, para ali poder funcionar um posto da RIAC. O que interessa ao Governo é calar a insistência numa reivindicação justa e necessária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta visita fica certamente marcada por momentos de enorme confrangimento perante declarações a roçar a afronta, complementadas por outras simplesmente não verdadeiras.

Corria o ano de 2004 e o PS inscreveu no seu programa eleitoral o início da construção de uma “circular” à Vila de Santa Cruz. Passados seis anos sobre essa promessa eleitoral, o Governo, pela mão do Sr. Secretário Regional da Tecnologia e Equipamentos, curiosamente um renovado resistente da primeira hora dos Governos do PS...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ...vem agora dizer que essa obra, a par de outras, não será feita, por não estar inscrita no programa de Governo. É o cúmulo da desfaçatez!

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas a ausência de respostas não fica por aqui. Não é aceitável que vá o Governo à Graciosa dizer que os Graciosenses pagam pelas passagens aéreas o

mesmo que todos os outros açorianos. Não é aceitável, simplesmente porque não é verdade. Das duas uma, ou o Governo não conhece a realidade dos preços das passagens aéreas que os Graciosenses pagam ou quis, deliberadamente, enganar quem o ouvia.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Já para não falar naquilo que o Governo entende como uma condenação para a vida em relação a viver na Graciosa. Para o Governo, nunca os Graciosenses poderão beneficiar de tarifas promocionais para destinos como Frankfurt, Amesterdão, Paris ou sequer Faro, pois terão sempre se pagar o bilhete para saírem da Graciosa. É também nisto que se afere, Sr. Presidente do Governo, a qualidade de vida de uma ilha e a atractividade em fixar pessoas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Igualmente não nos contentamos com as respostas para a reivindicação da construção de um novo matadouro, quando a resposta do Governo é “vamos estudar o assunto”.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E o que dizer da falta de resposta para a construção do prometido molhe de protecção para a Praia da Graciosa? Uma promessa do Partido Socialista, inscrita no POOC mas, mais uma vez, adiada e esquecida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Veja-se ainda o caso da construção de uma marina na Graciosa. O Governo tem inscrito no Plano e Orçamento para 2010 uma verba para a elaboração de um projecto para aquela obra e, ainda que estejamos de acordo – e temo-lo apelado – com o aproveitamento do projecto existente na Câmara Municipal, entendemos que esse aproveitamento desse projecto deve servir para encurtar prazos no lançamento da obra e não, como demonstra querer o Partido Socialista, prolongar no tempo um processo que é um anseio antigo dos Graciosenses. Estamos perante um processo semelhante ao do Porto de Pescas, cuja obra se iniciou em 2004, ainda decorre e já necessita de alterações para verdadeiramente servir os pescadores Graciosenses.

E por falar em obras feitas nas costas dos Graciosenses, não ficaria bem comigo mesmo se, desta tribuna, não denunciasses a verdadeira asneira que está a ser feita

na zona balnear do Carapacho, onde o Governo perde a oportunidade de fazer uma obra que verdadeiramente melhorasse aquela infra-estrutura e não uma obra que choca qualquer um que ali se desloca!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta visita estatutária não foi uma visita de virtuosismos e de grandes anúncios geradores de esperança na fixação de jovens, no combate à desertificação e ao isolamento. Passadas 14 visitas estatutárias de Governos Socialistas à Ilha Graciosa, o estafado anúncio de intenções em implementar políticas que invertam a tendência de envelhecimento e desertificação da ilha voltou, mais uma vez, a ficar sem respostas.

Disse

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições. Quem quiser falar deve inscrever-se agora, com excepção dos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares, do Sr. Presidente do Governo e do Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares.

Tenho inscritos, até este momento, os Srs. Deputados José Ávila e Vera Bettencourt.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Costa, há pouco tempo, acusou o Sr. ex Deputado Manuel Avelar de vir aqui uma vez fazer uma leitura do comunicado do PS relativamente a uma visita estatutária. Hoje, para que fique registado em acta, foi exactamente isso que o Sr. Deputado João Costa veio aqui fazer e eu, sinceramente, não lho levo a mal. Acho que o senhor não podia fazer, por exemplo, um comunicado sobre as obras de Santarém, não podia. Mas vou pegar no comunicado, porque é a mesma

coisa pegar no comunicado ou pegar na sua intervenção. É exactamente a mesma coisa.

O Sr. Deputado admira-se, o Sr. Deputado escreve assim: “Lamenta-se que também o Governo adie para 2011 a instalação da RIAC na Luz, sem sequer dizer se é no início ou no fim do ano”. Sr. Deputado, estas coisas são assim! Toma-se uma decisão, é preciso dar formação ao pessoal e é preciso construir as instalações! Ou, na sua câmara municipal, a sua querida câmara municipal, antigamente, era diferente e faziam-se as coisas todas para agora? É evidente que não, Sr. Deputado, e o senhor sabe disso.

O senhor fala também na questão do novo matadouro. Sr. Deputado João Costa, acho que aqui há um bocadinho de má fé, porque o Sr. Deputado estava na reunião do Conselho de Ilha. Como sabe, o Governo já tinha aprovado fazer obras no actual matadouro e foi decidido pedir ao Governo para repensar o projecto e estudar a hipótese de fazer um novo matadouro, nem que isso custasse mais algum tempo. Foi isso que aconteceu, Sr. Deputado, foi isso que o Conselho de Ilha apresentou e muito bem, e eu até subscrevo. Como o senhor sabe, eu estava no mesmo Conselho de Ilha em que o senhor estava e também subscrevo essa proposta. Mas foi assim, Sr. Deputado! O senhor queria que o Governo chegasse lá e dissesse: “Vamos construir amanhã”? Não pode ser, Sr. Deputado! Como o senhor está a ver, as coisas não são assim tão fáceis.

Reivindicação de melhores horários do voo da SATA, em que o senhor agora falou assim meio por alto. O Sr. Deputado ainda não viu os novos horários da SATA para este verão.

Deputado João Costa (PSD): Eu não falei nisso!

O Orador: Não, está aqui no comunicado, eu estou a ler o seu comunicado. Por aqui é mais fácil, porque é mais pequeno.

O Sr. Deputado não viu os horários da SATA, com o aumento da oferta em 30%? O senhor acha pouco? Eu também acho, eu queria um avião de manhã, à tarde e à noite, mas não é possível.

Relativamente à rápida construção da marina, eu fico parvo com isto! Sr. Deputado, da marina, o Governo assumiu em Novembro uma alteração orçamental

para fazer o estudo e o projecto. O Sr. Deputado quer que a marina fique pronta agora? Eu também queria, Sr. Deputado! Se fosse possível, eu também subscrevia essa sua proposta.

Relativamente à ampliação do molhe do Porto de Pescas, Sr. Deputado, como sabe isto é uma situação nova. Aconteceu este ano com as condições de mar, aconteceu este ano, foi repensado, foi conversado com os pescadores e vai ser tomada uma decisão relativamente àquilo que é preciso fazer. É uma situação nova. O senhor põe aqui no seu comunicado como se fosse uma coisa muito antiga, uma reivindicação de anos, não é! É falso! É completamente falso! É uma coisa que tem meses, tem dois ou três meses, no máximo!

Relativamente a outras coisas que o senhor põe aqui no comunicado então, essas, pame-se! Por exemplo: Canada da Hortelã, Canada do Bairro. Sr. Deputado, estamos a falar em coisas que têm a ver com esta legislatura! Não quer dizer que sejam feitas este ano, nós temos de as acabar até 2012. Eu, certamente, também andarei a pedir que as executem até ao prazo, até ao ano de 2012. O senhor não queira fazer tudo no mesmo ano.

Relativamente a outras questões que o senhor vem aqui colocar, por exemplo: “Mas também não foram adiantadas datas ou perspectivas de início das obras para o cais roll-on/roll-off do porto comercial”, Sr. Deputado, eu vou ao ponto cinco do comunicado do Governo, que diz assim...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...“Aprovar uma resolução que autorize a celebração de um contrato plurianual entre a Região Autónoma dos Açores e a Administração dos Portos da Terceira e Graciosa S.A., para a realização do investimento no montante estimado de perto de um milhão de euros, destinado à construção de uma rampa ro-ro no Porto da Praia, Ilha Graciosa”. O que foi isto? Não foi uma decisão importante, Sr. Deputado?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor está a esconder a realidade, Sr. Deputado! O senhor pega aqui numa série de coisas e eu, como já acabei o meu tempo, não vou continuar, mas o senhor disse, no outro dia, que teve de esperar que houvesse o Conselho de

Governo para fazer o seu comunicado. Parece-me que o senhor fez ao contrário: o senhor fez o seu comunicado antes do Conselho de Governo!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Acho que foi isso que aconteceu!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Bettencourt.

Deputada Vera Bettencourt (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado João Costa, tem a palavra para esclarecimentos.

(* Deputado João Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, eu também sei ler os comunicados do Conselho de Governo e, se um dia tivermos tempo nesta casa de pegar em todos os comunicados do Conselho de Governo dos últimos – não vamos muito longe – quatro, cinco anos, o senhor vai ver a quantidade de pontos que nunca tiveram, sequer, qualquer seguimento em termos de dar comprimento àquilo que está no comunicado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas se o senhor quer falar de ficar parvo em relação ao que está escrito num comunicado do Conselho de Governo, eu vou ler-lhe o ponto doze, relativamente à marina: “Aprovar a participação do Governo Regional na reanálise técnica e no financiamento do projecto da marina da Barra e arranjo da zona envolvente”. Pois se temos inscrita no Plano e Orçamento para este ano uma verba para fazer um projecto para a marina, o que quer isto dizer? O que quer isto dizer, na prática? Em que é que isto responde ao processo de construção de uma marina? Não é de há dois meses, assim como não é de há dois meses o problema... O senhor falou, ou confundiu, o senhor confundiu. Eu falei, ali daquela tribuna, da questão do molhe na Praia, para protecção da praia, o senhor falou de protecção do porto de pescas.

Deputado José Ávila (PS): Veio no seu comunicado!

O Orador: Aquilo que querem fazer naquele que já foi vergonhosamente... Aliás, eu até vi na cara do Sr. Presidente do Governo a vergonha que ele sentiu quando o Sr. Subsecretário das Pescas se referiu ao Porto de Pescas da Graciosa como um dos melhores do país. Eu vi que, realmente, foi tal a afronta aos pescadores graciosenses e aos graciosenses, dizer isso, que certamente o Sr. Presidente do Governo terá sentido essa vergonha.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Vergonha devia ter o senhor, em vir falar do porto de pesca!

O Orador: Essa questão do molhe do porto de pesca já foi alertada por mim aqui, em requerimento e em intervenção, e já foi respondida pelo Sr. Subsecretário das Pescas, mas mal respondida, respondida ao contrário daquilo que são os interesses dos pescadores graciosenses.

Eu estranho é o senhor não ter mencionado uma única vez o preço das passagens aéreas a sair da Graciosa porque, se tivesse o cuidado de se preocupar realmente com o desenvolvimento da Graciosa, tinha-se preocupado com isso, que é um dos maiores entraves ao desenvolvimento da Graciosa, o preço que as pessoas pagam, que os graciosenses pagam, diferente do que pagam os outros açorianos. É esse o grande entrave à fixação de pessoas e ao desenvolvimento da Graciosa: as condições de vida na Graciosa serem mais caras!

O senhor, ontem, também falou de coisas, lamentavelmente, nesta casa, o senhor falou de certas coisas e voltou ao chavão da política do saco de cimento. Pois é, agora não é a política do saco de cimento, é dos mosaicos, é dos carros de areia, é das persianas e das portas de alumínio, é dos LCD e dos plasmas, é dos pátios em betuminoso, é do dinheiro e é dos cheques nas vésperas das eleições! É essa a política actual...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ...que os senhores praticam na Graciosa!

Digo-lhe mais uma coisa: o Sr. Presidente do Governo foi à Graciosa, em visita estatutária, com seis pontos na sua agenda. Seis pontos na agenda do Presidente do Governo, a saber: projecto de monitorização de ensaios nucleares; reunião com o

Conselho de Ilha; inauguração da Furna do Enxofre; assinatura de contrato para o novo centro de saúde; e visita ao porto de pescas.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Seis, perdão, cinco pontos. Tinha mais um, porque tinha tanto tempo, em dois dias na Graciosa, com tão pouco que fazer, que ainda teve tempo para apresentar a sua moção ao congresso do Partido Socialista. É essa a verdadeira forma como o Governo visita a Graciosa!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Eu poderia também comentar aquilo que foi dito pela Sra. Deputada Vera Bettencourt ontem, que a Graciosa é verdadeiramente uma ilha socialista e que o socialismo, na Graciosa, é que está a dar. Pois está, está a dar, até os concursos de pessoal passaram a ser eminentemente políticos, como o próprio secretário coordenador do PS Graciosa declarou, em acta da Câmara Municipal: os concursos de pessoal passaram a ser eminentemente políticos!

(Aplausos da bancada do PSD)

Isso é uma vergonha que os senhores deviam ter o cuidado de corrigir. É o secretário coordenador do PS Graciosa, Presidente da Câmara e antigo deputado desta casa, também citado pelo Sr. Deputado José Ávila...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Refere-se ao Governo?

O Orador: Também o Governo, Sr. Presidente. Se quiser que eu fale dos concursos de pessoal que têm ocorrido recentemente no Centro de Saúde da Graciosa, um dia podemos falar nisso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu lamento que o Sr. Deputado João Costa venha aqui falar em concursos de pessoal, de coisas que ele não sabe. Aliás, é habitual o Sr. Deputado João Costa dizer algumas coisas e, depois, não as provar. Isso é muito triste e o senhor tem-no feito, ultimamente, muitas vezes.

Ora bem, vou demonstrar aqui que é verdade, o senhor não sabe do que está a falar. Aliás, o Sr. Deputado João Costa é uma espécie de dois em um.

Deputado António Ventura (PSD): É polivalente!

O Orador: Aqui, no Faial, é preocupado com a inserção social, não sei o quê, diz-se muito preocupado com a Graciosa, depois tem o Rendimento Social de Inserção, coitadinhos dos pobrezinhos, gosta muito. Na Graciosa é mais musculado, é uma pessoa mais musculada, é mais crítico. É capaz de atacar, em qualquer momento, qualquer fulano. É mais o Sr. Deputado Bruto da Costa, é mais assim.

Deputado Mark Marques (PSD): Bruto é de nome!

O Orador: Mas, porque o senhor falou em dois concursos de que o senhor não sabe rigorosamente, eu desafio-o aqui, que fique registado em acta, a que o senhor prove aquilo que está a dizer! O senhor não está a dizer a verdade!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor, até, relativamente ao concurso que se passou na câmara municipal, sabe muito mais do que eu e é uma vergonha o senhor trazer isto aqui! É uma vergonha!

Deputado Luís Garcia (PSD): Se sabe, é muito mau!

O Orador: O senhor sabe que, como Presidente de Câmara, está de saída e faz um concurso à medida da pessoa que era para entrar para lá! O senhor sabe disso, foi uma vergonha!

O senhor costuma faltar à verdade várias vezes e vou dizer-lhe outra: por exemplo, a questão do museu. O senhor empenhou-se em tentar que não fosse feita aquela obra. Aliás, o senhor tem-se empenhado em várias. Há obras que, quando são feitas, o senhor sente uma dor, um arrepio, que é uma coisa impressionante e aquela do museu é mais uma.

Deputado Mark Marques (PSD): É da emoção!

O Orador: Eu vou demonstrar aqui o seu percurso na obra do museu. O senhor oiça! Em 21 de Dezembro de 2007, o PSD apresentou na Assembleia Municipal – o senhor assessor, ou adjunto, do Presidente da Câmara é que deve ter feito este voto – uma proposta de resolução, manifestando a necessidade de não violar o Decreto Legislativo 10/88/A, de 30 de Março. Em Janeiro de 2008 o mesmo PSD, o senhor, leva o assunto ao Conselho de Ilha, leva uma proposta que fazia notar a urgência de reformar o projecto com base nesta legislação.

Mais tarde, o senhor surge nas páginas do Diário Insular afirmando-se, e passamos a citar, que: “Lamenta que o Governo Regional queira avançar com obras sem ter promovido as alterações exigidas para que o projecto ficasse conforme a lei que classifica o centro histórico da Vila de Santa Cruz, nomeadamente o Decreto Legislativo Regional 10/88/A, de 30/3/88”, fim de citação. É assim que o senhor diz. Depois, os promotores de um abaixo-assinado – como o senhor sabe, houve esse documento – dizem que foram buscar essa legislação, de 88, à Câmara Municipal, carimbada pela Câmara Municipal, o que eu vi com os meus olhos.

Mais recentemente, o Presidente do PSD Graciosa, que é o senhor, volta à carga, no seu espaço de cidadania, que o senhor utiliza muito, afirmando e voltamos a citar: “Mais do que qualquer concepção estética ou qualquer impacto visual, mais do que falta de respeito pela zona classificada de Santa Cruz e mais do que qualquer bom ou mau gosto, esta obra não respeita a distância entre fachadas e, por isso, é ilegal”, fim de citação. O senhor diz que não respeita a distância entre fachadas, pasme-se.

Nos primeiros casos, é lamentável uma estrutura partidária andar a defender uma legislação que já estava revogada desde 2004 e confundir assim os habitantes da Graciosa. O Decreto Legislativo Regional 29/2004/A, de 24 de Agosto, revogou a anterior legislação e constituiu um conjunto classificado de interesse público a zona central da Vila de Santa Cruz, que vai da Barra até ao Porto Santo, no sopé do Monte da Ajuda, até ao mar.

Deputado João Costa (PSD): E o que diz Porto Santo?

O Orador: O museu situa-se no conjunto classificado de interesse público...

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: ...tal como o pavilhão desportivo municipal, tal como o tribunal, tal como os anexos das casas da Barra, feitos pela Câmara Municipal, e os anexos do Bairro da Boa Vista.

No caso da alegada ilegalidade, afirmamos que confundir fachadas com empenas é de muito mau gosto. O senhor confundiu fachadas com empenas. Essas empenas em situação usual de lotes urbanos consolidados deveriam até encostar entre as edificações. O senhor é jurista, eu não sou. Se fosse eu a cometer esta asneira, estava perdoado.

Eu só lhe quero dizer que o senhor me parece aquele turista europeu que vai à América do Sul, mete-se no táxi e pergunta ao taxista: “O senhor diga-me uma coisa, que sistema político vigora aqui?” O taxista encolhe os ombros, não sabe e ele diz: “Também não importa, eu estou contra”.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Já não me lembro, não devia ser nada de importante.

Presidente: Prescinde?

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sim.

Deputado Mark Marques (PSD): Também não é taxista!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Bettencourt.

(* Deputada Vera Bettencourt (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD insiste em dizer que os projectos para o desenvolvimento da Graciosa estão a ser adiados. A verdade é que o Governo do Partido Socialista teve de investir muito – reforço, muito – para ampliar o património, o pouco património que o PSD deixou na Graciosa...

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ...porque foi uma herança sem visão, sem ambição e sem risco, não perspectivando um futuro promissor para a Graciosa.

Passo a enumerar alguns exemplos, os poucos: a aerogare da Graciosa foi ampliada e remodelada; o porto comercial da Graciosa...

Deputado Luís Garcia (PSD): Diga, diga!

A Oradora: ...de que tanto falam, foi ampliado e com um investimento de 2,5 milhões de euros; a escola básica e secundária foi totalmente remodelada, tendo agora valências que permitem estar ao nível de ensino europeu...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem é que fez antes?

A Oradora: ... no valor de 7,5 milhões de euros; o centro de saúde foi requalificado mas, após a avaliação realizada, constatou-se que a solução passa pela construção de um novo centro de saúde, para corresponder às necessidades reais...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Um novo? Então havia um!

A Oradora: ...e verdadeiras dos graciosenses.

Agora, de algumas obras que foram realizadas pelo PSD na Graciosa, saliento a construção do aterro sanitário junto ao aeródromo da Graciosa – quem já não reparou? –, pois parece uma imagem terceiro-mundista e que retrata muito bem a gestão que o PSD deixou na Graciosa. Também a última obra feita pelo PSD na Graciosa enquanto poder local foi o pavilhão gimnodesportivo, no montante de dois milhões e cem mil euros, que penso ser um investimento que se faz quando os investimentos mais prementes já foram executados.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Como as Portas do Mar!

A Oradora: Não percebo, o PSD agora vem dizer que os projectos essenciais foram adiados, se é o próprio a assumir, através das suas iniciativas e acções, que os projectos essenciais para a Graciosa foram – e alguns, mesmo, estão a ser – concluídos.

Para terminar, Sr. Deputado, o senhor fala em combater a desertificação na Graciosa. Penso que tudo o que o PS tem feito permite afirmar que hoje se vive indiscutivelmente melhor na Graciosa. Agora, da forma como alguns falam da ilha onde vivem, utilizando caracterizações negativas, pessimistas e derrotistas, que sabe bem o que custa viver na Graciosa, e que custa viver cada vez mais isolado, Sr. Deputado, até parece que estas pessoas não tiveram outra saída na vida, outra opção, que não fosse viver na Graciosa. Pois eu e muitos graciosenses vivemos na Graciosa por opção. Reconhecemos algumas dificuldades, que se combatem com optimismo e com acções concretas, como também reconhecemos inúmeras condições que foram optimizadas pela governação socialista.

Para terminar, quanto ao concurso de pessoal, eu gostava de acrescentar ao que o Sr. Deputado José Ávila disse que da abertura de um concurso de pessoal em plena campanha eleitoral pelo PSD se podem tirar duas conclusões, Sr. Deputado. Uma acho que até é bastante plausível, que é o facto de o PSD ter reconhecido o bom projecto que o PS estava a apresentar à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa. E outra conclusão, Sr. Deputado, é que o concurso foi aberto à pressa, em cima do joelho, o que revela o desmazelo no desempenho do anterior executivo camarário.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(* Deputado João Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Vera Bettencourt, realmente não conseguir elencar a única obra que fizeram de raiz na Graciosa é uma pena. Uma única obra! E fizeram uma, de facto, fizeram um porto de pescas, aquela maravilha que lá está feita. A única obra de raiz que fizeram não foi um aeroporto.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Já fez as contas a quanto custaria hoje fazer aquele aeroporto na Graciosa? Já algum dos senhores fez as contas? Eu já fiz! Custaria mais, só aplicando a inflação, do que todo o investimento que o Governo fez na Graciosa nos últimos catorze anos, só o aeroporto.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Querem por força que eu explique a questão do concurso de pessoal, que foi aberto para responder...

Deputado Francisco César (PS): É melhor não!

O Orador: ...mas eu vou explicar! Foram os senhores que disseram que o concurso de pessoal era eminentemente político e eu vou explicar por que é que os senhores pensam isso. Os senhores pensam isso, que foi aberto um concurso de pessoal que iria ser decidido, iria ser concluído, já com o novo elenco camarário.

(Aparte inaudível do Presidente do Governo)

O Orador: Não, quem fala de câmara municipal, Sr. Presidente do Governo, desculpe, quem fala de câmara municipal constantemente nesta casa são os seus deputados. O senhor pode mandar esse aparte para os deputados do PS, que falam constantemente de câmara municipal. Foram eles que falaram de câmara municipal e acabaram de falar em câmara municipal, como o senhor ouviu a Sra. Deputada Vera Bettencourt.

Portanto, o concurso foi aberto e seria concluído, terminaria, já com o novo elenco. Onde é que isto é pouco democrático, não sei. É um concurso para uma vaga que o

próprio presidente da câmara já disse que era urgente e que iria abrir o mesmo concurso, só que, de facto, não tinha ainda as pessoas certas para colocar naquele lugar. É essa a verdade e por isso é que o concurso de pessoal passou a ser eminentemente político.

Mais uma vez, noto e faço notar que nem o Sr. Deputado José Ávila, nem a Sra. Deputada Vera Teixeira estão preocupados com o preço das passagens. Não estão preocupados porque, realmente, não sabem como responder àquela que é a diferença de preço...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ...que os graciosenses têm de pagar para viajar.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Economia)

O Orador: O senhor sabe que é verdade! E, se não sabe, Sr. Secretário da Economia, devia saber.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O que não é verdade é aquilo que o senhor está a dizer!

O Orador: É verdade. O senhor vá ao *site* da SATA e faça a simulação. Vá à SATA e pergunte por que há seis euros de diferença e outras coisas mais. E então, se viajar por S. Miguel, maior é a diferença!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor nem sonhava com isso e já eu perguntava à SATA como era.

O Orador: Depois, como não há lugares, também maior é a diferença.

Mas, como esta discussão já vai longa e os senhores, realmente, não conseguem responder a esse problema, vou só dizer outra coisa: a questão da desertificação e das pessoas que optam por viver na Graciosa. É realmente muito triste virem falar nos problemas da desertificação, do isolamento e da falta de fixação dos jovens. Aliás, o Sr. Deputado José Ávila, no congresso do Partido Socialista, falou nisso mesmo, no problema da fixação dos jovens. É um problema da Graciosa e os senhores continuam sem ter respostas para dar. A resposta do Governo para o problema da fixação dos jovens é fazer algumas obras.

Deputada Vera Bettencourt (PS): Qual é a sua proposta? Apresente medidas concretas!

O Orador: Pois temos apresentado! Acabei de falar dos problemas da Graciosa que a senhora podia...

Deputada Vera Bettencourt (PS): Apresente de novo essas propostas. Desafio-o a apresentar as suas medidas!

O Orador: Sra. Deputada, eu não estou no Governo. Peço imensa desculpa, a Sra. Deputada tem de se conformar com isso. Eu sei por que é que a Sra. Deputada Vera Bettencourt quer que seja o PSD a apresentar propostas, porque, realmente, os senhores não as têm. Eu percebo esse problema.

Deputada Vera Bettencourt (PS): Não apresenta.

O Orador: Para concluir, relativamente a este grave problema, é a ilha com a maior taxa, com o maior índice de envelhecimento, é das ilhas onde o Rendimento Social de Inserção tem, realmente, muita implantação, onde há um envelhecimento grande da população, há muita população idosa, há pouca juventude e realmente...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: ...nos últimos catorze anos não conseguiram minimamente inverter esta tendência.

Muito obrigado.

Deputados Rui Ramos e Duarte Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: O Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(* Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acho que já basta de discussão, mas queria terminar citando uma coisa que o Sr. João Costa escreveu sobre mim.

Passo a citar: “O senhor é criticado pelas suas opções políticas e pelo rumo que o seu Governo não deu à Ilha Graciosa, não pela sua vida e opções pessoais. Pessoalmente, o senhor até é considerado”, eu não vou dizer como está aqui, mas

quer dizer boa pessoa, “mas na política...”. Tenho mais uma citação, mas queria dizer só, relativamente a isto, que ainda bem que sou boa pessoa; na política, os graciosos é que dizem. Relativamente à sua pessoa, na política já sei o que o senhor é; como pessoa, ainda não.

Mas o senhor ainda escreveu mais: “Mais uma vez, o senhor foi uma desilusão. Quando se espera que o senhor defenda os interesses do povo que o elegeu, o que o senhor se limita a dizer é que o Governo é bom e pronto”. O senhor escreveu isto em Julho de 2008, eu fui a eleições a seguir, ganhei, o senhor perdeu, o Governo é bom e o senhor quer é que se mude o povo. Não pode ser.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

(Neste momento, o Deputado José Ávila retomou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Não há mais inscrições.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As apostas estratégicas da Região são, de uma forma consensual, a agricultura, as pescas, o turismo e as energias renováveis.

O turismo foi, como sabemos, afectado pela conjuntura internacional, reflectido em quebras acentuadas dos mercados emissores. Nos Açores, a crise não justifica tudo, uma vez que nesta área, turismo, denotamos ainda grandes problemas estruturais.

É do sentimento geral que o Governo não tem uma estratégia para o verdadeiro desenvolvimento desta actividade económica de interesse relevante para o desenvolvimento regional. Alguns exemplos poderiam ser dados, mas o mais gritante consubstancia-se no facto de pouco ou nada se saber sobre a procura específica de cada produto turístico.

Por outro lado, os Açores foram considerados um dos melhores destinos de golfe por descobrir pelo International Golf Travel Market. Todavia, num estudo

realizado por THR Asesores en Turismo Hotelaria y Recreación, SA para o Turismo de Portugal, foram mencionadas algumas deficiências apontadas à nossa Região, da qual assinalamos as acessibilidades. Diz este relatório que não existem estatísticas sobre a motivação de viagem aos Açores e que o número de turistas que vem aos Açores desloca-se por outros motivos e joga golfe como actividade complementar da viagem.

A sensação que todos temos é que o Governo Regional navega à vista. Diz o mesmo relatório que são considerados quatro *clusters* geográficos que mostram uma melhor capacidade competitiva e um bom potencial de desenvolvimento:

Prioridade n.º 1: Algarve e Lisboa;

Prioridade n.º 2: Alentejo;

Prioridade n.º 3: Madeira.

E os Açores, como são classificados? Nos Açores, o Golfe surge como oferta complementar.

Contrariamente, afirmou recentemente o Vice-Presidente do Governo Regional o seguinte: “... o Golfe constitui uma actividade de interesse estratégico para a afirmação dos Açores enquanto destino turístico, sendo imprescindível à qualificação da oferta turística e que a sustentabilidade do sector turístico na Região é essencial ao incremento da estrutura produtiva regional”. Por sua vez, o Sr. Secretário Regional da Economia relevou a importância do Golfe como um elemento estruturante na estratégia de desenvolvimento turístico regional. É uma história muito desorientada, confusa e com desentendimentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esperemos que o Governo tenha coragem de esclarecer os Açorianos, uma vez que estamos perante uma situação grave, que poderá hipotecar o futuro do Golfe nos Açores. Nesta fase, lamentamos que, uma vez considerados dos melhores destinos de golfe por descobrir, continuemos num impasse. Numa primeira fase até que o Governo Regional esteve bem. O processo de privatização da Verdegolf foi efectuado com o rigor com que deveria ter sido feito. Todo o processo foi devidamente validado pelo Tribunal de Contas.

Porque é que a Oceânico Luso-Irlandês abandonou a região?... De certeza que, quando aparece um estudo a dizer que o Algarve se situa na Prioridade n.º 1, e nos Açores o Golfe surge como oferta complementar, faria com que qualquer um que tenha o *Know-How* técnico opte pelas soluções prioritárias. Este é o primeiro erro estratégico do Governo Regional, não ter definido, aquando o processo de privatização, o Golfe como eixo prioritário do desenvolvimento da oferta turística dos Açores.

O Governo Regional enganou os Açorianos ao promover de forma enganosa, uma vez que só é virtual, o Campo de Golfe do Faial.

Falemos sobre a alienação da totalidade do capital social objecto da 1.ª privatização.

A autorização dada em 2007 tem-se revelado a principal fonte de problemas de todo este processo, estando agora o Governo Regional a desenvolver esforços para estabelecer parcerias financeiras necessárias para a implementação do campo de golfe da Ilha do Faial, segundo Notícia do GaCS. Como foi possível que o Governo tenha feito por si só a avaliação da capacidade de desenvolver a actividade do Golfe a uma única empresa, quando inicialmente a mesma só foi possível através de um agrupamento?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açores saem prejudicados com esta autorização e o Faial muito penalizado, uma vez que tarda a construção do campo de golfe nesta ilha. E o contrato inicial assinado entre a Região e o agrupamento económico previa penalizações em caso de incumprimento. Sabemos que, a partir de 3 de Janeiro de 2011, a Região deixa de ter ao seu dispor um mecanismo dissuasor a aplicar em caso de incumprimento imputável ao contratante, conforme consta do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas.

Pergunta-se, que futuro para o Golfe nos Açores?

Até quando é que os Açores vão ser considerados um dos melhores destinos de golfe por descobrir?

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

O Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de repudiar, em nome do Governo, algumas das afirmações que foram feitas pelo Sr. Deputado Pedro Medina, quanto àquela que é a forma como o Governo encara a existência do produto turístico golfe para a afirmação turística da nossa região. Os actos do Governo dão bem conta da importância e da atenção que o Governo dedica a este aspecto.

Aliás, o recente contrato que foi celebrado com a empresa que venceu essa privatização foi claramente assumido como sendo uma forma, tendo em conta circunstâncias diversas, de assegurar a existência do produto turístico golfe para a afirmação turística dos Açores nos mercados internacionais. Essa afirmação turística dos Açores desse produto turístico faz-se, quer por intermédio da actuação da própria estrutura ligada aos campos de golf, quer por intermédio da ATA, a Associação de Turismo Açores, quer por intermédio da própria Direcção Regional de Turismo.

Portanto, o primeiro aspecto que eu gostaria de realçar nesta intervenção é exactamente este: há uma orientação muito clara e muito precisa, uma orientação que está a ser cumprida e que congrega a participação, não apenas de entidades públicas, mas de entidades associativas que reúnem entes públicos e entes privados e, também, de entidades privadas que têm este papel, no sentido de promover o golfe como produto turístico.

Em segundo lugar, repudiar a acusação feita pelo Sr. Deputado Pedro Medina de que o Governo está a enganar, ou enganou, os açorianos, quando divulgou o campo de golfe do Faial. Sr. Deputado, o Governo não divulgou campo de golfe nenhum. O Governo não divulgou campo de golfe nenhum, não promoveu campo de golfe nenhum. A marca Azores Golf Islands é uma marca privada e a razão pela qual essa marca apareceu, inclusive o campo de golfe do Faial, deveu-se a um contrato privado entre entidades que, numa relação comercial, estabeleceram essa estratégia, ou essa definição.

Portanto, desse ponto de vista, não resta a menor dúvida: o Governo não enganou. Se há coisa que o Governo tem feito em relação ao campo de golfe do Faial é exactamente, sempre, criar as condições, criar o incentivo, lutar para que esse campo de golfe seja uma realidade. Portanto, desse ponto de vista, aquilo de que estamos a falar em termos de promoção do campo de golfe do Faial é tão claro quanto isso. O Sr. Deputado não tem razão quando faz essa acusação ao Governo. Em terceiro lugar, parece-me que o Sr. Deputado Pedro Medina faz uma confusão entre aquilo que é o golfe enquanto produto turístico, estritamente como produto turístico, e aquilo que é um conjunto de outras actividades associadas ao golfe, nomeadamente no âmbito da rentabilização imobiliária de empreendimentos ligados ao golfe. Essa distinção, que o Sr. Deputado Pedro Medina não faz – não faz –, é uma distinção essencial para se aferir se a política estratégica do Governo relativamente ao produto turístico golfe está, ou não está, a ser bem conduzida. Portanto, desse ponto de vista, o Sr. Deputado Pedro Medina falha por aqui, logo de início. É o vício de base do seu raciocínio.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Está aqui no relatório.

O Orador: Ou seja, quando o Sr. Deputado resume aquilo que é o produto turístico golfe à questão dos investimentos imobiliários, não está a fazer uma análise correcta nem precisa daquela que é a política do Governo nessa matéria.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

O que nós temos aqui são duas circunstâncias claramente definidas, não independentes uma da outra, mas claramente definidas. No que diz respeito à afirmação do produto turístico golfe, no que diz respeito à defesa e promoção do valor estratégico que este produto turístico tem para a promoção e para a afirmação turística dos Açores, a posição do Governo é clara. Tem-no demonstrado por actos e tem-no também demonstrado por aquilo que são afirmações repetidas das estratégias a seguir nessa matéria.

No que diz respeito a investimentos imobiliários associados ao golfe, a posição também é clara: esses são investimentos imobiliários que devem ser feitos no âmbito da esfera da actuação de empresas privadas. Portanto, o Governo não tem

de, no campo de golfe da Batalha, no campo de golfe das Furnas, se porventura houvesse, intervir nessa matéria. Essa é uma matéria privada e a intervenção que o Governo fez recentemente destinou-se – e foi dito na altura – a assegurar a existência e a solidez do produto turístico golfe.

É também importante constatar que foi em virtude dessa intervenção que nós temos o produto turístico golfe para assegurar, no âmbito da promoção do destino turístico Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental, vamos fazer um intervalo para almoço. Retomamos às 15 horas, com a agenda. Bom dia.

(Eram 13:00 horas)

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Ao abrigo do artigo 81.º do Regimento, vamos iniciá-los com a **Apresentação de um Projecto de Resolução n.º 13/2010 – “Roteiros Culturais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

Deputado Alexandre Pascoal (PS): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considerando a importância de um compromisso das comunidades locais no processo de conservação e valorização do seu património natural e cultural;

Considerando que é fundamental o conhecimento e a formação das comunidades locais pela cultura e, nesta medida, pelas figuras históricas regionais, de modo a melhor proceder à sua promoção e “preservação”;

Considerando que, por vivermos uma tendência globalizante, revela-se basililar a salvaguarda e a transmissão da cultura e identidade regionais;

Considerando que os roteiros culturais permitem aos habitantes e a visitantes a descoberta de novos motivos de atracção a esta Região, já de si tão rica do ponto de vista natural, patrimonial, artístico e cultural, convidando todos a fazer parte da História e a vivê-la nos seus percursos;

Considerando a necessidade de gerar produtos que permitam a repetição das viagens e a fidelização da procura;

Considerando que a procura deste tipo de produtos multiplica as viagens, atrai mais turistas, reparte-os melhor no tempo e no espaço;

Considerando que é necessário inovar, sempre, do ponto de vista turístico, através da criação de produtos e circuitos alternativos desta natureza;

Considerando que o turismo cultural é um produto estratégico e necessita ser incrementado;

Considerando que parte da informação necessária para a criação deste tipo de oferta lúdico-cultural já se encontra disponível, faltando apenas a sua sistematização;

Considerando que a recepção cultural se faz sempre “a partir de um tempo e de um lugar”;

Considerando que estamos perante uma iniciativa profícua, pertinente e de imediata resolução;

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, propõe que seja aprovado o seguinte Projecto de Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional recomenda ao Governo Regional que desencadeie os mecanismos necessários à criação e operacionalização de “Roteiros Culturais”, de abrangência regional, de forma a:

1. Criar roteiros de cariz cultural nos Açores;
2. Criar e elaborar brochuras de acompanhamento com a indicação dos percursos a efectuar, contendo: um mapa de localização, fotografias identificativas, notas históricas e complementares, grau de dificuldade, distância, duração e outro tipo de informações relevantes;

3. A criação destes roteiros culturais pressupõe que os mesmos sejam criados em torno de figuras de relevo na área artística, revelando, para cada um deles, o meio por onde passaram/viveram/estiveram;
4. Prever brochuras em inglês e noutras línguas, caso se revele oportuno;
5. Coordenar e viabilizar visitas guiadas nos percursos a desenvolver, sendo que os mesmos devem ser gerados sem que haja a necessidade de os efectuar recorrendo a um guia cultural;
6. A coordenação destas visitas guiadas deve ser efectuada pelo serviço periférico da Direcção Regional da Cultura do local;
7. Prever formação específica para os guias culturais;
8. Propomos, em termos simbólicos, que o primeiro itinerário a ser criado seja o “Roteiro Anteriano”, em São Miguel. E, partindo deste pressuposto, constituir outros, nomeadamente: o de Vitorino Nemésio, na Terceira; Francisco de Lacerda, em São Jorge; Dias de Melo, no Pico; João Correia Rebelo, nas ilhas de São Miguel e Terceira; Ernesto Canto da Maia, em São Miguel; entre muitos outros;
9. Complementarmente à criação do “Roteiro Anteriano”, propomos a requalificação do “Largo da Esperança”, situado no Campo de São Francisco, através da colocação de uma placa identificativa e de homenagem junto ao banco onde Antero se suicidou. Um lugar onde habita a memória de Antero de Quental, uma das figuras marcantes de toda a cultura portuguesa e o símbolo máximo da Geração de 70. Lugar este que é, actualmente, um sítio marginal e que padece de falta de visibilidade e dignidade.

Disse.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Apresentado o Projecto de Resolução, há um pedido de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem três minutos.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria dizer que, quanto à apresentação que foi feita em relação aos roteiros culturais, nós, que somos defensores da identidade açoriana, que somos defensores

de valorizar a cultura açoriana, evidentemente que, para já, vemos com muita simpatia esta iniciativa.

Sr. Presidente, era só esta tomada de posição.

Em relação a projectos deste tipo, nós valorizamos muito e neste momento, na conjuntura, do ponto de vista cultural, que se vive e tendo em conta aquilo que também são os interesses da Região Autónoma nesta área, acho que é perfeitamente justificado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010 – “Revogação do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2010/A, de 24 de Março”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A razão do pedido de urgência e dispensa de exame em comissão deste projecto prende-se, de maneira óbvia, com a necessidade de salvaguardar a estabilidade institucional da Escola Profissional das Capelas.

Como é do conhecimento público, esta escola tem atravessado um período extremamente conturbado no processo da sua integração no sistema educativo regional. Essa foi, recorde, uma decisão com a qual concordámos e concordamos. Agora, penso que todos desejaríamos que essa transição se tivesse realizado, ou se realizasse, de forma mais tranquila e não conflitual, salvaguardando o normal desenvolvimento do projecto educativo daquela escola.

Não foi, infelizmente, isso que aconteceu. A Comissão instaladora nomeada pela tutela pura e simplesmente não cumpriu o seu mandato e não preparou, como estava obrigada, os processos eleitorais de instalação dos órgãos de gestão pedagógica intermédios, nem preparou as eleições, nomeadamente para o conselho executivo da escola. Mas pior: houve atrasos, como todos estamos lembrados, nos últimos dois anos, no pagamento de salários, contratação de professores para

horários incompletos, apenas para referir alguns dos casos que têm marcado negativamente os últimos tempos naquela escola de ensino profissional.

Perante este cenário qual foi a opção do Governo?

Em vez de tomar medidas para garantir que o mandato da comissão instaladora fosse cumprido em tempo útil, restabelecendo a normalidade administrativa, resolve fazer recuar todo o processo, através da publicação do Decreto Regulamentar Regional 5/2010/A, de 24 de Março, demonstrando desde logo a sua profunda desorientação e a total falta de perspectivas para o futuro na Escola Profissional das Capelas. Recordo que a escola foi integrada no sistema regular, no sistema educativo regional, há pouco mais de dois anos. Daí esta constatação, quanto à desorientação da administração educativa relativamente a esta escola. Agora, é assim; logo, é assado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para além de agravar, de forma inusitada, a desorganização da estrutura directiva da Escola, o Governo fê-lo através de uma medida que é, pelo menos, duvidosa. E duvidosa sob muitos pontos de vista.

Desde logo, no plano jurídico. Como é do conhecimento público corre nos tribunais um pedido de providência cautelar, interposta por organizações sindicais dos docentes, com o fim de suspender a vigência do mencionado Decreto Regulamentar Regional, com base em eventual violação da competência legislativa desta Assembleia, bem assim como num suposto incumprimento da obrigação de negociação colectiva por parte da Secretaria Regional de Educação e Formação.

Não nos compete, certamente, de forma nenhuma, nem por qualquer meio, imiscuir-nos ou sobrepor-nos às competências dos órgãos judiciais. Mas compete-nos, com certeza, fiscalizar a acção governativa e avaliar o alcance, sentido e consequência dos seus actos. Este é, para nós, um dever a que não renunciámos. Estamos, nitidamente, perante um caso em que a eficácia do acto fiscalizador está inevitavelmente ligada à sua celeridade. Ou agimos agora ou corremos o risco de vir eventualmente a agravar ainda mais a instabilidade na Escola das Capelas. Por isso se justifica a urgência do presente diploma.

Mas a medida do Governo é também duvidosa no plano político, ao contrariar de forma clara, o sentido e objectivo da opção deste Parlamento em relação à gestão democrática das escolas do Sistema Educativo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem toda a razão!

O Orador: A reinstituição da bafienta e ultrapassada figura do director de escola, exclusivo intérprete do rumo da instituição, manejando de forma autocrática um poder arbitrário, é um retrocesso objectivo no processo de participação da comunidade escolar, um empobrecimento da vida da escola, um ataque à democracia que pretendemos difundir e alargar, também no seio do nosso sistema de ensino. Lembro a esta câmara que uma tentativa da Região Autónoma da Madeira de instituir a figura do director foi declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, uma vez que feria, não só preceitos constitucionais, mas também uma lei de base, que é a Lei de Base do Sistema Educativo.

Esperemos que esta atitude não seja a utilização, mais uma vez, da sacrificada Escola Profissional das Capelas como balão de ensaio para soluções que o Governo Regional gostaria, eventualmente, de ver aplicadas ao conjunto das unidades orgânicas do sistema educativo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas esta urgência justifica-se também, e talvez fundamentalmente, porque o ensino profissional nos Açores merece dos poderes públicos outra atitude. Precisa de um sentido e um rumo claros. Precisa de orientações objectivas e fiáveis. Precisa de uma visão sólida e não volúvel, que permita aos agentes educativos desenvolver a sua actividade com a tranquilidade necessária.

Esta escola, com a sua história, a sua valia científica e técnica, não pode continuar na indefinição e no marasmo, no limbo das hesitações e dos avanços e recuos da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação. É urgente, por isso, que este Parlamento assuma os seus deveres e decida. A Escola das Capelas não pode esperar mais! E a competência é desta câmara, e não ao Governo Regional.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições relativamente ao pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Vejo que, sobre a urgência e o pedido de dispensa de exame em comissão, há quem se queira pronunciar.

Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Discute-se aqui hoje a urgência de discutir, passe a redundância, um alegado atropelo a prerrogativas que são deste Parlamento. Que mais não fosse, esse seria, de facto, um motivo suficiente para motivar a necessidade de debater este assunto com urgência.

Como tal, consideramos também que o Governo Regional deve esclarecer cabalmente o que levou a que inflectisse um rumo assumido desde Março de 2008, em que a Escola das Capelas entra para o sistema educativo regional, em que se nomeia uma comissão executiva instaladora com o intuito de encetar um percurso, no sentido de que viesse a ter uma gestão democrática, um conselho executivo democraticamente eleito, em liberdade, e, de um momento para o outro, inflecte o rumo e avança para uma gestão uninominal, que é um pouco nebulosa. Carece de explicação.

Este Parlamento tem, de facto, o dever de fiscalizar a actividade governativa. Tem o dever de exigir que, nesta casa e perante todos os açorianos, sejam prestados esclarecimentos cabais em relação a esta situação e às razões que levaram a tutela, de facto, a mudar um percurso que estava traçado, que era claro, que estava alicerçado num regime que foi aprovado nesta câmara e, como tal, para que se mude de percurso tem de haver uma justificação, tem de haver transparência. Deste ponto de vista, somos perfeitamente favoráveis à urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este pedido de urgência e de dispensa de exame em comissão, o Partido Popular Monárquico irá votar de forma positiva.

Ou seja, nós consideramos que, mais uma vez, a Sra. Secretária da Educação tem, em relação a esta matéria, graves responsabilidades. Essas responsabilidades advêm do facto de, com interferência política que realizou ao nível da Escola Profissional das Capelas, ter colocado em causa a independência do nosso sistema educativo e a necessária neutralidade de carácter partidário em relação a qualquer intrusão no sistema de gestão democrática das escolas. Já não bastavam as dificuldades, que são manifestas, em relação à gestão diária que faz do sector, com uma estagnação e uma falta de resultados gritantes. Ainda por cima, a essa estagnação, a essa enorme dificuldade de gestão deste sector e ao conjunto de problemas que são conhecidos, junta também...

Presidente: Sr. Deputado, cinja-se à urgência, se faz favor.

O Orador: ...este tipo de intervenções que são, de facto, absolutamente lamentáveis e condenáveis.

Nesse sentido, o Partido Popular Monárquico considera que faz todo o sentido a Assembleia – é um imperativo político, é um imperativo, diria até, do nosso sistema político – interferir em relação a uma intervenção que é claramente ilegal e claramente imoral. Nesse sentido, evidentemente que, além de votarmos este pedido de urgência e dispensa favoravelmente, também lhe quero, nesta oportunidade, deixar uma forte condenação política em relação aos actos que se têm praticado na Escola das Capelas e à intrusão política que se tem realizado, o que é inaceitável no nosso sistema político, no sistema político democrático, que deve preservar a autonomia das escolas, que deve preservar a lei.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(* Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Bloco de Esquerda, inevitavelmente, votará favoravelmente o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão e não nos passa pela cabeça que a maioria parlamentar não o venha a fazer também.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como todos sabem, no passado dia 24 de Março foi publicado o Decreto Regulamentar Regional 5/2010, que incide exactamente sobre regras de organização de funcionamento da Escola Profissional das Capelas. Entretanto, o PCP fez dar entrada nesta casa, com pedido de urgência e, mais tarde, dispensa de exame em comissão, um decreto que pretende exactamente revogar este decreto regulamentar regional.

Baseia-se este pedido de urgência na necessidade, que foi agora repetida, de salvaguardar a estabilidade institucional da Escola Profissional das Capelas. Eu gostava de, a este propósito, dizer que nos parece evidente que, no nosso entendimento, todo o quadro legislativo que enforma a possibilidade ou surgimento deste decreto regulamentar regional aponta várias soluções que permitem que esta seja uma efectiva possibilidade.

Eu recordo, por exemplo, a norma do n.º 4 do artigo 83.º do Decreto Legislativo Regional 26/2005. Como sabem, foi posteriormente alterado e republicado pelo 6/2008, que estatui o seguinte: “O regime de autonomia e gestão das escolas profissionais criadas pelo Governo Regional”, onde se inclui, obviamente, a Escola Profissional das Capelas, “é o estabelecido no diploma que as criar”. Aplicando-se então, subsidiariamente, que “O regime de autonomia, administração e gestão é o aplicável às unidades orgânicas do sistema educativo regional” que, como sabem, foi aprovado inicialmente pelo Decreto Legislativo Regional 12/2005, mais tarde alterado pelo 35/2006 e, muito recentemente, ainda alterado pelo Decreto Legislativo Regional 17/2010. Estamos, pois, perante uma norma, uma norma específica de um diploma, que manda aplicar supletivamente às escolas profissionais o regime de autonomia, administração e gestão aplicável às unidades orgânicas do sistema educativo regional, nos casos em que os diplomas que criam as escolas não estabeleçam, eles próprios, o respectivo regime de autonomia e gestão.

Também, e recordando V. Exas., que costumam falar sobre essas matérias, conforme determina o n.º 3 do artigo 83.º do Decreto Legislativo Regional

26/2005, as escolas profissionais criadas pelo Governo Regional são-no através de decreto regulamentar regional, forma que, conseqüentemente, deve revestir todas as alterações subsequentes. Eu recordo também que, neste mesmo diploma, se prevê, no ponto 2 do artigo 4.º, e citando: “A criação de unidades orgânicas do sistema de ensino público e alteração da sua tipologia faz-se por decreto regulamentar regional”.

Portanto, o que me parece aqui, abreviando, é que não estão aqui postos em causa nenhuns princípios basilares do funcionamento do nosso sistema educativo regional. Há dúvidas, porque a legislação as levanta, que enformam essa questão, nomeadamente o decreto legislativo regional relativo ao ensino cooperativo particular e solidário. Este mesmo decreto, que nós recentemente alterámos e que agora assume a designação de 17/2010, também abre esta possibilidade.

Atendendo à necessidade de se rever a complexidade e o cruzamento de vários normativos que incidem sobre esta questão, penso que não se reveste de nenhum carácter de urgência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É lamentável!

A Oradora: Deve ser, sim, a comissão, com tempo, com seriedade e ouvindo todas as partes interessadas e relativas a este assunto, e uma vez que as posições estão, neste momento, extremadas, a fazer a análise longa, séria e merecida que esta questão deve merecer por parte deste Parlamento.

Portanto, no seguimento disso, nós não entendemos que haja, nem lugar à urgência, nem, muito menos, lugar também à dispensa de exame em comissão.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vou passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado, com 30 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dizia eu, na primeira intervenção relativamente ao pedido de urgência, que não me passava pela cabeça que a maioria parlamentar reprovasse este pedido. De facto, não me passou pela cabeça, mas passou-me por cima da cabeça.

A este propósito, eu queria dizer o seguinte: acho lamentável. Diz o povo, e bem, que “quem não deve, não teme”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Como muito bem disse a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, estamos perante uma situação cujas opiniões estão extremadas. Mais uma razão para que aquilo que foi sonogado ilegalmente a esta câmara fosse repostado nesta câmara, quanto mais não fosse, para dar a possibilidade à Sra. Secretária Regional da Educação de justificar, com as suas razões, que provavelmente as terá...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Vai esclarecer em comissão.

A Oradora: ...mas que nós ainda não tivemos oportunidade de ouvir, fazê-lo nesta câmara e esclarecer os deputados e as deputadas desta câmara.

Esta reprovação, não sendo eu a proponente, nem tendo de ser advogada de defesa do Partido Comunista, que é o proponente desta proposta, não posso deixar de lamentar esta atitude da maioria parlamentar. E digo mais: a Secretária Regional da Educação, que eu respeito, não sai dignificada desta posição e deste voto maioritário.

Muito obrigada.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Lamentável, essa sua declaração.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para lamentar, sim, a posição e a declaração de voto que acabámos de ouvir.

Da nossa parte, o que propusemos não foi que não se discutisse esta matéria, foi que se discutisse, com o tempo e com o trabalho que ela merece e não em cima do joelho, como alguns gostam de discutir, porque aparece na televisão, mas não dá trabalho nenhum.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

A Oradora: Nós, da nossa parte, não nos recusamos a discutir, não nos recusamos a investigar e a confrontar todas as questões que têm de ser confrontadas agora, mas consideramos que a complexidade da questão e a seriedade que alguns dizem pôr nela merecem um aturado trabalho e não o fugaz imediato de aparecer às oito da noite no telejornal.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): São três e meia da tarde, Sra. Deputada.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A posição do Partido Socialista foi lamentável em relação a este assunto e também o desempenho da Sra. Secretária da Educação em relação a esta questão. Mais uma vez e perante uma questão de grande relevância, de grande importância, a Sra. Secretária da Educação ficou calada e foi, ao longo deste...

Vozes das bancadas do PS e Governo: Sr. Deputado, não pode falar, Sr. Deputado!

Deputada Cláudia Cardoso (PS): O senhor não conhece o Regimento.

O Orador: Se não o digo neste debate, digo-o noutro.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Sra. Secretária da Educação e o Governo não podem intervir nos debates de urgência. É um esclarecimento.

O Orador: Sr. Presidente, mais uma vez: posso concluir o raciocínio? Estou a ser constantemente interrompido pela bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O que eu disse foi que, sobre este assunto, porque o debate público é anterior, a Sra. Secretária...

(Vozes de protesto das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Se os senhores não me deixam terminar as frases, é impossível continuarmos a ter aqui um debate civilizado.

O que vos quero dizer é que, por parte do Partido Socialista e desde que aqui estou, desde o início desta Legislatura é, talvez, uma das acções políticas, uma das vossas decisões mais lamentáveis e que demonstra a vossa profunda fragilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão que está em apreço e de que foi chumbado o pedido de urgência, julgo que, relativamente à urgência e à necessidade dela, o facto de termos ou não tempo para discutir, certamente que o teríamos aqui nesta câmara, até porque não me parece que seja tão complexo assim.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): É complexo!

O Orador: Eu sei que é complexo. É tão complexo, Sra. Deputada...

Deputado Francisco César (PS): Não é, Sr. Deputado.

O Orador: ...que não posso deixar de registar o enorme esforço que V. Exa. fez para justificar o voto da bancada do Partido Socialista.

Aliás, eu ouço as suas intervenções sempre com muito prazer, porque elas são vivas, são incisivas, assertivas, inteligentes. Enfim, de facto, hoje foi com enorme pesar...

Deputada Nélia Amaral (PS): Foi com prazer ou com pesar, Sr. Deputado?

O Orador: ...com um enorme pesar, que vi o esforço que a Sra. Deputada esteve a fazer para justificar uma posição que ninguém vai perceber nesta câmara. Aquilo que estão a fazer relativamente à Escola Profissional das Capelas e o adiar por mais tempo esta situação parece-me que só prejudicam, mas prejudicam claramente, aquela escola.

Quero dizer à Sra. Deputada, aos Membros do Governo e à bancada parlamentar do Partido Socialista que o PCP, relativamente àquela escola, tem o máximo de admiração. Consideramos que aquela infra-estrutura escolar, no domínio do ensino profissional, é importantíssima para o ensino profissional na Região Autónoma dos Açores. Aquilo que lamentamos é que o Partido Socialista tenha feito daquela escola...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: É, Sr. Presidente.

...um objecto de uso político, com interesses, enfim, por vezes, inconfessáveis.

Aliás, o Partido Socialista, se muito tem investido no ensino profissional na região, relativamente àquela que é a escola pública da região apenas tem contribuído para o seu enfraquecimento e para a sua destruição e, mais uma vez, com esta atitude, é o que está a fazer!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de deputados da bancada do PS: Não apoiado! Não apoiado!

Presidente: Penso que ficam por aqui as declarações de voto.

Vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, o **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2010 – “Segunda Alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2003/A, de 9 de Junho”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Para apresentar o diploma, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rosa.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou neste Parlamento um Projecto de Decreto Legislativo Regional que visa introduzir uma alteração cirúrgica nos Concursos de Pessoal Docente. E a alteração proposta foi (e é) assumida como cirúrgica, dado que reconhecemos desde a génese o sucesso que o modelo vigente tem alcançado, nomeadamente com a introdução da prioridade de concurso por três

anos e concomitantemente com a estabilização dos quadros docentes na nossa Região.

Deste modo, e reiterado este reconhecimento, tivemos a preocupação de não beliscar, quanto mais ferir, a filosofia e a arquitectura do modelo instituído. Apesar disso, deparámo-nos com inesperadas incompreensões, mistificações, especulações e falsas questões no percurso que esta iniciativa encetou desde que entrou nesta Casa.

A alteração por nós proposta visa apenas e só introduzir uma nova prioridade concursal por seis anos, pensada para aqueles docentes que, por razões pessoais, familiares ou outras, aspirem a fixar-se numa das denominadas ilhas da Coesão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: E visa, por esta via, proteger o tecido social, cultural, relacional e intelectual de ilhas que o próprio Governo Regional admite como carenciadas de “massa crítica”.

Não visa, e é bom que isto fique claríssimo, substituir a prioridade já instituída do concurso por três anos. Quem concorre actualmente por três anos ou por um ano para as ilhas da Coesão poderá continuar a fazê-lo exactamente da mesma forma. Há que desmistificar este ponto. Quem, também por razões pessoais, familiares ou outras, interprete uma colocação por três anos numa dessas ilhas como um “sacrifício” deverá continuar a concorrer por esse período e não por outro superior, por razões óbvias. O alvo da iniciativa do CDS-PP é bem outro, incompreendido por muitos, como resulta claro de vários dos pareceres sobre ela emitidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sendo as ilhas da Coesão menos populosas do que as restantes, torna-se quanto a nós justo, desejável e pertinente criar um mecanismo que propicie a possibilidade de fixar nelas aqueles que queiram efectivamente abraçar esse projecto de vida.

Resulta também claro que em quatro das cinco ilhas da Coesão existe apenas uma unidade orgânica, o que coloca a questão da mobilidade num patamar diferente das demais ilhas. Por razões óbvias, a mobilidade dentro da mesma ilha é aqui impossível. Resume-se numa fórmula simples: Sair daquela escola é igual a sair daquela ilha, o que não corresponde à realidade de outras ilhas onde há mobilidade

interna. E, busílis da questão, não entrar naquela escola, significa não viver naquela ilha...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É também fundamental desmistificar outro argumento insistentemente utilizado e que só podemos interpretar como “má fé”: não visa esta iniciativa transformar as ilhas da Coesão numa espécie de “colónia penal” para docentes, nem mantê-los “amarrados” ou “obrigados”, ou “sacrificados”, bem pelo contrário. Esta é uma visão redutora e até subversiva. Visa, isso sim, proporcionar a possibilidade de docentes, devidamente habilitados, se “amarrarem” sem sacrifício a um projecto de vida nessas ilhas.

Porém, a prioridade proposta é aberta e, feita a devida ponderação, a ela pode concorrer todo e qualquer docente que o queira voluntariamente fazer, sabendo de antemão quais são as regras, tal como sabem hoje. Também por não excluir ninguém, não pode portanto, em circunstância alguma, rotular-se esta iniciativa de discriminatória ou proteccionista.

É que o concurso plurianual não é uma invenção nossa. É uma criação do Partido Socialista. As acusações de perversão da graduação profissional e de restrição da mobilidade, defendidas como sacrossantas pelos sindicatos do sector, não nos podem portanto ser imputadas em abono da honestidade intelectual, embora defendamos claramente que elas se impunham em 2000 e que se impõem ainda nas ilhas da Coesão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Outra mistificação que surgiu no percurso desta iniciativa tem a ver com “carências” e “incentivos”. Mandam a racionalidade e o sentido de responsabilidade que seria leviano da nossa parte assumir aqui uma carência que não existe. É manifestamente claro que a oferta é superior à procura, não fazendo por isso sentido onerar a Região com ligeireza, atribuindo incentivos à fixação para “seduzir” aqueles que por si só não sabem se querem ou não estão suficientemente motivados para fazê-lo.

O mecanismo concursal por nós preconizado é mais do que suficiente para perseguir o nosso objectivo que é outro: permitir àqueles que sabem que querem

fixar-se numa dessas ilhas e estão motivados para fazê-lo uma possibilidade real de o fazerem!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também é verdade que este debate está inquinado à nascença devido ao voto desfavorável já assumido pelo Partido Socialista em sede de Comissão. Não chegaremos, portanto, ao debate na especialidade. Mas manda novamente a honestidade intelectual que, fosse o cenário diferente, retiraríamos a nossa proposta para o artigo 41.º, porque reconhecemos que potenciaria um factor agravado de precariedade.

Das audições efectuadas, dos pareceres lidos e da tramitação em Comissão, resultam três ilações que tenho o dever de referir hoje e aqui:

Primeiro – Os sindicatos do sector, presos pela visão corporativista a que estão obrigados e ao abrigo da posição desfavorável a que estão vinculados face à introdução dos concursos plurianuais em 2000, não podem ter agora uma inflexão de posição. Reconhecemos-lhes a coerência.

Segundo – Dos pareceres recebidos e da audição à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, resulta clara a incompreensão quase generalizada dos pressupostos e dos objectivos desta iniciativa. A insistência nos termos “amarrar”, “obrigar” e “sacrifício” é bem reveladora disso e merece o nosso veemente repúdio.

A incompreensão e a ignorância presencial das vivências invocadas são de facto uma “amarra” que condiciona o entendimento. É não compreender e renegar a existência de profissionais do sector que querem exactamente o inverso: os tais que não se sentirão nem “amarrados”, nem “obrigados”, nem “sacrificados” por poderem desenvolver a sua actividade na ilha da sua preferência. Esta mistificação revela, que fique bem claro, que, mais uma vez, para o Partido Socialista, a “Coesão” é um frágil “conceito de papel”...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...do qual tem muitas dificuldades em sair, porque lamentavelmente essas ilhas são realidades remotas que os senhores conhecem apenas de visitas meteóricas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em suma, devo reiterar a convicção de que os pressupostos da nossa iniciativa se mantêm correctos e actuais: que as relações pedagógicas e institucionais sairiam reforçadas e enriquecidas pela fixação de activos mais motivados e as escolas e as aprendizagens escolares nessas ilhas sairiam beneficiadas;

Que as ilhas da Coesão beneficiariam com o acolhimento de pessoas que desejam lá fixar-se e integrar-se ou reintegrar-se socialmente.

Foi em resposta aos anseios destes que elaborámos esta iniciativa. A sua aprovação (ou não) depende de todos neste Hemiciclo. Cada um fará as suas opções legitimamente. A nossa é clara: fixar “massa crítica” nas ilhas da Coesão é fundamental para que estas possam minorar a sua dependência e as suas fragilidades face às outras. Toda a Região acabaria por colher benefícios disso.

Muito obrigado.

Vozes de deputados das bancadas do CDS/PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Para já, tenho inscrita a Sra. Deputada Graça Teixeira. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(* Deputada Graça Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do que o CDS/PP preconiza com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, alteração ao regulamento de concursos, não vemos neste momento necessidade e prioridade, atendendo a que o actual projecto, o actual concurso, é, de facto, perfeitamente exequível e tem funcionado de forma bastante adequada nos últimos anos.

Para além disso, também verificamos, felizmente, e atendendo ao percurso que a nossa educação tem tido na região, nas nossas escolas, que cada vez mais é residual a mobilidade do corpo docente. Sentimos, sim, que por vezes a “massa crítica” que o Sr. Deputado pede para as ilhas de coesão é a “massa crítica” que nós também todos pretendemos nas outras ilhas, nas outras escolas.

Relativamente a alguns aspectos que também vimos espelhados, verificamos que, sempre – e é possível verificar isso nas escolas e nos dados que tivemos em nosso poder na comissão –, a mobilidade nas ilhas maiores, por exemplo em São Miguel, é, de facto, superior àquelas que se preconizam nas ilhas, por exemplo, das Flores, como se referiu, ou no Corvo, quando temos menos professores na escola. Assim, por exemplo, as escolas básicas integradas da Maia, Nordeste, Povoação e Rabo de Peixe, em São Miguel, são escolas em que temos uma grande mobilidade do corpo docente.

Verificamos também que não é desta forma e, atendendo a que no concurso actual a prioridade e a possibilidade de os professores permanecerem para além dos três anos é sempre possível, verificamos que essa é a prioridade que os professores podem usar e poderão sempre manter-se, se assim se enamorarem das ilhas onde estão e onde leccionam. Verificamos com agrado que, por vezes, professores desmotivados serão piores pedagogos e piores professores do que professores motivados e professores que tenham essa possibilidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não concorrem, ninguém é obrigado a concorrer!

A Oradora: Traríamos também essa “massa crítica” que os Srs. Deputados e que o Grupo Parlamentar do CDS/PP tanto preconizam. Estamos em crer que é verdade, é possível termos sempre professores motivados. É possível trabalharmos para uma estabilidade nas nossas escolas, é possível trabalharmos de outra forma. Mas também decorre, Sr. Deputado, dos pareceres que recebemos, quer por parte dos sindicatos, quer por parte das escolas que responderam, entre elas algumas das ilhas da coesão, excepto a escola da Ilha das Flores, que concorda com a proposta de alteração. Lembro que, por exemplo, a Escola Básica Integrada do Topo se opõe veementemente a esta proposta de alteração.

De qualquer forma estamos aqui todos, sim, para trabalhar num projecto que queremos e preconizamos de uma escola cada vez melhor, com capacidade cada vez maior de “massa crítica” e que tenha uma relação em que o aluno e a escola consigam criar, de facto, uma empatia com os professores e com o projecto educativo dessa comunidade e desse lugar, para onde o professor, neste caso, escolhe ir trabalhar.

É desta forma que entendemos que, neste momento e nesta altura, o projecto apresentado pelo CDS/PP não deverá ser aceite por parte da nossa bancada parlamentar.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sentido de voto da bancada do Bloco de Esquerda será de abstenção relativamente a este Projecto de Decreto Legislativo Regional do CDS/PP. Este sentido explica-se pelo seguinte:

Se, por um lado, compreendemos a bondade dos objectivos pretendidos com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, compreendemos menos bem e achamos até perigosos e, eventualmente, perversos, a metodologia e os meios que preconiza e vou explicar porquê.

Entendeu-se e muito bem, pela exposição feita pelo Deputado Paulo Rosa ao apresentar o seu Projecto de Decreto Legislativo, que, no fundo, aquilo que se pretende com esta modalidade concursal de seis anos, alterando portanto o regulamento de concursos em vigor, é no sentido e com a pretensão de fixar nas chamadas ilhas de coesão, ou de criar condições mais favoráveis para a fixação nas chamadas ilhas de coesão, de “massa crítica”, de pessoas pró-activas. Neste caso, professores pró-activos, empenhados, dinâmicos, em suma, apaixonados pela ilha onde foram colocados e pelas populações com as quais lidam de perto. Esta é uma pretensão louvável, perfeitamente legítima e que deverá ser motivada.

O problema, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, é que a paixão, como já tivemos ocasião de dizer em sede de comissão, não nasce por decreto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A demagogia é que é por decreto.

A Oradora: Na realidade, ela pode nascer nos professores, em cada um dos professores que são colocados em cada uma destas ilhas, ao fim do primeiro dia, pode nascer ao fim do primeiro ano, pode nascer ao fim de três anos, pode nascer ao fim de seis anos, mas, de facto, pode nunca chegar a nascer. Aquilo que estamos a fazer é a obrigar um professor, ou uma professora, que for colocado por seis anos, ao abrigo desta modalidade excepcional de concurso, numa ilha...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): São voluntários!

A Oradora: São todos voluntários, mas todos nos enganamos, Sr. Deputado. O erro e o engano são comuns ao ser humano.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é verdade!

A Oradora: Posso concorrer por três anos e, ao fim do primeiro ano, concluir que estou enganada. Posso concorrer por seis anos e, ao fim do primeiro ano, concluir que estou enganada. Só que a tortura, a desmotivação e a falta de empenho na escola que vou transmitir aos meus alunos são mais graves ao fim de seis anos do que ao fim de três! Portanto, volto a dizer...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

A Oradora: Sr. Deputado, o Partido Socialista já tem uma cassete. Por amor de Deus, poupe-nos também à cassete!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu tenho um DVD.

A Oradora: Já temos uma cassete para o lado direito. Agora é outra cassete para o lado esquerdo? Por favor!

(Vozes de protesto da bancada do PS)

A Oradora: Portanto, compreendendo a bondade dos objectivos e achando, até, que eles podem ser alcançados por outras formas de incentivos, nomeadamente

chamando à colação as autarquias, por exemplo, o papel das autarquias nestas ilhas de coesão e a forma como também podem propiciar, estimular e chamar à fixação a tal “massa crítica” necessária nas ilhas de coesão, compreendendo isso, achamos que há outras formas, que não seja indirectamente condenar à tortura quem incautamente o faz.

A menos – e com isto conluo, Sr. Presidente – que nós estejamos a pensar numa clientela, inevitavelmente exígua, de professores e de professoras que pretenderão ficar na sua ilha de residência, sem fazer o périplo a que todos os outros professores, normalmente, são obrigados para se chegarem a fixar, faz parte das regras do jogo. E essa clientela, Srs. Deputados, não é garantia, nem de qualidade do ensino, nem de empenho com as populações, nem de dinamismo dentro das ilhas, sejam elas de coesão, ou de qualquer outra característica.

Portanto, a nossa posição é de abstenção. E não é marxismo, é abstenção, mesmo.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Decreto Legislativo Regional, da autoria do CDS/PP, representa o desejo, quanto a nós legítimo, de garantir uma maior estabilidade nos quadros docentes das ilhas do Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria. Com vista à efectivação deste desiderato, o CDS/PP propõe assim a criação de uma nova prioridade, desta feita por seis anos, garantindo um acesso privilegiado às escolas destas ilhas, desde que os docentes estejam na disposição de lá permanecer durante esse mesmo tempo.

Compreendemos assim as legítimas preocupações do CDS/PP e aceitamos a sua boa-fé nesta iniciativa, mas temos dúvidas e reservas sobre os efeitos que esta alteração pode, por si só, provocar. Nada garante que os docentes, depois de colocados ao abrigo desta prioridade, não possam, depois de assegurado o lugar, concorrer para escolas do continente português, não se garantindo assim o objectivo de estabilidade que se pretende em primeiro lugar assegurar.

Por outro lado, não há evidência científica de que a estabilidade docente possa, por si só, garantir a qualidade do ensino que todos nós queremos e que todos nós desejamos. Além dos benefícios que trazem as novas experiências, novos métodos e estratégias, a verdade é que manter por seis anos um professor numa comunidade onde, eventualmente, possa não se ter adaptado não traz aqui qualquer ganho ao nível da qualidade do ensino, que todos desejamos promover. Por outro lado, mesmo que houvesse tal evidência científica, a verdade é que a mobilidade nestas ilhas é praticamente residual ou de pequena expressão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foram os senhores que criticaram isso há pouco tempo.

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A haver necessidade de fixação de professores nas ilhas aqui em causa, a verdade é que não se devem circunscrever às eventuais prioridades no concurso, que introduzem factores perturbadores da justiça na graduação entre candidatos, mas devem, antes, alargar-se a um sistema de incentivos mais favoráveis, capazes de garantir a efectividade da fixação, como é, de resto, o caso dos benefícios à compra de habitação própria. Conscientes das legítimas preocupações aqui trazidas pelo CDS/PP, consideramos que esta não é a melhor forma de se atingir o objectivo que a proposta pretende, por si só, alcançar.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é uma visão sindicalista da questão. Os senhores criticam a falta de fixação de docentes na Graciosa e agora vêm criticar?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma primeira intervenção.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão, devo esclarecer a câmara e quem nos está a ouvir que, quanto a este mecanismo encontrado pelo Grupo Parlamentar do CDS, considero que, de facto, não fazem outra coisa a não ser utilizar o mecanismo que o próprio

Governo Regional já tinha encontrado, em relação a este mecanismo de concursos, com o qual...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com o qual o senhor concorda!

O Orador: Exactamente!

Sr. Deputado, o anterior Secretário da Educação é um hiperactivo que fazia coisas bem e coisas mal, tanto acertava, como errava. Mas, em relação a este mecanismo, a lógica é a mesma.

É preciso descodificar esta questão dos concursos. A questão é a seguinte: alguém que conclui uma determinada licenciatura concorre nesse ano com essa média académica – que, por exemplo, é catorze – e, a seguir, obviamente soma-lhe os anos de serviço. Portanto, no ano seguinte será quinze, no outro ano será dezasseis e assim sucessivamente. O que permitiu o mecanismo dos três anos? Permitiu que determinados docentes que tinham residência, ou que tinham uma ligação afectiva ou familiar a determinada ilha, ou um projecto de vida para determinada ilha, pudessem colocar essa possibilidade, essa hipótese, essa opção.

Isso foi bastante importante, na medida em que, como a Sra. Deputada Graça Teixeira teve a oportunidade de referir, permitiu uma fixação dos professores nas escolas que, em princípio, eram as suas opções, aproximando-se da sua área de residência, aproximando-se do local onde queriam, efectivamente, ficar. Portanto, eu não critico o mecanismo que foi encontrado pelo Governo Socialista. Parece-me um mecanismo que funcionou e que permitiu um aumento da estabilidade do corpo docente. Na minha perspectiva, foi positivo. Sempre disse isso e não vou dizer o contrário.

Agora considero que, em relação a esta solução encontrada para as ilhas da coesão, o mesmo tipo de reflexão devemos fazer. Ou seja, em relação às ilhas de coesão, um licenciado que seja natural da Ilha do Corvo, ou do Faial – desculpem –, da Ilha do Corvo, das Flores ou da Graciosa, evidentemente que nos concursos logo que conclui a sua licenciatura tem muita dificuldade em ficar na sua ilha de residência, ou na ilha de onde é natural. Tem muita dificuldade, porquê? Porque, mesmo que tenha concluído a licenciatura com uma média elevada, o mais provável é, com o grande número de professores que temos, neste momento, no

concurso docente, esse docente terá muita dificuldade em ficar colocado nos primeiros anos.

Portanto, o que esta opção dos seis anos garante é que há aqui uma oportunidade dos docentes que têm ligações a estas ilhas, que têm um projecto de vida para estas ilhas, poderem efectivamente ter alguma oportunidade no concurso docente. Isto significa que se aumenta a oportunidade de os professores ficarem colocados, nomeadamente os recém-licenciados destas ilhas, que não eram em grande número, como se sabe, há uns anos. Mas, graças também aos progressos que se têm verificado a nível do nosso sistema educativo, temos cada vez mais licenciados das ilhas com menor dimensão.

Evidentemente que temos cada vez mais licenciados das Flores. Até há uns anos, um licenciado proveniente da Ilha do Corvo era raríssimo. Hoje em dia conheço vários casos, até há alguns que já foram meus alunos. Obviamente que esta é uma realidade recente. Agora, estes recém-licenciados, tal como estão as coisas, com a saturação que existe neste sector em termos de oferta de licenciados, têm, efectivamente, muitas dificuldades em conseguir ficar colocados. É esta a verdade. Portanto, considero que existe aqui um mecanismo que facilita isso.

Depois, há que considerar que um professor conseguir ficar colocado na ilha onde quer, onde tem o seu projecto de vida, evidentemente é muito favorável para as escolas dessas ilhas, para os alunos e para as famílias, na medida em que está integrado num ambiente onde projecta de facto a sua vida, dá estabilidade à escola e está, obviamente, vocacionado para desenvolver a sua actividade naquela ilha, até porque é natural de lá e quer, evidentemente, desenvolver a sua actividade junto da sua ilha, permitindo o desenvolvimento e reforçando os respectivos projectos educativos das escolas.

Portanto, considero que, em relação à realidade para a qual é projectada a proposta do CDS/PP, é positiva. É a mesma lógica, só que num ambiente geográfico mais restrito, que o Governo utilizou até agora, com resultados práticos bons, em relação ao resto da região. Nesse sentido, vejo a iniciativa como muito positiva, tendo em conta a realidade geográfica para a qual se projecta.

Sra. Deputada Zuraida, quero dizer-lhe o seguinte: considero que o conjunto de argumentos que apresentou é, do ponto de vista intelectual, aceitável. Há um adjectivo que utilizou que não penso possa ser contextualizado e possa ser aceitável no âmbito do contexto educativo, que é a ideia de tortura.

Um professor que se sente torturado, um professor que optou livremente – pode ter escolhido um ano, três anos, isto a propósito de ter de passar seis anos –, a partir do momento em que são pessoas adultas e, evidentemente, pessoas que têm determinado nível de formação, fazem à partida opções conscientes. O que se pede a alguém com este tipo de formação é que faça uma opção consciente. Pode ou não concorrer, pode concorrer por um ano, por três anos, ou por seis, mas, a partir do momento em que faz uma determinada opção, não admito que nenhum professor que fique colocado na Ilha do Corvo por três anos e que, depois, diga “arrependi-me”, se sinta torturado! Se se sente torturado a ensinar, o seu lugar não é no sistema educativo, porque as crianças, os alunos, não merecem que um professor seja torturado a exercer a sua profissão! Se um professor que exerce a sua profissão a exerce sob o efeito da tortura, então está na profissão errada, porque um professor tem de desempenhar as suas funções, tem de estar ao serviço dos seus alunos, tem de estar ao serviço do sistema educativo, tem de estar ao serviço dos Açores!

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): O professor é um ser humano!

Presidente: O Sr. Deputado pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para pedir um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: É regimental, regressamos às 16 horas e 40 minutos.

(Eram 16 horas e 08 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, agradecia que retomassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 45 minutos)

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao diploma que está a ser apreciado, a Representação Parlamentar do PCP não vai dar apoio. No essencial, não o vai dar porque é a introdução de mais um factor – aliás, ele já lá está, no diploma dos concursos, é ampliar um factor – que desvirtua a graduação profissional e, por outro lado, no caso das contratações, aumenta a precariedade laboral no sector docente.

Outras considerações poderão fazer-se, mas queria deixar esta ideia: julgo que as iniciativas que conduzam à fixação de quadros, sejam eles professores ou não, na região, em toda a região, mas em particular nas ilhas de coesão, são louváveis. Julgo, também, que há instrumentos, um quadro legal ainda por regulamentar, de incentivo à fixação e que esse sim, urgia, ou urge, ser regulamentado. Promover a fixação de quadros nas ilhas é, de facto, um objectivo que apoiamos.

Agora, não nos parece que a solução apresentada neste diploma corresponda. Corresponde, com certeza, a um anseio objectivo, mas julgo que não é o melhor caminho, pelas razões que já aduzi, logo no início da minha intervenção.

Aquilo que, de facto, é importante, é que nalguns diplomas e no quadro que está por regulamentar, que se faça essa regulamentação e se promova a fixação de quadros na região, por outras formas que não esta que, de facto, introduz elementos perversos na contratação pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A intenção do CDS/PP ao trazer aqui este diploma do Sr. Deputado Paulo Rosa é efectivamente uma preocupação, que julgamos legítima, da classe docente e é uma

preocupação que nós também temos com as ilhas da coesão, a fixação de jovens nessas ilhas. Foi essa uma boa intenção que nos fez trazer aqui este diploma.

Temos nestas coisas humildade democrática, tem sido a nossa postura aqui. E deste debate vivo, felizmente vivo, que trouxemos aqui, notamos que se concorda, enfim, com a fixação de gente nas ilhas da coesão, que se concorda com alguns princípios, mas que se acha excessivo, talvez, o prazo e que poderá introduzir alguma distorção. Eu não diria perversão e não utilizaria outros termos mais fortes. Talvez não tenha sido, como disse o Sr. Deputado Aníbal Pires, esse prazo dos seis anos o melhor caminho.

Por isso, estamos disponíveis para, com as outras forças políticas, analisar esta questão, que nos parece ser fundamental: criar estabilidade no corpo docente. Portanto, para criar estabilidade no corpo docente, a nossa proposta não é hermética, não é fechada e manifestamos a nossa total disponibilidade para eventualmente a alterar, eventualmente no prazo, porque parece ser o mais delicado em toda esta questão.

Portanto, fica manifestada a nossa disponibilidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, para uma segunda intervenção.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Eu tinha-me inscrito no seguimento do debate desta iniciativa apresentada pelo CDS/PP, mas devo dizer que, atendendo àquela que foi a intervenção do Deputado Artur Lima, que antecedeu a minha, o que me parece que seria talvez prudente, e tendo-se alterado, ou tendo havido uma abertura por parte do PP para alterar a sua posição relativamente, por exemplo, à questão dos seis anos, o Partido Socialista não vê nenhum inconveniente e o que eventualmente sugere é que isso possa baixar à comissão e ser eventualmente reapreciado, com as alterações que o CDS/PP entender introduzir.

Presidente: Acaba de dar entrada na Mesa um requerimento do CDS/PP, que passo a ler: “Nos termos do artigo 134.º do Regimento, o Grupo Parlamentar do CDS/PP requer a baixa à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

do diploma em epígrafe, na sequência do debate parlamentar, onde diversas forças políticas manifestaram abertura para aperfeiçoar a iniciativa, por concordarem em abstracto com o princípio diferenciador proposto, mas manifestarem reservas quanto ao período de vínculo vertido na proposta”. Vem assinado pelo Presidente do Grupo Parlamentar.

Realmente, segundo o artigo 134.º, “Até ao termo do debate na generalidade a Assembleia pode deliberar, a requerimento fundamentado subscrito por um grupo parlamentar ou, pelo menos, por cinco Deputados, a baixa do projecto ou proposta de decreto legislativo regional a qualquer comissão, para o efeito de nova apreciação, no prazo que for designado”. Rege o artigo 87.º, n.º 2, que “Admitidos os requerimentos, nos termos da alínea d) do artigo 22.º, são imediatamente votados, pela ordem da sua apresentação, sem discussão, nem declarações de voto orais”.

Devo então dizer que considero, face à fundamentação expendida no requerimento, que ela fundamenta o mesmo e é fundamentação bastante. Nessa medida, anuncio à câmara que vou admitir o requerimento, decisão essa, aliás, de que, como sabem, pode existir recurso. A minha decisão é, portanto, de admissão do requerimento e, se não houver qualquer recurso, vou pô-lo imediatamente à votação.

Passo então à votação do requerimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o teor do requerimento façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, deixamos este ponto, que baixa à Comissão de Assuntos Sociais, e passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Resolução n.º 11/2010 – “Alargamento do mecanismo de protecção social do FUNDOPESCA para compensar os pescadores não abrangidos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Dou a palavra à bancada do PSD para apresentar este Projecto de Resolução.

Sr. Deputado João Costa, faça o favor.

(* **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com este Projecto de Resolução, pretende o PSD que a câmara recomende ao Governo o alargamento do mecanismo de protecção social do FUNDOPESCA, para fazer face às dificuldades que atravessam alguns pescadores que não acederam a este mecanismo. Para fazer face precisamente por, por um lado, a região atravessar uma crise, que é também mundial, e, por outro, também tendo em conta o inverno rigoroso que nos tem assolado e que tem levado a que os homens do mar não possam exercer a sua actividade como seria desejável.

Neste sentido, uma vez que, conforme tem sido várias vezes reportado, existe um número ainda relativamente considerável de pescadores que não obtiveram qualquer apoio do mecanismo de protecção social do FUNDOPESCA, por não integrarem todos os critérios definidos pelo conselho administrativo do FUNDOPESCA para poderem aceder ao respectivo fundo, e nessa medida, como medida de carácter extraordinário e com a natureza de medida, também, para combater uma situação de emergência social, propunha-se, e o nosso projecto assim o determina, que esta câmara recomende ao Governo Regional o alargamento daquele mecanismo, para poder realmente haver uma maior protecção dos profissionais da pesca que estão a passar dificuldades.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Lima, para uma primeira intervenção.

(* Deputado José Lima (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução apresentado pelo PSD é um projecto sem nexos e não tem qualquer fundamento, porque o que nele está em causa é abrir, ou alargar, o respectivo fundo a todos os pescadores, quer tenham direito, quer não tenham, coisa que é impossível acontecer, porque o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de Maio, é claro relativamente à atribuição do mesmo fundo, o qual garante a compensação salarial a todos os profissionais de pesca dos Açores que reúnam os critérios estabelecidos no referido Decreto Legislativo.

O referido diploma é claro no seu artigo 4.º, âmbito material, concretamente no n.º 1, alíneas a), b) e c), bem como no seu artigo 12.º, receitas, que define o que constituem as receitas do FUNDOPESCA, estando bem claro na sua alínea h) o desconto na Lotação de 0,5% do valor do pescado transaccionado em lota por cada embarcação. O FUNDOPESCA é um apoio que foi criado para compensar os pescadores, profissionais de pesca, pelos dias em que o mau tempo os impede de exercer a sua actividade. São abrangidos os armadores e os pescadores inscritos marítimos, titulares de cédula marítima válida, exercendo as suas funções em regime de exclusividade a bordo de embarcações registadas nos portos da região devidamente licenciadas. Em seiscentos e sessenta armadores, cerca de trezentos e dez dispensaram esta prestação, por considerarem preferível prestarem eles próprios os apoios aos seus pescadores, não descontando os 0,5% para o fundo em questão.

Este FUNDOPESCA é administrado por um conselho administrativo, ao qual compete tomar todas as medidas necessárias relacionadas com a aplicação do fundo, bem como o bom funcionamento do mesmo. Este conselho tem poderes para deliberar como deve ser aplicado o respectivo fundo, criando os respectivos critérios. Este fundo não é para criar dependentes, é um fundo de compensação salarial, não para parar a actividade, mas sim para impulsionar e dar mais desempenho ao sector.

O que pretende o PSD é que este regime de apoio seja alargado a todos os pescadores, independentemente de efectuarem descontos para o mesmo, ou não, sendo em nossa opinião e por uma questão de justiça social totalmente descabido que todos os pescadores sejam beneficiários de um regime para o qual não contribuem de nenhuma forma. Por esta razão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota contra este Projecto de Resolução apresentado pelo Partido Social Democrata.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, este tem sido um ano um bocadinho problemático para as nossas actividades, não só na área das pescas como, inclusive, também na parte da agricultura, onde as pessoas ligadas a essas actividades têm sofrido muito com o tempo que nos tem assolado e que tem de certa forma prejudicado muito, não só a ida para o mar, como também tem danificado muitas das nossas explorações. Desse ponto de vista, nós achamos que tem de haver, de facto, uma atenção especial e, se calhar, até medidas extraordinárias para tentar de certa forma combater este problema, que está a tirar alguns rendimentos às pessoas que trabalham nos sectores produtivos.

Também gostaria de fazer lembrar aqui esta câmara que o CDS já apresentou, através de requerimento, nomeadamente pelo nosso Deputado das Flores, Paulo Rosa, algumas situações irregulares na atribuição do FUNDOPESCA. Portanto, o CDS tem mantido a primeira linha de actuação e acompanhamento da execução deste fundo. Para nós, tem medidas positivas, mas também não podem, de certa forma, ser cometidas injustiças, ou algum tipo de situações menos claras. Desse ponto de vista, nós temos actuado e temos chamado a atenção do Governo.

Gostaria de lembrar também que a questão do FUNDOPESCA e as suas condições de atribuição estão regulamentadas, digamos assim, através do conselho de administração, que as atribui. Também o CDS teve a oportunidade, em Comissão de Economia, de alertar que havia uma falha nesta atribuição. Nomeadamente, os pescadores, os profissionais da pesca, que exercem a sua actividade em exclusividade durante um período inferior àquele que o conselho administrativo propõe para que seja atribuído este fundo não podem beneficiar dele. Portanto, acho que também devia ser criada aqui uma regra de proporcionalidade e penso que até o Sr. Subsecretário das Pescas na altura acolheu com alguma abertura fazer esta correcção futuramente ao FUNDOPESCA. Nós dizemos futuramente, mas se calhar o futuramente tem de ser já hoje e não guardar para o dia de amanhã, porque assim também abrangeria mais gente ligada ao sector.

Para além disso, e agora entrando concretamente no Projecto de Resolução apresentado pelo PSD, tem os princípios ou os considerandos que nós não pomos

em causa, mas depois, em relação à Resolução em si, o facto de – e aqui penso que também o Sr. Deputado José Gaspar, da parte da bancada do Partido Socialista, já fez referência – dizer que todos são abrangidos pelo FUNDOPESCA, todos os pescadores em actividade, não nos parece que seja uma medida correcta. Aliás, é uma medida até, de certa forma, com alguma demagogia, algum carisma de tipo soviético, porque nós dizemos que há aqui um princípio que é fundamental, o princípio da solidariedade. Acho que esse princípio, esse laço, se quebra atribuindo de uma forma indiscriminada a todos, aos que solidariamente descontam para o fundo e aos outros que não descontam.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Agora, que pode haver uma medida extraordinária da parte do Governo para fazer face a esta situação extraordinária, aí somos totalmente de acordo. Portanto, parece-nos que este Projecto de Resolução é demasiadamente vago e demasiadamente extensivo, tendo em conta os seus objectivos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

(* Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Resolução é uma situação um pouco insólita, porque vem da parte de um partido que durante cerca de vinte anos não introduziu na região nenhum mecanismo de apoio aos pescadores.

Só para ficarem com uma ideia, a partir do momento em que este diploma entrou em vigor, em 2002...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): O senhor não estava cá, como é que sabe?

O Orador: ...a Região Autónoma dos Açores já apoiou em mais de quatro milhões de euros os nossos pescadores! Dez ou quinze vezes mais, nós não sabemos os valores, do que foi apoiado antes de 96. O que significa que, no espaço de pouco mais de dez anos, foram dados valores de apoio aos nossos pescadores, porque até essa altura a preocupação que existia cifrava-se apenas no atum.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não interessa a proposta, o que interessa é de onde ela vem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Daqui a três meses ela está aqui.

O Orador: Este FUNDOPECA é um diploma com a matriz do governo socialista, que foi criada, quer no continente, quer na própria...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Os senhores ficam nervosos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor, o Sr. Subsecretário está no uso da palavra.

O Orador: Sr. Presidente, posso continuar?

Há aqui um certo nervosismo com algumas verdades que são ditas, mas a verdade é um facto: antes de 96 não existia na Região Autónoma dos Açores nenhum instrumento legal que permitisse dar apoio aos pescadores por causa do mau tempo. É essa a verdade!

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso resolve o problema actual? Resolva o problema agora!

O Orador: E querer, agora, generalizar um apoio a toda a gente, sem critérios nenhuns, não é mais do que pura demagogia.

Queria também dizer aos Srs. Deputados que existe agora, neste momento, uma ligeira recuperação do sector das pescas.

No primeiro trimestre do corrente ano, o sector das pescas tinha tido menos 16% em quantidade e menos 20% de valor, e até ao dia 21 de Abril houve uma ligeira redução e a quantidade capturada face ao período de tempo do ano anterior foi menos 10% em quantidade e menos 15% em valor. Ou seja, nós, neste momento, tivemos uma venda em lota de 6,7 milhões, mas demos 1,2 milhões de apoio no período de Dezembro até Março do corrente ano, o que significa que, de facto, os pescadores estão com os rendimentos, com o reforço do FUNDOPECA, muito semelhantes aos rendimentos do ano passado.

É tudo, Sr. Presidente, para já.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(* Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria apenas participar neste debate, neste momento, para repudiar vivamente quer as afirmações do Sr. Deputado José Gaspar, quer as afirmações do Sr. Deputado Pedro Medina, pelo seguinte: esta célebre ideia de que quem não desconta não recebe é, do nosso ponto de vista, muito pouco digna proferida por um partido que se diz socialista. Fica mal na boca de um partido que se diz socialista!

Deputado Lizuarte Machado (PS): O Sr. Deputado José Gaspar não generalizou.

A Oradora: Por outro lado, tenho de perguntar: se é esta a noção de solidariedade do Partido Socialista...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Sr. Presidente, eu gostava de poder continuar.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, alguma serenidade no debate, por favor. A Sra. Deputada Zuraida Soares está no uso da palavra.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Se é esta a noção de solidariedade do Partido Socialista, eu quero fazer a pergunta ao contrário: então e os pescadores que descontam para o FUNDOPESCA e que nunca chegam a receber, porque não estão dentro dos critérios restritivos da atribuição deste subsídio? É que ou há moralidade, Srs. Deputados, ou “comem todos”, como diz o povo! Há aqueles que não têm direito a receber, mesmo numa situação extraordinária como é aquela que estamos a viver em termos climatéricos nesta região, porque não descontaram. Mas o Sr. Deputado José Gaspar fez o favor de se esquecer de todos os outros que descontam, mas que nunca chegam a receber, porque não constam dos critérios.

Deputado José Lima (PS): Isso é falso! A senhora não conhece as situações!

A Oradora: Já agora, dentro da mesma filosofia solidária, faço outra pergunta: deste ponto de vista, as mulheres domésticas nunca poderiam ter direito a nenhum tipo de apoio, nem a nenhum tipo de solução, porque, na realidade, nunca descontaram! Trabalharam foi a vida inteira!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José Lima (PS): Isso é outra coisa, isso é demagogia!

Deputada Zuraida Soares (BE): Socialistas!

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar o nosso debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Vem tentar salvar o Bloco de Esquerda.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PSD surge num momento em que os pescadores açorianos vivem uma situação aflitiva. Pretende, julgamos nós e tudo indica, ser uma ajuda suplementar para uma situação considerada extraordinária.

Porém, a situação em que vivem os pescadores açorianos é cada vez mais aflitiva, não só por motivos atmosféricos, mas, principalmente, porque os sucessivos governos têm andado à deriva, há largos anos a esta parte. E este, ainda não entendeu o que, nem como, fazer. Mas também não tem a humildade de tentar perceber. Prefere funcionar por expedientes, ao sabor das ondas, num emaranhado de legislação imprecisa e regulamentos de ocasião.

Nós entendemos e convivemos com a situação vivida pelos pescadores e já trouxemos a esta Assembleia uma iniciativa para aligeirar e clarificar o FUNDOPESCA, estabelecendo normas e valores de atribuição, independentes de regulamentos à medida da ocasião. Assim não o entendeu o PS, que preferiu ter “à mão” a possibilidade de ser “bonzinho” quando bem o entender, influenciando o regulamento quando lhe aprouver. Espero, muito sinceramente, que as novas indicações influenciem, agora, o arrepio desta prática.

Assim, mesmo antevendo ou parafraseando os argumentos do Governo e do PS, de que já foram activadas medidas no âmbito do FUNDOPESCA e de que outras de cariz extraordinário já estão previstas, mas concordando com a necessidade de

implementação de medidas que obstem à progressiva degradação do sector, arrastando para a pobreza quem vive desta actividade, vamos votar favoravelmente.

Mas não deixamos de, veementemente, chamar a atenção do PS e do Governo Regional para o facto de que esta medida, mesmo que aprovada nesta Assembleia, não colmatará a necessidade de se elaborarem respostas estruturantes, a montante, que tirem o sector da pesca do sufoco em que presentemente se encontra e o recolquem no lugar essencial que desempenha na economia, no desenvolvimento sustentável e no bem estar das populações desta Região. A situação do sector exige medidas mais duradouras e eficazes e não mais uma medida extemporânea de cariz “esmolento”, que retira dignidade à profissão de pescador.

É este o desafio que fazemos ao Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projecto de Resolução que estamos a apreciar, consta de uma recomendação ao Governo que, não dando indicações precisas – e julgo que neste caso até é um mérito –, tem origem no facto da excepcionalidade de um mau ano para a actividade.

Portanto, podendo-se eventualmente criticar por no seu objecto não dar indicações precisas, eu julgo que este até é um dos méritos do Projecto de Resolução que o PSD propõe, que é dar a possibilidade ao Governo Regional, recomendando, o alargamento. Portanto, não vejo nenhum motivo para que se tenham tecido os comentários que a bancada do Partido Socialista teceu acerca deste Projecto de Resolução.

Vamos dar o nosso apoio ao Projecto de Resolução, apresentado pelo PSD, que visa o alargamento dos apoios concedidos no âmbito do FUNDOPESCA.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Lima.

(*) Deputado José Lima (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer o seguinte: houve, de facto, uma segunda fase. Na segunda fase de apreciação do FUNDOPESCA, houve por parte do conselho de administração um alargamento, que veio a abranger, de facto, mais pescadores, porque houve uma melhoria nos critérios decididos pelo conselho de administração. Essa medida veio abranger mais de 90% dos pescadores, nessa segunda fase.

Queria dizer também que o Projecto de Resolução do PSD, quando diz aqui, no seu último parágrafo, e passo a citar, "...o alargamento do mecanismo de protecção social do FUNDOPESCA, estabelecendo um apoio que abranja todos os pescadores em actividade...", eu gostava de saber se esses pescadores em actividade são aqueles que descontam para o FUNDOPESCA, ou se abrange todos os que estão em actividade e que também não descontam para o FUNDOPESCA. O senhor ainda não me explicou, de facto, este ponto.

Queria dizer ainda que o Governo, neste sector, nesta área e neste momento, tem tomado medidas, pelas quais tem vindo a resolver as necessidades que existem e que, de facto, foram prementes até Março. Está e continua a tomar medidas que venham trazer melhores benefícios e melhor qualidade de vida para os pescadores. Continua a fazer isso. Isso não é o que o senhor apresenta aqui. O senhor apresenta outra coisa!

O que o senhor apresenta é: eu estar a descontar para um fundo de reforma, chegar a altura de o receber e, se apresentar um documento à empresa para onde desconto, dizerem assim: "Não, agora todos aqueles, todos os que descontaram e os que não descontaram, têm de receber também desse fundo de reforma". Meu senhor, haja saúde!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(*) Deputado João Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Gaspar, o senhor agora, de alguma forma, entrou em contradição.

O senhor começa por dizer "alargar sem sentido e alargar sem critério". Em termos de critério, nós já sabemos que o Governo está a alargar de alguma forma, já respondeu positivamente. Se o Governo já alargou...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Alargou com critério.

O Orador: ...já respondeu a uma pequena parte daquilo que é pretendido com este Projecto de Resolução. Vejamos: há um mês, o Sr. Subsecretário das Pescas, nesta casa, disse que entre Julho e Dezembro de 2009, quem tivesse vinte capturas ou vinte saídas para o mar iria também beneficiar do mecanismo do FUNDOPESCA. Na Comissão de Economia já fala em quinze. Portanto, estamos a caminhar para lá.

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Não ouviu bem!

O Orador: Há pescadores que têm dez, que têm seis, há casos destes.

Deputado José Lima (*PS*): O senhor deve ser daqueles que concorda com a fuga à lota. Deve servir para isso.

O Orador: Vamos ver se nos entendemos nesta casa, relativamente a um pormenor que acho ser importante, no seguinte sentido:

Um projecto de resolução não revoga nem derroga um decreto legislativo regional, estamos de acordo. O que se está a pedir é para alargar o mecanismo de protecção social do FUNDOPESCA dentro do âmbito do decreto legislativo regional e do Conselho Administrativo do FUNDOPESCA. Discutir se os critérios que estão a ser utilizados são ou não legais, lá chegaremos noutra altura. Alargar os critérios que estão a ser utilizados, obviamente dentro do espírito e daquilo que determina o Decreto Legislativo Regional 16/2002/A.

Sr. Subsecretário das Pescas, o senhor vem com a tradicional...

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): A verdade!

O Orador: ...enfim, perseguição relativamente ao ano de 96, mas quer que lhe diga uma coisa? Antes do Decreto Legislativo Regional 16/2002, foi legislado o Decreto Legislativo Regional 19/96/A, de 7 de Agosto, que criou o Fundo de Compensação Pecuniária dos Pescadores, FUNCOPP. É o preâmbulo do Decreto Legislativo Regional 19/96/A. Sabe quem era Governo em 22 de Maio, quando foi aprovado?

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Pagaram quanto?

O Orador: Então, explique uma coisa: entre 96 e 2002, o que é que o senhor fez?

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Zero.

O Orador: Entre 96 e 2002, o que é que o senhor fez?

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Já disse, fez zero!

O Orador: Não fez nada! Se não servia e continuou sem servir, até 2002 o senhor ficou sem saber o que fazer.

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Não servia, porque era discriminatório, só se aplicava às embarcações de boca aberta.

O Orador: Portanto, até 2002. Deixe lá o fantasma de 96 e ficará a perceber que o que se pretende aqui é realmente fazer face a um problema social que afecta profissionais da pesca da nossa região. Os senhores vão percebendo isso, mas sempre, como é costume e como gostam, o que fazem é desviar as atenções, chumbar os projectos de resolução que o PSD apresenta e, depois, pelas traseiras e às escondidas, lá vão fazendo o que é pedido.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Isso é demagogia pura!

O Orador: Tudo bem, nós aceitamos e até nos congratulamos que façam aquilo que o PSD vem dizendo para os senhores fazerem. O que nós queremos é que os senhores governem com aquilo que são boas medidas. E alargar o mecanismo social do FUNDOPESCA para abranger mais pescadores que têm, efectivamente, a sua profissão na actividade da pesca e que, nos últimos meses, não têm podido exercer a sua profissão, que estão a atravessar um período de dificuldades, isso sim, é que interessa com esta aprovação e com esta recomendação, que é a recomendação que o Parlamento faz ao Governo. Que o Governo a cumpra, ainda que o faça sem o confessar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputados Cláudio Almeida e Rui Ramos (*PSD*): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Subsecretário Regional das Pescas, tem a palavra.

(*) Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu só queria chamar a atenção para o seguinte: para fazer parte do FUNDOPESCA, basta começar a descontar para o FUNDOPESCA. É tão simples

quanto isto. Mas sempre foi assim, desde 2002! Qualquer pescador que chegue e diga: “Eu quero descontar para o FUNDOPESCA”...

Deputado João Costa (PSD): Então por que é que os que descontam não recebem?

O Orador: Não: não descontam, não recebem. Recebem de outros complementos sociais.

Deputado João Costa (PSD): Não, não! Diga a verdade!

O Orador: Não, não! A verdade é que 90% dos pescadores receberam apoio.

Deputado João Costa (PSD): Há ou não pescadores que não recebem?

O Orador: 90% dos pescadores receberam apoio. Cerca de mil e quinhentos pescadores receberam apoio...

Deputado João Costa (PSD): Há pescadores que descontam e não recebem.

O Orador: ...foram dispendidos mais de um milhão e duzentos mil euros nestes últimos três meses e os rendimentos dos pescadores foram compensados com este fundo, que é um instrumento de protecção social, que era inexistente e que tem a marca do Governo PS em prol do rendimento dos nossos profissionais da pesca.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Sim, ou não: há ou não pescadores que descontaram e não receberam?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Lima.

(* **Deputado José Lima (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só para ler aqui uma passagem de um documento que foi deixado por um pescador ouvido pela Comissão de Economia, que diz o seguinte e é muito claro: “O pagamento de prestações pecuniárias a título de compensação salarial a profissionais de pesca que não tenham aderido ao FUNDOPESCA configura-se uma medida contraproducente e incentivadora ao abandono do FUNDOPESCA”...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: ...“desresponsabilizando todos os profissionais da pesca dos Açores da obrigação de contribuírem para aquele fundo”. Se os senhores acham que se deve fazer isso, estejam à vontade!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(*) Deputado João Costa (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Gaspar, o senhor não me ouviu!

Deputado José Lima (PS): Não ouvi, não! Estou cansado de ouvir.

O Orador: Um projecto de resolução não pode revogar um decreto legislativo regional!

Deputado José Lima (PS): Não revoga nada.

O Orador: Portanto, o que se quer é que aqueles critérios que o Sr. Secretário...

Recomenda, o que faz é uma recomendação ao Governo Regional, para que o Sr. Secretário possa, de uma vez por todas, dizer a verdade nesta casa e confirmar que há pescadores que descontaram para o FUNDOPESCA, que não têm mais rendimentos, que não recebem...

Deputado José Lima (PS): Não cumprem os critérios.

O Orador: ...e não têm direito, porque não têm as descargas ou as saídas para o mar suficientes.

Deputado José Lima (PS): Os critérios têm sido alargados para abranger mais gente.

O Orador: Há casos desses até dentro daquele limite, que o senhor agora baixou para quinze saídas para o mar no segundo semestre do ano passado, e que continuam a não atingir as quinze saídas e, portanto, não têm direito a receber.

O senhor citou um pescador, um memorando de um pescador. Se ler as notícias da semana passada, verá que a Federação das Pescas até quer mais do que isso, quer o alargamento a todos. Aquilo que o senhor diz que é injusto, insensato e sem sentido é defendido pela Federação das Pescas.

Muito obrigado.

Deputado José Lima (PS): A Federação não pode dizer isso, porque a Federação concorda com isso no Conselho de Administração.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

Deputado João Costa (PSD): Sim, ou não: há ou não pescadores que descontaram e não receberam?

Deputado José Lima (PS): Não têm os critérios!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS, em sede de comissão e nesta Assembleia, quando o Bloco de Esquerda apresentou o seu projecto, acusou o Bloco de Esquerda de querer atribuir mais um salário anual aos pescadores. Agora, há transferências para as contas dos pescadores que trazem a indicação de “salários”. Quem é que querem confundir? Apoio? Subsídio? Compensação? Ou salário?

O Sr. Subsecretário afirmou, e está escrito, que a pesca é uma actividade difícil, mas rentável. Rentável para quem? Não me parece que seja para os pescadores que estão a viver esta situação.

Tem, agora, um problema grave: zonas com muitos pescadores, mas sem peixe. Zonas com algum peixe, cuja captura urge regulamentar e que os pescadores desta zona querem preservar. Pelo meio, temos pescadores contra pescadores e a arrogância do Sr. Subsecretário. “A decisão fomenta o clima de contestação nos portos de pesca de São Miguel contra o subsecretário regional das Pescas e de crispação entre os pescadores micalenses e de outras ilhas da região”. (*Correio dos Açores, 21 de Abril de 2010*). Está escrito no jornal.

Em sede de Comissão de Economia e relacionado com este assunto, o Sr. Subsecretário disse que era um membro do Governo e que respondia às minhas perguntas como queria. Entendo que não se sinta no dever de esclarecer o que um deputado desta Região queria saber, numa audição a um membro do Governo. Fica o registo.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Isso é falso!

O Orador: Disse mais: se quiser saber mais, vá ouvir os profissionais da pesca.

Se, em relação à sua postura, penso que lhe cabe a si reflectir sobre o assunto, em relação à sua recomendação, segui-a à risca, como se costuma dizer. Não, porque

ainda não o tivesse feito, mas para indagar se, neste lapso de tempo, algo de maravilhoso se teria passado.

Trago-lhe aqui algumas notas sobre o que me disseram os pescadores:

1. Stock do goraz em perigo. São distribuídas quotas restritivas, durante o período de bom tempo. A partir de Outubro, abrem tudo, mas, devido à época do ano, só os grandes conseguem pescar, ainda por cima de forma indiscriminada. Se calhar, é rentável para alguns.

2. Quota do Rabilo: ZERO. O Rabilo é uma espécie altamente valorizada nos mercados estrangeiros, chegando a ultrapassar quinhentos dólares por quilo.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso não tem nenhuma importância na região.

O Orador: Tem a ver com o rendimento dos pescadores, Srs. Deputados.

Mas podemos pescar Bonito à vontade. O Bonito tem um baixo valor comercial, Sr. Secretário. Foram negociar O QUÊ???

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso é irrelevante.

O Orador: É isto que é relevante, é este o problema que se vive nos Açores. São estas as causas, o resto são consequências.

3. Barcos, antigas Traineiras do Atum: “Mestre Bobicha”, “Lajes do Pico” e “Ilha de Santa Maria”. Antes pescavam atum, agora praticam a pesca de fundo. Compradas por espanhóis e com licenças passadas pela sua Secretaria, pescam de forma indiscriminada.

4. O Governo Regional comprou 30% do capital da COFACO, por um valor que, à cotação da data, estava na bolsa, dava para comprar toda a empresa. Para fazer o que fez agora? E o que fará no futuro?

Estes são tudo dados que colhi dos pescadores. Foi o Sr. Subsecretário que me mandou ir falar com os pescadores, eu só estou trazendo o recado.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Ainda não acabou!

5. “Espada-Pesca”: porquê criar esta empresa, quando a “Porto de Abrigo”, a par da “APEDA”, são o tipo de organização reconhecida pela União Europeia para desempenhar a respectiva actividade? A quem interessa esta empresa?

6. Fábrica de laboração de peixe-espada em Santa Maria: qual é a situação neste momento?

7. Há muitos pescadores em situações difíceis:

- “Baía das Lajes”, arrestado pelas Finanças;

- Barcos abandonados, como o “Açor Ocidental”, construído com apoios governamentais que ainda não foram pagos;

- Dívidas à banca em fase de execução;

- Seguros em atraso há mais de seis meses. A Mútua faz o impossível, mas há legislação que a impede de fazer mais.

8. Entreposto frigorífico de Santa Maria. Qual é a sua situação de funcionamento?

9. Entreposto das Ribeiras do Pico? Agora trabalha com frangos!

10. Pescadores com projectos idênticos mas em sítios diferentes apoiados a 75% nuns e, concretamente no Faial, pescadores com provas dadas há muitos anos, 33%. Onde estão os critérios?

11. Atum importado e depois exportado com a marca “AÇORES” e com indicação de “*free of dolphin*”. Peixe capturado com redes de cerco à mistura com golfinhos e outras espécies protegidas. Vamos ter o mesmo problema – e agora é ali para aquela bancada – que Natalino Viveiros teve com a carne de vaca importada?

Estas são algumas perguntas que os pescadores querem ver respondidas. E, se o Sr. Subsecretário não quis responder ao Bloco de Esquerda em sede de comissão, faça o favor, responda neste Plenário.

Muito obrigado.

Deputado José Lima (PS): Nem sequer fez essas perguntas em sede de comissão!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

(* Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Membro do Governo:

Eu nunca vi, de facto, tanta coisa em tão pouco tempo como nestes últimos minutos.

Deputado Mário Moniz (BE): É o tempo que tenho.

O Orador: Começando apenas por três questões, porque só consegui apanhar três, no meio de tanta coisa sem sentido de que falou:

Primeira questão, o ordenamento da pesca na Região Autónoma dos Açores. O ordenamento da pesca na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente a portaria de armadilhas que foi publicada, foi alvo de um pedido formal, por escrito, no qual escreveu o Presidente da Porto de Abrigo a este departamento a solicitar a área das seis milhas, que fosse criada uma área de reserva para as embarcações da frota local. Tenho aqui o documento, posso mostrar.

Aquilo que aconteceu foi que houve uma viragem, ou seja, a pessoa em causa acabou por mudar de opinião e tem o direito de mudar de opinião. Agora, o que é um facto é que aquilo foi alvo de um pedido formal da Federação das Pescas dos Açores, foi alvo duma carta escrita da Federação das Pescas dos Açores e nós pusemos a portaria a consulta a todas as associações da pesca, não tendo recebido nenhum parecer escrito, nem comunicado, daquela organização. De qualquer modo, esta medida permite que se pesque, desde que haja um parecer favorável da própria associação da ilha em causa e do Departamento da Oceanografia e Pescas. Até esse próprio ordenamento tem possibilidades de flexibilização que permitem fazer com que as embarcações possam pescar.

No que respeita às quotas, Sr. Deputado, as quotas do goraz são implementadas em parceria com as associações da pesca.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Nós temos as quotas que são atribuídas às embarcações de pesca, a forma de gestão da quota de pesca é feita em parceria e temos flexibilizado sempre. Ou seja, é sempre possível flexibilizar e melhorar a gestão. Agora, essa gestão da quota do goraz, em concreto, é uma gestão efectuada em conjunto com cada associação de cada ilha e nós temos introduzido, ao longo dos anos e ao longo dos meses, mecanismos que flexibilizam e que permitem que exista um consumo mais correcto da própria quota.

Deputado José Lima (PS): Vem melhorar e muito.

O Orador: No que respeita à quota do rabilo, Sr. Deputado, são quotas impostas pela União Europeia. Quer dizer, nós pertencemos à União Europeia e temos de cumprir com as regras da política comum de pescas. Há uma quota, há uma captura que é proibida durante um determinado período e nesse período a captura não é permitida, sendo certo que o rabilo é uma espécie que frequenta pouco as nossas águas.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: As nossas espécies nobres e que utilizamos aqui de pesca são o patudo, uma espécie que é muito parecida com o rabilo, e o bonito.

Relativamente às outras questões, eu só me lembro do entreposto de frio de Vila do Porto, que é uma obra que está em andamento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quanto tempo falta?

O Orador: Disse muitas outras coisas que eu não consegui compreender, até pela falta de racionalidade das medidas.

Mas aquilo que lhe disse na Comissão de Economia, Sr. Deputado, o Sr. Deputado voltou-se para mim e disse-me assim: “Diga-me só, sim ou não?”; e eu disse: “O senhor não é nenhum juiz, eu tenho de responder, estou num cargo político, devo responder-lhe de uma forma mais concreta”. Foi isso que lhe disse, apenas. Disse-lhe mais: algumas das coisas que tinha dito estavam incorrectas, nomeadamente aquilo que refere relativamente às armadilhas e às quotas; fale com os pescadores e com as associações, para saber qual é o seu pensamento sobre a gestão do sector das pescas.

Muito obrigado.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado João Costa, tem a palavra.

(* Deputado João Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria apenas, para que não restem dúvidas, explicar ao Sr. Deputado José Gaspar que realmente a Federação das Pescas defendeu, na semana passada, através de

notícia publicada em órgãos de comunicação social, o alargamento total a todos os pescadores, independentemente de terem ou não descontos.

Deputado José Lima (PS): Isso foi numa reunião da Federação?

O Orador: Importa esclarecer o Sr. Deputado José Gaspar, relativamente às considerações que tem sobre os custos, o que alguns pescadores dizem e outros também dizem. Eu estou só a dizer que, contrariando aquela opinião que o Sr. Deputado José Gaspar acabou de mencionar aqui, houve alguém que, em nome da Federação de Pescas...

Deputado José Lima (PS): “Houve alguém que... em nome da Federação...”

O Orador: Eu costumo acreditar. Acho que um jornal como o Açoriano Oriental, que ainda ontem foi aqui enaltecido pelos seus cento e setenta e cinco anos, costuma publicar notícias minimamente, ou totalmente, fiáveis. Quer dizer, eu não parto do princípio de desconfiar da veracidade das notícias publicadas num jornal de referência na região. Parece-me a mim que é o mínimo que se pode exigir da relação com um órgão de comunicação social como aquele.

O Sr. Subsecretário também mencionou, talvez em aparte, que entre 96 e 2002 não funcionava, que o Decreto Legislativo Regional 19/96/A não servia. Eu lembrei-me, até posso estar enganado, mas o senhor sabe quem era o Director Regional das Pescas entre 1996 e 2002, ou 2000? Está ali, sentado na primeira fila: é o líder da bancada parlamentar do Partido Socialista. Talvez ele lhe possa esclarecer a si por que é que as coisas, até 2002, não funcionaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não temos mais inscrições. Vamos proceder à votação da Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada, com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos...

O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para solicitar um intervalo de trinta minutos, Sr. Presidente.

Presidente: É regimental, voltamos às 18 horas e 5 minutos. Até já.

(Eram 17 horas e 35 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 27 minutos)

Passamos para o ponto seis da agenda de hoje, **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/2010 – “Introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da Administração Regional, Administração Local, serviços e entidades dependentes, independentemente da sua natureza”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Diga, Sr. Deputado Helder Silva?

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente, queria perguntar quanto tempo é que este intervalo regimental durou.

Presidente: Este intervalo regimental durou, na prática, 50 minutos.

(* Deputado Helder Silva (PS): Parece-me que excedeu largamente aquele que era o tempo que estava previsto e, sendo certo que temos sempre, acomodamos sempre, aquilo que são algumas necessidades de mais alguns minutos, trata-se, efectivamente, no nosso entendimento, de algo um pouco exagerado. Nós acomodámos a pretensão do PSD de terminar os trabalhos deste Plenário um pouco

mais cedo esta semana, mas também me parece que devemos, já agora, ter alguma consideração por esta casa, pelos trabalhos e pelo curso dos trabalhos, também.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Realmente, eu faria um apelo a todos sem excepção para que, tanto quanto possível, os horários e os tempos fossem cumpridos. Pela minha parte faço, como sabem, um esforço de pontualidade e gostaria que todos também o fizessem, embora possa sempre haver uma ou outra situação excepcional.

O Sr. Deputado Clélio Menezes tem a palavra.

(* Deputado Clélio Menezes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, venho assumir que este atraso se deveu, penso, ao Grupo Parlamentar do PSD. No entanto, que eu saiba, não sei se alguma vez o estrito tempo fixado para os intervalos foi cumprido escrupulosamente.

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso não é desculpa.

O Orador: A opinião que tenho é que isso nunca aconteceu.

Neste caso concreto, assumimos essa responsabilidade, mas foi por circunstâncias excepcionais que isto aconteceu, porque, de resto, o Grupo Parlamentar do PSD tem tido a preocupação permanente de cumprir os tempos fixados.

Lamentamos que isto tenha sido aproveitado para criar um pretenso incidente. Da nossa parte não é incidente, é apenas e só o assumir da responsabilidade que, neste caso concreto, foi do Grupo Parlamentar do PSD. Lamentar isso, pedir desculpa aos Srs. Deputados que esperaram e esperar que, numa próxima oportunidade, não voltem a acontecer situações que suscitem esta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Efectivamente, V. Exa., Sr. Presidente, cumpriu escrupulosamente o horário, tocou à hora certa e praticamente à hora certa estávamos cá todos. Estivemos pacientemente à espera do Grupo Parlamentar do PSD que, num intervalo de trinta minutos, chegou cinquenta minutos depois. Cinquenta e um minutos, exactamente.

Queria dizer, tão-somente, que ao Grupo Parlamentar do PSD o que tinha ficado bem era chegar aqui, fazer uma interpelação à Mesa e fazer um pedido de

desculpas que nós todos, naturalmente, teríamos aceite, em vez de vir com lamentos e, só no fim e a muito custo, vir com uma desculpazinha. Portanto, o que tinha ficado bem era o Grupo Parlamentar do PSD chegar aqui, não tinha sequer que dar justificação do seu atraso, mas pelo menos, com toda a franqueza e com toda a delicadeza, pedir desculpa a quem esteve aqui, o Sr. Presidente, o Sr. Secretário e nós todos, durante quinze longos minutos, sentados nestas cadeirinhas à espera do Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma interpelação, presumo.

(* **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Não é para trazer mais achas para a fogueira mas, na realidade, considerar um aproveitamento uma chamada de atenção absolutamente legítima da parte do Sr. Deputado Helder Silva, no sentido de pedir algum civismo, neste caso no sentido, não de justificar, não é uma questão de justificar o atraso, mas de pedir desculpa por ter feito a câmara, o Presidente e todos os Deputados e Deputadas esperar, não é um aproveitamento, é um acto de elegância e de civismo entre pares.

O Sr. Deputado Clélio Meneses diz que o fez, mas fê-lo depois da interpelação do Sr. Deputado Helder Silva, porque, senão, o trabalho decorreria. O Sr. Presidente já estava a abrir o ponto da agenda...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ...e, de facto, o PSD não teria dado nenhum tipo de justificação, o que não fica bem e, como diz o outro, não havia necessidade.

Muito obrigada.

Presidente: Vamos prosseguir, então.

O Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra, para apresentar o diploma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dizer que vivemos numa sociedade mediatizada tornou-se hoje em dia um lugar comum. Mas não permitamos que o uso corrente da expressão acabe por camuflar

o seu sentido profundo, esse sim, substancial para a questão sobre a qual vamos iniciar um debate.

E, vivemos num tempo em que a relevância dos actos públicos – e por força de razão, os relacionados com a gestão da coisa pública – se mede, em muitos casos, não tanto pelo seu impacto significativo na vida dos cidadãos, mas antes pela notoriedade e atenção de que são alvo nos órgãos de comunicação social de massas.

Os média, com o seu poder amplificador, tornaram-se essenciais para a transmissão das mensagens dos diversos agentes políticos e mesmo, podendo ser discutível, acabam assim por influenciar, ainda de que forma indirecta, todo o discurso e actuação desses mesmos agentes. No seu conjunto, a mediatização dos problemas, a atenção permanente a que estão sujeitos os decisores do Estado, da Região, quer seja até ao nível local, bem como a atenção dada a opiniões minoritárias, que de outra forma cairiam eventualmente no silenciamento, constituem efectivos ganhos no pluralismo e qualidade da nossa Democracia, com que todos nos devemos, efectivamente, regozijar.

Mas também é verdade que esta situação nos coloca novos problemas, e a prová-lo está a relação problemática entre poder político e órgãos de comunicação social, espelhada nos múltiplos casos que, na República, têm sido revelados, e que indiciam a existência de múltiplas formas de pressão e supostas tentativas de controlo dos primeiros sobre os segundos.

Tal não se verifica, nem em dimensão, nem em gravidade comparáveis na Região Autónoma dos Açores. E pretender eventualmente que a presente proposta parte desse pressuposto é laborar no erro de um processo de intenções inaceitável.

O que pretendemos é, pelo contrário, reforçar a transparência dessa relação nos Açores e contribuir para a credibilidade da actuação de poderes públicos e órgãos de comunicação social, num momento em que os escândalos nacionais mais nos podiam beliscar.

Pretendemos, também, dar corpo a uma vontade já manifestada por diversas bancadas desta Assembleia no passado e aqui assumimos, com tranquila humildade política, o legado de anteriores propostas para a regulação da publicidade

institucional, como a que foi apresentada pelo PSD em 2006. Embora o âmbito, modo e conteúdo do nosso projecto seja diferente, os seus objectivos são os mesmos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Atrevo-me a resumir o objectivo da nossa proposta a uma só palavra: transparência.

É disso que estamos a falar. Disponibilizar publicamente a informação sobre a actuação dos diversos poderes públicos para permitir o seu escrutínio por parte dos órgãos próprios, como esta Assembleia mas, também, pelos próprios cidadãos, assim lhes reconhecendo o direito democrático de conhecerem os moldes em que é gerida a coisa pública.

Queremos transparência, porque pensamos que é isso que tem faltado. De facto, não se sabe quanto, como, onde e com que critérios o poder regional e local adquirem a sua publicidade institucional.

Queremos transparência porque é justamente a falta dessa informação, clara, completa e acessível, que permite o difundir do descrédito, o agravar do mal-estar, o espalhar do boato. É isto o que precisamos de alterar.

Pensamos, aliás, que a questão substancial é sobretudo esta. Optámos por não tentar micro-regular a aquisição desta publicidade, porque respeitamos a autonomia de gestão das entidades públicas e compreendemos a necessidade de tornar ágil e flexível esse processo, para garantir a eficácia da comunicação dos organismos do Estado, da Região, da coisa pública.

Com a complexidade do panorama comunicacional da Região, a diversidade de órgãos, suportes, meios e audiências, qualquer rígido critério de distribuição mecânica nos parece descabido. Estes organismos devem ter a liberdade de decidir, respeitando princípios gerais, onde e como anunciam. Mas esta Assembleia e as Açorianas e os Açorianos têm igual direito de conhecer essas decisões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra ainda para o âmbito da iniciativa:

Pensamos que para ter algum impacto, esta norma, tem forçosamente de abranger as áreas em que os poderes públicos realizam investimentos mais significativos em

comunicação e publicidade institucional. Não faz sentido andarmos a escrutinar o pequeno anúncio obrigatório e não o podermos fazer em relação à grande campanha de comunicação!

As propostas que a maioria apresentou na Comissão e que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já assumiu, e para o artigo 1.º em particular, considero que mutilam seriamente o âmbito legislativo da nossa iniciativa e são, sobretudo, um mau sinal.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: São um sinal de que o PS está interessado em que exista clareza, mas não muita. São um sinal de que lhes interessa que continuem a existir algumas zonas obscuras e que pretendem usar este diploma, quando aprovado, como mero adorno simbólico de uma transparência que, afinal, ainda ficará com muito de opaco. E esse é um sinal preocupante que o PS está a transmitir a este Parlamento, aos órgãos de comunicação social e à sociedade açoriana.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não obstante as questões de especialidade que adiante discutiremos, importa salientar que, caso seja aprovada, esta iniciativa acabará por constituir um marco com relevância histórica, já que, pela primeira vez, teremos, nos Açores, um mecanismo que, com seriedade e eficácia, contribui para melhorar a qualidade da nossa democracia. Com isso regozija-se a bancada parlamentar do PCP, mas com isso devem regozijar-se todas as bancadas que têm assento neste Parlamento.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostava de transmitir a esta câmara que esta é uma matéria sobre a qual o Governo, como é público e, aliás, eu já tinha tido a oportunidade de dizer nesta casa, se encontrava a trabalhar.

Particularmente depois de, numa primeira fase da Legislatura, ter dado prioridade à revisão e à actualização também, do sistema de apoios à comunicação social privada, o chamado PROMEDIA, que, esse sim, é fundamental para a modernização e para a dinamização do tecido empresarial privado ligado ao sector da comunicação social. Aliás, em algumas ilhas e nalguns casos em particular, é mesmo decisivo para a sobrevivência de certos órgãos de comunicação social e, por isso, nós achámos que essa seria a prioridade máxima.

Já sei que alguns vão dizer, como dizem sempre, que já devíamos ter resolvido esta matéria, já tivemos tempo de a abordar. Mas esta matéria tem características muito particulares e o que é certo é que esta é a primeira vez que, nesta Legislatura, surge nesta casa uma iniciativa sobre a questão da publicidade institucional.

Saúda-se, pois, a iniciativa da Representação Parlamentar do PCP, particularmente no plano dos princípios gerais da proposta de diploma que estamos a apreciar. Desse ponto de vista, trata-se de uma proposta bem intencionada, ainda que seja, na sua essência e essa é a nossa visão, um pouco uma compilação de legislação pré-existente, ou pelo menos de princípios que enformam legislação pré-existente relativamente à contratação pública e à aquisição de bens e serviços por organismos do Estado.

Neste âmbito em particular, embora se reconheça – e digo-o mais uma vez para salientar – a validade da reafirmação destes princípios gerais, também tem de se reconhecer que estamos perante uma matéria que implica uma consideração mais minuciosa, nomeadamente no que diz respeito à ténue linha que separa o normal funcionamento do mercado – porque estamos a falar de matéria que diz respeito ao funcionamento do mercado da comunicação social e, portanto, ao mercado que se quer livre, onde se garanta a possibilidade de haver uma actuação concorrencial entre os agentes económicos que nele operam, porque as empresas de comunicação social são agentes económicos e operam num mercado livre, nos Açores – e os

imperativos de actuação dos agentes do Estado nesta matéria e nesse mesmo mercado.

Portanto, há aqui um risco, Srs. Deputados. Com a preocupação de se criar um sistema que se pretende absolutamente justo e asséptico nesta matéria, pode-se correr o risco de provocar uma intervenção em demasia, num mercado que deve ser, por definição, um mercado de livre concorrência. Esse é um dos aspectos que me parece que precisa ser ponderado quando analisamos esta matéria.

Por outro lado, em termos concretos da proposta que estamos a apreciar, é nossa opinião que, apesar da importância, de que nós partilhamos, relativamente à instituição de um mecanismo de registo e publicitação da contratualização de publicidade institucional, e isto parece-nos relevante, isto até para os vários níveis de poder, que não só para a actuação do Governo Regional e para os vários entes públicos, que não só o Governo Regional...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quais são eles?

O Orador: Se quiser que eu lhe faça uma lista mais concreta, posso dizer-lhe que excepcionava talvez aqueles que têm uma natureza equiparada a agentes económicos privados. Existem alguns. Esses, talvez excepcionaria. Os outros, parece-me que estão sob a alçada do diploma e bem, devem estar sob a alçada do diploma.

Contudo, há aqui nas questões mais concretas alguns problemas, relativamente a questões de pormenor e de método, que me parece careciam de uma melhoria, o que já foi de certo modo feito, através das propostas que surgiram em comissão, porque algumas das normas são redundantes, por um lado, como por exemplo a obrigatoriedade de se indicar o conteúdo do anúncio. Estamos a falar de um anúncio, que é publicado, toda a gente conhece o conteúdo, portanto não faz sentido estar novamente a elencar e a registar o conteúdo do anúncio. Outras, não sendo redundantes, são tratadas noutra enquadramento legislativo; já são tratadas e, portanto, parece-nos que também não faz sentido incluí-las no diploma.

No cômputo geral, contudo, é nossa convicção que, com as necessárias adaptações e correcções, este é um diploma que nos ajudará a actuar com maior transparência e clareza nesta área de actividade.

Permitam-me, no entanto, uma nota final, porque parece haver subjacente à intenção do Partido Comunista, particularmente no preâmbulo do diploma, uma certa presunção de que há entidades públicas – sejam elas quais forem, agora não interessa para o caso – que utilizariam a publicidade institucional não como um veículo e um instrumento de transmissão de mensagens que tenham carácter público relevante, mas como uma espécie de veículo alternativo de financiamento adicional de determinados meios de comunicação social.

É necessário que neste âmbito e neste debate fique registado que o Governo Regional, obviamente, não partilha desta perspectiva, até porque parte da acção do Governo Regional, ou a acção do Governo Regional nesta matéria é pautada por uma ponderação permanente da relevância pública das informações que se pretendem transmitir. Isso, depois, é feito posteriormente, numa fase subsequente, em função da situação concreta, considerando e ponderando critérios que têm a ver, também, com questões de frequência, de audiências, como o Sr. Deputado Aníbal Pires já salientou, de âmbito de cobertura geográfica, de âmbito de cobertura temática. Portanto, é com base em tudo isto e na situação concreta, para cada situação concreta, que se deve definir o meio e a forma de fazer a divulgação da informação.

Isso deve ser relevado, porque só assim a publicidade institucional pode ter um carácter eficaz. Se ela for feita com base numa hierarquia absolutamente estanque, de critérios pré-definidos, ela não será eficaz, não será adequada à situação concreta. Esse é outro dos aspectos que, nesta fase do debate, o Governo gostaria de trazer a esta câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Presidência:

Começo exactamente por si, Sr. Secretário, concordando em alguma parte, sobretudo quando V. Exa. se refere à iniciativa privada e aos organismos privados, portanto, o mercado livre. É claro que, com certeza, o mercado funciona. É isso que nós defendemos e é isso que nós, quase todos, queremos.

Agora eu efectivamente – e é preciso que isso se diga aqui com clareza, todos os que aqui estamos já perceberam, mas eventualmente quem não está e não tem o documento à sua frente ainda não percebeu – estava à espera que quem fosse apresentar aquele documento fosse alguém do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque a este documento, o Partido Socialista aplicou-lhe a técnica da charrua: charruou isto tudo, do princípio ao fim! Deixou ficar vestígios daquilo que era o diploma inicial da Representação Parlamentar eleita pela CDU, representada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires. O Sr. Deputado Aníbal Pires, que gosta muito de pregar moral, não fez mais do que aquilo que é seu hábito. Embora ele tenha tentado justificar, acabou por copiar, nitidamente, uma iniciativa que era e já foi legitimamente do PSD, aliás há quatro anos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já a foi ler?

O Orador: Portanto é isso, à humildade política que o Sr. Deputado aqui veio apregoar, eu contraponho o atrevimento político a que o Sr. Deputado já nos habituou aqui, durante a sua permanência nesta casa.

De facto, o Sr. Deputado, que propõe na sua iniciativa, logo no artigo 1.º, que seja, enfim, a administração regional ou a administração local, depois acrescenta mais – e o PS charruou daqui para a frente –: serviços dependentes, fundos autónomos e outras entidades, independentemente da sua natureza, que tenham participação directa ou indirecta na parte desses organismos públicos. Quer dizer, toda essa parte pode não fazer sentido para si, Sr. Secretário, e para algumas forças políticas; faria todo o sentido para a extrema-esquerda do Partido Comunista, não é? Portanto, abdica dessa parte.

Enfim, usando outra metáfora que não a charrua, parece-me que a Representação Parlamentar do PCP fez aqui de barriga de aluguer. Portanto, todo este diploma é do Partido Socialista e o Sr. Deputado assina sem nenhum problema. Mas, indo ali acima e dando uma de “pobre e mal agradecido”, enfim, “dá uma no cravo e uma na ferradura”, vai à micro-regulação, mas depois já não sei o quê e, claro, depois diz que mutila, depois diz que é opaco, mas foi o senhor que aceitou essas

alterações todas! Foi o senhor que aceitou a mutilação! Foi o senhor que aceitou a opacidade! Se tem de se queixar, não é daquela gente, que fez o seu trabalho! Tem de se queixar é de si próprio e de ter aceite as alterações que foram feitas!

Portanto, é preciso que fique muito claro, que isto aqui está tão clarinho quanto isto: o PCP, na ânsia desmesurada – desmesurada –, aceita que lhe alterem totalmente o espírito e o conteúdo da sua proposta e é isso que acontece. Aliás, basta pegar na proposta do PCP e, depois, pegar nas alterações do Partido Socialista. Quer dizer, o artigo 1.º é logo varrido. No artigo 2.º só fica, do PC, “para os efeitos do presente diploma”; o resto, tudo charruado, tudo alterado. Pronto, foi a barriguinha de aluguer, que vai dar um fruto que não será grande fruto, mas pronto, é esse o fruto.

Depois, mais uma coisa: o Sr. Deputado Aníbal Pires, como eu já referi, gosta de fazer uma coisa e parecer outra. O Sr. Deputado escreveu um artigo, aqui há uns tempos, mais precisamente no dia 31 de Março, no Diário Insular. Lá fora, gosta de se armar em forte e tem, talvez, vergonha de apoiar iniciativas do PS e de o PS lhe apoiar iniciativas e depois acusa os outros, a torto e a direito, de colaborarem com o partido do Governo. Está bem estampado neste seu artigo e vou citá-lo: “O PS irá certamente impor a sua maioria absoluta (...). Certamente, resta saber se o fará sozinho, ou se algum dos partidos da oposição parlamentar irá acompanhar esta posição. Não seria de estranhar que o PSD e o CDS venham a guarnecer a posição do PS, uma vez que o incómodo que tem provocado a pluralidade parlamentar é notório no seio dos partidos do «centrão»” – que seria o PS e o PSD – “e do seu parceiro de ocasião”, que seríamos nós.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Percebeu bem!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, qual é a sua posição? Não é do “centrão”, não é parceiro de ocasião. Então, defina-me qual é a sua posição.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu já a defino, já lhe explico!

O Orador: Eu vou-lha definir: oportunismo político puro e duro, Sr. Deputado Aníbal Pires. É essa a política da CDU nesta casa: oportunismo puro e duro. Cá dentro, uma de santinho; lá fora, uma de mauzão. Fica-lhe mal, Sr. Deputado!

Assuma, com frontalidade, aquelas que são as suas posições e não tenha medo dos “controleiros”, porque eles não vêm cá fazer-lhe nenhuma maldade, Sr. Deputado. Nós percebemos que o senhor não tem autonomia nenhuma, que o senhor está subjugado ao comité central, que o senhor não sai daqui sem comunicar que vai a caminho do hotel. Nós sabemos que eles lhe controlam a vida toda, mas ao menos assuma isso, que é para nós sabermos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos a discutir publicidade institucional? Regras de transparência?

O Orador: Toda esta cantilena que o senhor escreve aqui no seu artigo é verdadeiramente lamentável. Vem insultar os outros, quando o senhor faz pior.

Agora, Sr. Deputado Aníbal Pires...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga, Sr. Deputado!

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, não quero interromper o vosso diálogo, naturalmente.

Sr. Deputado Aníbal Pires, da nossa parte – e é essa que me compete defender –, nós, quando chegamos a entendimentos com o PS – sem nenhum problema, como chegamos com o PSD, quando temos de chegar –, fazemo-lo com transparência. É isso que o senhor vem aqui, justamente, propor, mas é isso, justamente, o que o senhor não pratica. E se formos então – e vou terminar, Sr. Presidente – à transparência da publicidade nos países berço de V. Exa., aí a conversa durava a noite toda, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(* Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por relevar a pertinência e validade da iniciativa da Representação Parlamentar do PCP, que trouxe a esta casa uma matéria que já foi aqui colocada pelo menos há quatro anos e que tem sido recorrente no debate público e político

da região. Visa sobretudo estabelecer critérios no âmbito da aquisição da publicidade institucional junto dos órgãos de comunicação social da região por entidades públicas, designadamente fazendo-as sujeitar aos princípios da equidade, da isenção, da eficácia e da adequação desses meios à finalidade a que se destinam. É para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, conforme já disse, uma iniciativa válida, pertinente e que merecerá certamente o nosso apoio, com as propostas de alteração que tivemos oportunidade de apresentar em sede de comissão e de subscrever já no decorrer destes trabalhos parlamentares. Uma iniciativa que visa, como disse, estabelecer esses princípios na aquisição da publicidade institucional pelos órgãos da administração directa da região e das autarquias locais com sede na Região Autónoma dos Açores, sem pôr em causa o normal funcionamento do mercado e os princípios por que se devem reger estas economias e estas empresas na nossa economia, conforme já referenciou, e bem, o Sr. Secretário da Presidência.

E, sem querermos entrar nestas disputas de oposições, convém contudo dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quando apresenta propostas de alteração a iniciativas que venham do Governo, do PSD, do CDS/PP, do Bloco de Esquerda, do PPM ou do PCP, venham de onde vierem, fá-lo apenas e só com o intuito de melhorar essas iniciativas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem dias, há mais dias não do que sim!

O Orador: ...de procurar promover melhor qualidade legislativa, melhores diplomas, sem nenhuma intenção de se apropriar das iniciativas, coisa que nunca faria, e por essa via nunca assumiria o que quer que seja, respeitando sempre os proponentes e a iniciativa em si própria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não percebeu o que eu disse!

O Orador: Portanto, não querendo defender, porque não tenho de defender, o PCP, convém dizer que as propostas de alteração – e teremos certamente oportunidade, no momento adequado, de nos referirmos a elas – do Grupo Parlamentar do Partido Socialista podem aparentemente parecer substantivas e quantitativamente bastantes, mas não passam de melhorias de redacção. Até porque alterações de substância é a alteração que já foi referenciada, e bem,

inclusivamente na intervenção inicial do Sr. Deputado Aníbal Pires, para o artigo 1.º e o aditamento de dois novos princípios no âmbito do artigo 3.º. Tudo o mais é mérito da iniciativa do PCP, que nós registamos, aplaudimos e votaremos favoravelmente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Triste mérito.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Presidência, não há nenhuma pretensão, com esta iniciativa do PCP, de fazer nenhuma interferência no mercado. Não há nenhuma, absolutamente nenhuma e julgo que isso não resulta, nem implícita nem explicitamente, da proposta de diploma que estamos a apreciar. Aquilo que efectivamente é o objecto da iniciativa é a disponibilização de informação pública sobre o assunto, sobre a questão da publicidade institucional e não mais do que isso.

Sr. Deputado Artur Lima, eu percebo o seu incómodo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não estou nada incomodado!

O Orador: Está, e eu percebo.

Percebo o seu incómodo pelo artigo que citou, que, salvo erro, se chama “Cortar o pio”, e que tem a ver com aquilo que está a começar a desenhar-se nesta Assembleia, subscrito pelo CDS/PP, com o apoio declarado do CDS/PP, no sentido de começar a reduzir tempos aqui, e que não tem nada a ver, efectivamente, com a matéria que está em discussão. Mas, como o senhor, digamos, tem estes incómodos, não sei se é da altura do mês, é qualquer coisa, faz assim uns números de vez em quando, que eu não percebo muito bem...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Aníbal Pires, eu agradecia que se tentasse manter a serenidade e a elevação do debate. Obviamente, o debate foi vivo, é vivo de ambas as partes, mas faço este apelo.

Faça o favor de continuar.

O Orador: Acho que não disse nada de... Apenas que o senhor revela um incómodo muito grande em determinadas alturas. Relativamente a esta situação, eu não percebo qual é o seu incómodo. Não percebo, de facto, porque julgo que, relativamente à questão da publicidade institucional, o assunto não é virgem, não foi trazido aqui pelo PCP pela primeira vez, certamente. Aliás, eu tive a oportunidade, daquela tribuna, de referir isso mesmo.

Agora, não me parece que nem eu aqui tenha nenhuma reserva, nenhuma coutada, nem o PS, o PSD, o CDS, o PPM, o Bloco de Esquerda, ninguém tem coutadas aqui. O senhor esteve habituado, numa Legislatura, a ser *um* partido da oposição. Hoje, tem concorrência. Tem, além do PSD e do CDS, o PPM, o Bloco de Esquerda e tem o PCP e é evidente que isso lhe causa incómodos, mas esse é um problema a que o senhor vai ter de se habituar. Já passou tempo suficiente para o senhor se habituar a gerir esta nova realidade, que é o Parlamento Regional mais plural. Portanto, é bom, sob pena de vir a ter atitudes que não são compreensíveis por parte de ninguém.

Relativamente a esta iniciativa, eu gostava de esclarecer aqui uma coisa, até porque da intervenção do Deputado Artur Lima parece que isto caiu aqui, apareceu aqui do céu aos trambolhões. Não foi bem assim, este diploma foi apresentado exactamente no mesmo dia que um outro diploma, também ele sobre comunicação social, que visava, ou que visa – não está ainda agendado, mas já está relatado – a criação de um observatório para a comunicação social. Foi apresentado esse diploma e foi apresentado o diploma que hoje estamos a discutir. Infelizmente ele não foi agendado, mas foram apresentados no mesmo dia, foram relatados no mesmo dia pela comissão e visavam introduzir no quadro legislativo regional duas iniciativas sobre comunicação social, qualquer delas de grande pertinência. Sobre a qual, com certeza, independentemente da forma, independentemente de algumas divergências ao nível dos conteúdos, merecerá apoio da maioria desta câmara e julgo que até poderá eventualmente vir a ser consensual. Enfim, as bancadas parlamentares assim o dirão.

Agora, o Sr. Deputado não pode é fazer esse seu discurso demagógico e acusar aqui o PCP de qualquer coisa que...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires?

O Orador: Sim, eu vou continuar. Era só para depois o Sr. Deputado Artur Lima não me pedir nenhum esclarecimento e assim escusávamos de estar a prolongar o trabalho por mais tempo.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Há aqui uma outra questão, que está ali de uma forma perfeitamente explícita, de que há aqui um entendimento com o Partido Socialista. Isso nem constituiria problema, mas, por acaso, até nem houve nenhum entendimento com o Partido Socialista. Foram propostas duas iniciativas do PCP, foram à comissão, a comissão relatou-as, uma num sentido, outra noutra sentido e não há, não houve, nenhum entendimento. Mas, Sr. Deputado, até poderia haver, até poderia ter havido, daí não vem mal ao mundo e, muito menos, ao funcionamento desta casa. Mas não foi efectivamente disso que se tratou.

Quanto ao facto de as propostas do PS virem alterar o objecto da iniciativa, há uma alteração – uma alteração –, que é a do artigo 1.º, que de facto mutila a iniciativa e isso foi dito daquela tribuna. A proposta de alteração ao artigo 1.º mutila esta proposta do PCP e isso foi dito na comissão. Isto, porque parece que a Representação Parlamentar do PCP aceitou todas as propostas de alteração. Não é verdade, vá ler o relatório, Sr. Deputado! Não aceitou a primeira e tem reservas, certamente, em relação às outras. Agora, não vai é deixar, ou não deixou, de as aceitar, porque julgo que é muito mais importante a região ficar já dotada de um instrumento que permite aquilo pelo qual se anda a lutar há muito tempo, que é a introdução de regras de transparência na atribuição da publicidade institucional.

Portanto, Sr. Deputado, deixe-se desses seus saltos mortais e *flick-flacks* “empranchados” à retaguarda, para o lado, para a direita e para a esquerda, porque isso não lhe adianta nada. O Sr. Deputado tem os tais incómodos a que há pouco me referia, que por vezes não é capaz de controlar. Julgo que isso é perfeitamente

escusado, Sr. Deputado, só lhe fica mal. Aprenda a gerir esta nova realidade que temos no Parlamento Regional, só terá a ganhar com isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tentando centrar o debate naquilo que efectivamente é importante e naquela que é a matéria em discussão, entendemos que a forma como as entidades públicas divulgam uma mensagem, uma notícia ou uma informação é também uma forma de cumprir a democracia. O modo como se faz chegar a todos e a cada um dos cidadãos a informação pública necessária é decisivo para a construção de uma sociedade justa e com igualdade de oportunidades. Esta divulgação e transmissão de mensagem e informação deve ser feita de forma transparente e rigorosa, e de modo a cumprir com três requisitos, que entendemos essenciais:

Desde logo, esta mensagem, esta informação, esta notícia, deve chegar ao maior número de pessoas, não excluindo, à partida, ninguém, como primeiro critério da distribuição da mensagem pública, da informação pública;

Um segundo critério tem a ver com a exigência de que a forma como se transmite esta mensagem não favoreça nem prejudique nenhum dos meios utilizados para transmitir essa mensagem ou informação;

E um terceiro requisito tem a ver com a exigência de que não pode haver intervenção na liberdade do mercado por parte das entidades públicas, que não podem, assim, ser um agente deturpador ou desestabilizador desse mercado.

Revistos assim estes requisitos, aquilo que na nossa perspectiva é o mais importante ao nível da distribuição de publicidade institucional, chegamos à conclusão de que nos Açores não está garantido o cumprimento destes requisitos. Não há regras claras, não há transparência, não há justiça.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para quem?

O Orador: É o que se constata pela leitura dos vários órgãos de comunicação social.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Por parte de quem? Do Governo Regional? Das Câmaras Municipais?

O Orador: Basta pegar nos órgãos de comunicação social da região e fazer uma leitura transversal pelos vários, para perceber que não há estas regras de forma clara, justa e transparente. Por outro lado, são os próprios órgãos de comunicação social que manifestam discordância relativamente a esta situação. Falta de regras e transparência que leva, claramente, a...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Sr. Secretário Regional, já devia ter conhecimento de que o Grupo Parlamentar do PSD, eu em particular, que estou aqui a intervir, nunca fiz qualquer intervenção porque alguém tivesse dito para fazer, ou porque tivesse lido o que quer que fosse. As intervenções que faço são apenas e só com base na minha convicção e na minha consciência.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Dizia eu que a falta de regras e transparência leva, obviamente, a situações de desigualdade de tratamento e discriminação, que põem em causa necessariamente a própria liberdade de imprensa. Nenhuma entidade pública pode ter a possibilidade ou, sequer, pode pensar que pode distribuir publicidade institucional por uns e não por outros, agora de uma forma e logo de outra, consoante esteja mais ou menos agradada com a linha editorial que a cada momento seja seguida por um órgão de comunicação social...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Absolutamente apoiado.

O Orador: ...mais ou menos agradada pelas notícias que saem, mais ou menos agradada pela opinião que é veiculada por esse órgão de comunicação social

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Isso é uma verdade “à la Palice”, que todos assumem.

O Orador: Por outro lado, o nosso tecido económico tem as fragilidades que todos conhecem. Todos sabem o peso que a publicidade institucional tem nas contas dos nossos órgãos de comunicação social nos Açores. Logo, quanto mais frágil, mais

dependente. Tudo isto ainda é mais acentuado quando faltam regras que garantam a equidade e a transparência.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Tudo se torna, assim, mais grave. É o que acontece nos Açores. O Governo Regional não quer regular a publicidade institucional nos Açores. O Governo Regional não quer pôr regras. Já teve oportunidade, em diversas circunstâncias, já o anunciou, conforme adiante explicitarei, não quer pôr regras. Mas, pior do que isso, o Governo Regional não quer informar o que se passa relativamente à acção do Governo Regional no que concerne à publicidade institucional.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Veja os artigos 4.º e 5.º da proposta, Sr. Deputado.

O Orador: Isto é, o Governo Regional não quer pôr regras, nem quer que se saiba o que faz sobre esta matéria. O Governo Regional não forneceu à entidade reguladora da comunicação social a informação necessária sobre isto. Vou citar o que está referido...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade.

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Presidência tem esta mania de que tudo o que eu digo não é verdade.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor é que tem a mania de dizer coisas que não são verdade.

O Orador: Então, eu vou citar! Estou farto de citar coisas que até o senhor diz, e o senhor diz sempre que não é verdade! Até aquilo que o senhor disse, o senhor diz que não é verdade, só porque sou eu a dizer! Mas vamos lá esclarecer! O que é dito aqui?

Vou citar um relatório da entidade reguladora da comunicação social. O que diz o relatório? “O Governo Regional não possui informação concreta sobre as quantias contratadas e pagas a título de publicidade institucional”.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É isto que diz a entidade reguladora, é isto que é verdade. Por muito que incomode o Sr. Secretário Regional, o Governo Regional e a maioria, uma mentira dita muitas vezes nunca passa a verdade.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma verdade dita muitas vezes nunca passa a ser mentira. O que é dito é que “O Governo Regional não possui informação concreta sobre as quantias contratadas e pagas a título de publicidade institucional”.

Para além desta demonstração clara e evidente de que o Governo Regional não tem informação sobre o que paga e a quem paga, a nível de publicidade institucional, também é verdade que em Março de 2008 o Grupo Parlamentar do PSD solicitou ao Governo Regional informação detalhada sobre os custos com publicidade institucional. A verdade é que o requerimento feito em Março de 2008 não foi correspondido pelo Governo Regional.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por outro lado, o PSD, perante toda esta situação, perante esta falta de regras, em 20 de Abril de 2006, há praticamente quatro anos, apresentou nesta casa uma proposta legislativa para intervir, regulando esta matéria, pondo regras relativamente a esta matéria. A proposta do PSD teve o mérito de trazer à discussão parlamentar um assunto que preocupa os açorianos, que preocupa os agentes da vida pública açoriana. Teve esse mérito.

Assumimos que pode ter fragilidades, pode ter deficiências, pode haver um ou outro critério que devesse ser visto de outra forma. Admitimos isso e estamos disponíveis, como sempre estivemos na altura em que esta iniciativa pôde ser debatida em plenário, para a corrigir; tanto quanto decidimos, Grupo Parlamentar do PSD, aguardar pela iniciativa que o Governo Regional dos Açores anunciou, há quatro anos, que iria trazer ao Parlamento dos Açores para regular esta matéria. O que é certo é que o Governo Regional, durante quatro anos, nunca teve a coragem de querer legislar sobre esta matéria!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E o PSD entendeu que era importante – porque tinha os seus critérios, que podiam ser diferentes, está aberto a todas as sugestões e contributos – aguardar, para que ao mesmo tempo fosse discutida a proposta do PSD e a proposta do Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E sobre a iniciativa do PCP, o senhor tem alguma coisa a dizer?

O Orador: Quatro anos à espera, porque entendemos que era importante o contributo de todos! Entendemos que era importante o contributo dos partidos da oposição; era importante o contributo do Governo; era importante o contributo dos vários órgãos de comunicação social; entendemos que era importante o contributo de todos. Porque era importante o contributo de todos, aguardámos que isso acontecesse. Esperámos quatro anos, em que o Governo anunciou que ia apresentar regras sobre esta matéria e não aconteceu.

O PSD, de facto, entendeu que isto era importante, mas o Governo e a maioria, pelos vistos, querem permanecer nesta falta de regras. Parece que dá jeito, a falta de regras, porque não apresentam. Ao contrário daquilo que prometem, não apresentam e continuamos com a falta de regras, com a falta de iniciativa do Governo Regional.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Já dissemos que vamos aprovar a iniciativa do PCP.

O Orador: Nesta falta de regras e nesta falta de critérios, porque sobretudo esta falta de regras e de critérios parece que permite tudo, permite a total discricionariedade, permite, no fundo, que o Governo dê a quem quer, quando quer e como quer.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Não apoiado!

O Orador: É esta, no fundo, que tem de ser a leitura da omissão do Governo Regional na assunção de concretizar a sua promessa.

Mais grave é quando o Governo nem quer informar, conforme foi referido com o exemplo da entidade reguladora da comunicação social e conforme foi referido com o requerimento do PSD sobre esta matéria. O Governo não quer que os açorianos saibam o que gasta e com quem gasta ao nível da publicidade institucional.

O PSD solicitou em 2008, como referi ainda agora, na comissão parlamentar em que o assunto foi discutido e, perante uma pergunta do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Secretário Regional disse: “Estamos disponíveis para fornecer esses

elementos”, e estou a citar, “a qualquer momento”. Foi o que o Sr. Secretário disse. Perante a disponibilidade e a aparente boa vontade do Sr. Secretário em fazer chegar a informação que há tanto tempo se solicita, o PSD solicitou que, através da comissão, chegassem essas informações ao Plenário, ao Parlamento.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Para quê? Em que âmbito? Não tem nada a ver. Diga às câmaras municipais.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Sr. Deputado, as câmaras municipais não têm nada a ver para aqui e o Sr. Presidente do Governo é que o disse!

O Orador: O PSD entendeu que era importante para a análise deste diploma saber quanto gasta o Governo Regional e com quem. Curiosamente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista chumbou essa proposta, assumindo que o Parlamento não tem nada que saber quanto é que o Governo gasta e com quem gasta!

Isto é, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendeu...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Não admito essa sua insinuação.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Mas vamos esclarecer isso já a seguir, Sr. Deputado.

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reprovou...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Não está a ser sério, Sr. Deputado!

O Orador: Não admito isso, Sr. Deputado, porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recusou uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD para que, através da comissão, o Governo fizesse chegar os elementos que o Sr. Secretário Regional...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): E o que é que disse a seguir?

O Orador: Apresentou o fundamento que quis, mas o que é certo é que chumbou a proposta!

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): E o que é que o Sr. Deputado disse a seguir?

O Orador: Porque entendi que não era adequado naquela altura!

O PSD ia requerer nos termos regimentais.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ah! Ainda bem que atalhou.

O Orador: Não atalhei! O senhor não me deixa concluir!

Percebo que a intervenção, na perspectiva do PS, terá mais sentido se for interrompida, mas eu vou continuar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Continue, que já esclarecemos isso!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PSD, atendendo à disponibilidade demonstrada pelo Sr. Secretário, requereu que através da comissão chegasse ao Parlamento a informação de quanto o Governo Regional gasta e com quem gasta, ao nível da publicidade institucional. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista chumbou essa proposta. Perante a situação, o Grupo Parlamentar do PSD anunciou desde logo que iria requerer, nos termos regimentais, que tivesse essa informação. Ora, foi isso que o PSD fez.

Perante a circunstância de o Governo Regional ter dito que tinha os elementos para fornecer *a qualquer momento...*

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não foi isso que disse. Fornecia a qualquer momento.

O Orador: Fornecia a qualquer momento, acabou de dizer!

Pronto, corrijo: o Sr. Secretário Regional disse que *fornecia* a qualquer momento. Perante o facto de o Sr. Secretário Regional ter dito que *fornecia* a qualquer momento, essa disponibilidade total, o PSD solicitou com carácter de urgência, atendendo a que íamos discutir neste Parlamento, hoje, esta matéria, que chegassem esses elementos que, na palavra do Sr. Secretário Regional, poderiam ser fornecidos a qualquer momento. O que é certo é que até hoje ainda não chegaram os elementos.

Em que ficamos? E as questões que ficam, quais são?

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, o Sr. Deputado Clélio Meneses está no uso da palavra. Faça o favor de continuar.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Perante tudo isto, quais são as questões que ficam?

O Governo não quer regular. Por que é que o Governo não quer regular esta matéria?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O Sr. Deputado diga aqui quais foram os anos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): 2008, 2009 e 2010.

O Orador: O Governo não quer regras na forma como distribui publicidade institucional. Por que é que o Governo não quer regras?

Segunda questão: o Governo não quer informar. Não quer dizer quanto gasta e com quem gasta. Por que é?

São as questões que ficam. Até agora, o Governo Regional não respondeu.

A proposta do PCP tem o mérito de manifestar preocupação sobre esta matéria, de voltar a trazer uma matéria importante a debate. Saudamos, por isso, a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP. No entanto, entendemos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vá lá, sempre fala do projecto do PCP.

O Orador: Sr. Secretário, mas que nervosismo! Quando se fala com o senhor, o senhor fica nervoso. Quando se fala no PCP, fica nervoso. Calma, Sr. Secretário, calma!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não posso fazer apartes consigo?

O Orador: No entanto, entendemos que não se foi suficientemente longe. Isto é, não se foi até onde se deveria ter ido, com a clarificação das regras e critérios de publicidade institucional, na medida em a acção se remete para regulamentação do Governo Regional nesta matéria. O PSD entende que esta matéria, pela importância que tem, pela delicadeza que tem, deve ser regulada pelo Parlamento. Entendemos que uma matéria com esta dimensão, com esta importância, com esta sensibilidade e com esta ligação forte à forma como funciona a democracia, deve

ser regulada pelo primeiro órgão da autonomia, pelo Parlamento, e não remetida para o Governo Regional.

Entendemos que esta matéria, por tudo isto, não pode continuar nas mãos do Governo Regional. Não pode continuar nas mãos do Governo Regional, como hoje, sem regras, em que o Governo faz o que quer, como bem quer e com quem quer. Nem pode continuar nas mãos do Governo Regional, sendo o Governo Regional a fazer as regras como bem quer e como bem entende, alterando-as como quiser. Nessa perspectiva, entendemos que não se foi, de facto, ao ponto a que se deveria ter ido.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Para além do mais, entendemos que a proposta do PCP fica ainda mais prejudicada com a assunção, que já foi aqui discutida suficientemente, por parte do Partido Socialista. Utilizando outra figura de estilo, parece que o Partido Comunista Português foi a lebre para o Partido Socialista ganhar a corrida. Correu primeiro o Partido Comunista Português, apresentou a proposta e, posteriormente, o Partido Socialista aproveita essa proposta, sobretudo desvirtuando-a daquilo que era o seu sentido nalguma das partes e, em especial, o seu objecto.

Se há algo que delimita aquilo que se quer legislar é o objecto da legislação e o objecto foi posto em causa. Foi trucidado o objecto da proposta apresentada pelo Partido Comunista Português. Tira-lhe o sentido, isto é, o Partido Socialista utiliza a proposta para fazer a sua própria proposta e tira do âmbito de regulação aquilo que nos parece essencial.

A proposta do Partido Comunista Português, conforme já foi aqui referido...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sr. Presidente.

...previa que deviam estar sujeitos a estas regras, e vou citar, “todos os serviços dependentes, fundos autónomos, outras entidades, independentemente da sua natureza, que tenham participação directa ou indirecta por parte destes organismos públicos”. Isto é, uma parte substancial da vida pública da região. Isto foi cortado pelo Partido Socialista!

Isto é muito importante, é essencial na vida pública...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: É, mas também temos legitimidade para fazer uma avaliação da vossa retirada, e é o que estamos a fazer.

Todos conhecemos a importância que têm todas as entidades, os fundos, os institutos, as sociedades, tudo aquilo que tem participação pública, que tem dinheiro público. Todos temos conhecimento disso, todos sabemos a importância dessas entidades na região, desde logo para camuflar dívidas, para desviar dívidas, para dar empregos, para fazer campanhas eleitorais. Todos sabemos o que essas entidades fazem. Como também todos sabemos o que essas entidades fazem ao nível da publicidade dita institucional. Perante isto, mais se exige que essas entidades estejam também sujeitas a este conjunto de regras e não admitimos, sequer, que isto seja posto em causa. Por isso, entendemos essencial que toda esta matéria esteja regulada, como não está neste diploma.

Entretanto, e concluindo, Sr. Presidente, o que o PSD gostaria de anunciar neste momento é que se vai abster na generalidade sobre este diploma, abster-se porque entende que é preciso ir mais além.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quer, mas não quer.

O Orador: Eu vou explicar, Sr. Deputado.

O PSD entende que é preciso ir mais além, é preciso criar regras claras que regulem esta matéria essencial e delicada para o funcionamento da própria democracia. Mais entendemos que isto deve ser feito pelo Parlamento. Não estamos contra, não votamos contra, porque estamos a favor do princípio, de resto expresso na proposta inicial, da equidade e da isenção. Estamos a favor desse princípio.

Deputados Cláudio Almeida e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso, não estamos contra, mas também não estamos a favor, porque entendemos que esta Assembleia devia ser mais clara, devia estabelecer as regras concretas em como as entidades públicas fazem publicidade institucional.

São estes os pressupostos da nossa intervenção que motivam a participação do PSD num debate essencial, que tem sobretudo a ver com, mais uma vez, como funciona a democracia nos Açores e como a transparência, a isenção, o rigor e o cumprimento das regras são de certeza um contributo para vivermos numa sociedade mais democrática.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A relação que existe entre o poder político e os órgãos de comunicação social é algo de central na vida democrática.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É, é!

O Orador: Não concorda, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estava a dizer que é!

O Orador: É algo de central nestas sociedades, que são sociedades muito mediatizadas. Portanto, é evidente que é muito importante que exista a garantia de que o poder político não utiliza os meios financeiros públicos que tem ao seu dispor para privilegiar um determinado órgão de comunicação social, na medida em que esse órgão de comunicação social tem uma determinada linha editorial que o favorece ou o desfavorece.

Nesse sentido, em termos do funcionamento da democracia açoriana, é evidente que considero que existia aqui algo que era uma lacuna no funcionamento deste nosso sistema democrático. E não só no que diz respeito ao Governo Regional, mas também no que diz respeito às câmaras municipais. Nesse sentido, é evidente que a iniciativa do PCP tem, na minha perspectiva, muito mérito. Tem bastante mérito.

Outra questão é em relação a algumas das lacunas que possuía e também em relação às alterações, e a forma como o Partido Socialista geriu esta questão e a apresentação desta iniciativa. Começo, obviamente, por colocar a tónica na forma

como o Partido Socialista geriu esta questão. É evidente que o Partido Socialista e o Governo Regional, em relação a esta questão, que é uma questão central do ponto de vista do funcionamento do sistema democrático, não poderiam de forma nenhuma ter uma posição que os fragilizasse do ponto de vista político. E recusar esta iniciativa seria um sinal de fragilidade. Seria, de facto, bastante negativo para a imagem de um governo que quer conviver num ambiente democrático e quer demonstrar a maior transparência. Portanto, a opção do Partido Socialista foi no sentido de alterar as propostas inicialmente apresentadas pelo PCP.

Para não prolongar muito a minha análise, vou centrar-me em duas questões essenciais. Numa dessas questões, acho que o Partido Socialista tem razão.

A questão tem a ver, também, com o aperfeiçoamento técnico do diploma e o aperfeiçoamento em termos de descrição de objectivos. Nesse sentido, obviamente, não se pode tratar de forma igual aquilo que não é igual. Tem de se garantir que determinada informação, que pode ser uma informação institucional, seja transmitida pelos órgãos de comunicação social que têm uma determinada qualidade para a sua transmissão. De facto, o Governo Regional, as câmaras municipais e as outras entidades públicas não podem tratar de forma igual instituições que apresentam níveis de qualidade muito diferenciados. Acho que estas entidades têm de ter a autonomia de poder não optar pelos órgãos de comunicação social que prestam um mau serviço. Portanto, não podemos tratar de forma igual, de facto, instituições que tenham uma prestação de serviços muito diferenciada. Isto é fundamental.

Há outra questão que me parece essencial e nesta questão acho que algumas das limitações, algumas das alterações propostas pelo Partido Socialista, vão nesse sentido e acho que são positivas.

A outra questão, que é uma questão central e que já foi aqui referida pelo CDS, também pelo PSD e também por V. Exa., Sr. Deputado, na sua intervenção inicial, tem a ver com a forma como o Partido Socialista altera o objecto. Aí, de facto, enfraquece a proposta, porque lhe retira aquele que era o seu objectivo, Sr. Deputado, a universalidade; e torna-a mais vulnerável, porque fica de fora uma série de instituições, que são instituições em que existe um financiamento e

utilização de meios públicos de financiamento. Portanto, tudo isso fica de fora, porque existe uma restrição em relação ao objecto. E isso, Sr. Deputado Aníbal Pires, trunca muito a sua proposta e fragiliza-a imenso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E...

O Orador: E qual é a consequência, Sr. Deputado?

Não esteja tão impaciente, estou civilizadamente a transmitir-lhe a minha opinião.

A questão é, a partir de agora, política, porque a questão é esta: ao Governo interessa passar a mensagem para os órgãos de comunicação social e para a opinião pública. Ao Partido Socialista, evidentemente...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Nós estamos aqui num debate político, Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não, eu estou a gostar, eu estou a apreciar, Sr. Deputado.

O Orador: Nós, no Parlamento, discutimos política!

Evidentemente que as alterações propostas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista atingem e têm um determinado objectivo político, não foram feitas de forma inocente! O Sr. Deputado Aníbal Pires estava a dizer: “E? E?” Qual é a grande diferença? Não ficando o universo, Sr. Deputado...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu já disse qual era a grande diferença!

O Orador: Sr. Deputado, oiça!

Mas eu não acabei de dizer que o senhor o disse também? Não lhe disse aquilo que o senhor disse na sua intervenção? Sr. Deputado, oiça e olhe para mim!

A questão, aqui...

(Risos da câmara)

O Sr. Deputado, às vezes, não gosta de ouvir as críticas. Eu já ouvi de tudo nesta sessão do Parlamento. Evidentemente, aceito as críticas, como tenho um feitio

democrático. É normal, no debate político. Portanto, oiça, para não nos desviarmos do debate.

A questão aqui é a seguinte: se nós aceitarmos esta limitação que o Partido Socialista fez no objecto, evidentemente que o Partido Socialista atinge os seus objectivos, que é demonstrar que “não, nós somos um partido que, em relação a esta questão, tem uma atitude muito aberta, muito democrática, defendemos uma transparência muito geral”. É esta a mensagem que o Partido Socialista irá transmitir. Quando a verdade é que, com os cortes, com as alterações que fizeram, limitam e muito este âmbito. Neste sentido, a sua proposta passa a favorecer o Partido Socialista e o Governo e não passa a favorecer inteiramente aquilo que era o seu objectivo inicial, que era introduzir transparência nesta questão, o que não fica.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quer que retire a proposta?

O Orador: Aprovada a proposta, o que passa é a mensagem do Partido Socialista e o senhor, de facto, Sr. Deputado Aníbal Pires, é utilizado nesta questão. A sua iniciativa é utilizada para branquear as práticas do Partido Socialista neste sector. Portanto, neste sentido, é este o aspecto negativo que traz esta questão.

Sr. Presidente, concluindo para já esta intervenção, qual vai ser o nosso posicionamento? O nosso posicionamento em relação a esta questão é de considerarmos que, sendo a proposta inicialmente bem intencionada, embora com limitações, ao longo do percurso que esta proposta sofreu as alterações que o Partido Socialista aproveitou para incluir tornam-na politicamente em algo que o Partido Socialista vai utilizar de uma forma que nós, politicamente, se aceitássemos seríamos muito ingénuos. Portanto, nós vamos optar pela abstenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Presidente, eu não queria propriamente interromper o objecto do debate, mas uso obviamente esta figura para defender aquela que é a minha honra.

O Sr. Deputado Aníbal Pires proferiu aqui duas afirmações que eu considero ofensivas, pessoais. Eu defendo o debate vivo, o combate político vivo, etc., mas

não posso aceitar aquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires disse. Sendo certo, também, que só me ofende quem eu quero e não quem quer. Mas, em todo o caso, eu queria dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Aníbal Pires acusou-me aqui de ter um contrato com o Partido Socialista, ou um acordo com o Partido Socialista, para lhe reduzir os tempos de intervenção neste debate, nos termos que ele escreveu neste artigo “Cortar o Pio”.

Acusou que eu já tinha um entendimento com o Partido Socialista nesse sentido.

Isso é pura e simplesmente falso e eu peço ao Sr. Deputado Helder Silva e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, se têm alguma coisa a dizer a esse respeito, eu agradeço-lhes que digam, porque eu não admito que o Sr. Deputado Aníbal Pires faça esse tipo de acusação sem ter o mínimo de prova. Portanto, eu esperaria que o Sr. Deputado Helder Silva confirmasse isto que eu acabei de dizer. Porque, aí, se não se confirmar o que o Sr. Deputado Aníbal Pires disse, é gravíssimo aquilo que o senhor acabou de dizer.

Eu, quando tenho de fazer entendimentos com o PS, ou com quem quer que seja, não tenho nenhum problema, Sr. Deputado. Agora, não lhe admito que o senhor diga coisas que eu fiz que nunca fiz, nem sequer confessei. Não lhe admito isso, que fique bem claro.

Depois, Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor vai ter de me explicar, mas muito bem explicado, o que quer dizer a altura do mês em que eu fico mal disposto. Foi o que o senhor acabou aí de dizer. O senhor vai ter de me explicar exactamente isso, porque, das duas uma: ou o senhor explica isso, muito bem explicado, ou então nós vamos ter de enveredar por outro caminho.

Eu defendo o debate parlamentar vivo, agora defendo o respeito e a dignidade parlamentar, Sr. Deputado. E, realmente, aprecio as forças políticas que entraram neste Parlamento, mas que trazem inovação e ideias diferentes. Vejo, por exemplo, discordando totalmente, o Bloco de Esquerda, mas traz ideias diferentes; vejo o PPM, mas traz ideias diferentes. Infelizmente, Sr. Deputado, não posso dizer o mesmo de si. Agora, faça-lhe crítica política, Sr. Deputado. Portanto, espero que, ao menos, a ética seja uma das suas características.

Presidente: Não podemos entrar em diálogo. O Sr. Deputado Helder Silva pediu a palavra e eu inscrevi-o, falará na altura própria. Vamos seguir a nossa ordem de trabalhos e de inscrições.

Tem a palavra, por acaso ou não, o Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma segunda intervenção.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lamento que o objecto do diploma tenha ficado à margem do debate parlamentar. Posso, eventualmente, ter dado alguns contributos negativos para afastar o objecto de debate, reconheço-o perfeitamente, mas fui, de facto, induzido pelo Deputado Artur Lima, que sobre o diploma disse zero e, entretanto, se limitou a criticar a actuação da Representação Parlamentar do PCP e a fazer citações dos artigos que eu escrevo na comunicação social regional. Com o que eu, por acaso, até fico muito satisfeito, porque pelo menos há alguém que os lê. O Deputado Artur Lima, pelo menos, lê-os. Fico muito satisfeito com isso, quando sei que tenho leitores, porque isto de escrever e não ter leitores não é assim muito agradável.

Relativamente às questões concretas que me colocou, Sr. Deputado Artur Lima, quero dizer-lhe que, relativamente à questão dos incómodos do mês, tem a ver com os biorritmos de cada um, Sr. Deputado.

(Risos da câmara)

Sr. Deputado, o senhor demonstrou que estava incomodado. Possivelmente, o seu biorritmo hoje está desregulado. Eu não percebo, Sr. Deputado, onde é que isto pode constituir...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Não, não! O Sr. Deputado vai desculpar-me, mas eu não percebo onde é que isto pode ser uma ofensa, Sr. Presidente. Quer dizer, eu e qualquer de nós temos alturas...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, eu agradecia que retomássemos o tema, tanto quanto possível.

O Orador: Sr. Presidente, vai-me perdoar, eu estou a responder a duas perguntas concretas que o Sr. Deputado Artur Lima me colocou.

O incómodo a que eu me referia tem a ver com uma questão de disposição...

Presidente: Essa está respondida, Sr. Deputado.

O Orador: ...que é variável para qualquer ser humano! Portanto, é apenas e tão-somente isso. O senhor demonstrou que estava incomodado e eu fiz essa referência, apenas isso.

Quanto à questão do entendimento com o Partido Socialista, Sr. Deputado Artur Lima, aquilo que eu digo não é isso. Aquilo que eu disse vai mais longe do que isso: são os tais partidos do “centrão” e o amigo da ocasião, que se preparam – e nós sabemos isso perfeitamente – para tentar impor tempos globais, reduzindo assim os tempos...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Deputado, nós sabemos qual é a sua posição sobre isso! O senhor esqueceu-se da Legislatura anterior, em que falava, enfim, aquilo que queria e muito bem lhe apetecia, porque eram só três partidos que estavam representados. Entretanto, agora acha que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e as Representações Parlamentares falam de mais e, portanto, o senhor, com o PS e com o PSD...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: ...está de acordo para reduzir e para impor tempos globais que, relativamente ao Partido Socialista, têm a ver com os projectos de resolução mas, relativamente aos senhores, querem, nomeadamente o PSD, que se vá ainda mais longe. E o senhor quer que eu diga o quê?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Deputado, isso não é verdade!

O Orador: Não é verdade? É verdade, sim senhor!

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado, não diga que não é verdade!

Presidente: Nós não estamos a discutir tempos globais.

O Orador: Sr. Presidente, eu estou a responder...

Presidente: Já respondeu, Sr. Deputado, e já terminou o seu tempo.

O Orador: Já respondi, mas agora não venham com o “não é verdade”.

Presidente: Já terminou o seu tempo, também, Sr. Deputado. Os esclarecimentos são três minutos.

O Orador: Peço desculpa, Sr. Presidente. Eu vou terminar já.

Quanto à matéria que está em discussão, eu percebo, relativamente à crítica que o senhor fez, eu fi-la daquela tribuna, eu disse que o PS mutilou.

Relativamente às questões do PSD, são pertinentes, nomeadamente a questão da regulamentação, certamente, mas então proponham alterações!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já propusemos!

O Orador: Vamos lá ver, o diploma é de iniciativa do PCP mas, a partir do momento em que é entregue nos serviços da Assembleia e que o Sr. Presidente o despacha e o faz distribuir, o diploma está aberto, deixa de ser propriedade do PCP. Qualquer partido político lhe pode fazer as propostas de alteração que entender, não é uma propriedade do PCP, assim como nenhum outro é propriedade nossa! Portanto, o documento está aberto, o diploma está aberto, façam as propostas que muito bem entenderem e centrem-se no objecto do diploma!

Agora, virmos para aqui com manobras de distração? Eu lá quero saber se o PS tira dividendos, se o Governo tira dividendos! Tirem os dividendos que quiserem! Há uma coisa que é fundamental: vai ser aprovado o diploma e, pela primeira vez, a região vai ficar dotada – não é o que queremos – de um quadro legal para a introdução de regras...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ...de transparência na atribuição de publicidade institucional.

Peço desculpa pela demora.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge, para uma segunda intervenção.

(* Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, é para esclarecimentos, para já.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Creio que estas últimas intervenções e este debate dão bem nota da pertinência da questão colocada pelo líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente à questão de fazermos debates em tempos globais. Porque, se assim fosse, os partidos estavam a aproveitar o seu tempo para discutir as iniciativas, e não para comentar artigos de jornais!

Vozes de deputados da bancada do PS e do Deputado Duarte Freitas (PSD):

Muito bem! Muito bem!

O Orador: Um esclarecimento, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses: esclarecer que não corresponde minimamente à realidade e à verdade dos factos, quando se diz que o PS, em sede de comissão, recusou o requerimento do PSD para que fossem solicitadas informações ao Secretário Regional da Presidência, com o entendimento de que o Parlamento não tinha nada que ser informado. O Sr. Deputado Clélio Meneses disse isso há pouco, e isso não corresponde minimamente à realidade...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não disse isso!

O Orador: ...nem corresponde minimamente aos factos!

Os Deputados do Partido Socialista em comissão recusaram o requerimento do PSD, com os fundamentos que foram expressos em comissão e que, atendendo a que a questão foi trazida para aqui, faço questão de esclarecer e de explicitar. As diligências para a apreciação deste documento foram deliberadas unanimemente em sede de comissão em tempo oportuno e foram executadas integralmente. Inclusivamente, o proponente acabou sendo prejudicado, e tenho de reconhecer isto, num agendamento que ele pretendia que fosse feito no Plenário passado e que acabou acontecendo apenas para este, com o entendimento, que depois se consensualizou, de relatarmos a iniciativa na última reunião da comissão.

O entendimento que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem e que o Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares tem e manterá é que a acção da comissão em sede de apreciação das iniciativas termina com a elaboração do relatório. Não compete à comissão, no momento em que está a discutir, a elaborar e a encerrar um relatório, solicitar quaisquer outros elementos. Esses outros

elementos, que serão, naturalmente, pertinentes e importantes para a actividade política de cada um dos deputados, para cada partido, devem os deputados, devem os partidos requê-los, recorrendo aos procedimentos regimentais adequados que têm ao seu dispor. Foi esse o entendimento, foi essa a motivação da recusa do requerimento, no momento em que a apreciação em comissão se encerrava e terminava.

Mais uma nota, relativamente às questões relativas à regulamentação. Defende o PSD – já o fez, aliás, em comissão – que esta iniciativa peca por remeter para regulamentação as regras concretas de atribuição da publicidade institucional. Certamente se esquecerá o Sr. Deputado Clélio Meneses, primeiro subscritor da iniciativa de 2006 já referenciada, que tinha um artigo que fazia precisamente o mesmo e que eu tive oportunidade de sublinhar a laranja nesta folha da iniciativa. Mudaram de opinião neste quatro anos, reconheçam-no. É evolução da perspectiva.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra, para uma segunda intervenção.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, sobre a iniciativa do PCP já transmiti nesta casa a posição do Governo. Aliás, foi nisso que me concentrei e foi essa a preocupação que tive. Portanto, agora queria só prestar um ou dois esclarecimentos a propósito da intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses, em nome da bancada parlamentar do PSD, que foi absolutamente centrada em ataques ao Governo sobre matéria de publicidade institucional e muito pouco relacionada com a iniciativa que nós estamos a apreciar.

Utilizou o Sr. Deputado Clélio Meneses uma deliberação – eu presumo que foi, o Sr. Deputado disse que era um relatório, mas eu acho que foi a deliberação da ERC em 2008, a deliberação n.º 2, de 2008, do Conselho Regulador da ERC – sobre a questão da publicidade institucional nos Açores, mais em particular no concelho de Ponta Delgada, porque é esse o âmbito de apreciação da ERC, por queixa de um

jornal diário de Ponta Delgada, ou de São Miguel, o jornal Diário dos Açores. Utilizou esse relatório para dar aqui conta à Assembleia que o Governo não tinha meios para aferir quanto gastava em publicidade institucional, teria dito a ERC.

Pois na altura, o que o Governo disse à ERC não foi isso, Sr. Deputado Clélio Meneses. O que o Governo disse foi que, se havia um queixoso que dizia que o Governo Regional favorecia um determinado jornal ou um determinado grupo de jornais em prejuízo do próprio jornal que se queixava, então era o queixoso que tinha de demonstrar que o Governo Regional o fazia. Foi isso que foi dito. Aliás, é um princípio do direito, não tem nada de anormal nem de especial. Foi com esse pressuposto que a ERC fez o seu trabalho.

Aliás, a ERC, no fim do seu trabalho, ou durante o seu trabalho, melhor dito, achou que, além dos dados relativos ao Governo Regional, devia pedir também, uma vez que se estava a tratar de um jornal que tinha como área de difusão sobretudo o concelho de Ponta Delgada, os dados da Câmara Municipal de Ponta Delgada, em termos de gastos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É uma obsessão!

O Orador: Mas é isso que está lá! O senhor está a rir-se, porque eu falei na Câmara Municipal de Ponta Delgada, mas é o que está na deliberação da ERC! O senhor é que trouxe a deliberação aqui! Só queria a parte boa, agora vai ter de ouvir a parte boa e a parte má! E a parte má é que a ERC pediu à Câmara Municipal de Ponta Delgada dados sobre esta matéria e a Câmara Municipal de Ponta Delgada não os terá fornecido, porque a ERC diz exactamente a mesma coisa: o que diz para o Governo, diz para a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Mais: depois, quando conclui, conclui no sentido de dizer que é preciso que existam critérios de distribuição de publicidade institucional, que evitem simultaneamente a disparidade de actuação entre a administração central e a administração autárquica. A própria ERC faz o comparativo e chega à conclusão de que o que se passa num lado se passa no outro e que, se há algum...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o que tem uma coisa a ver com a outra?

O Orador: Isto tem a ver com o facto de, primeiro, o que o Sr. Deputado Clélio Meneses tenta provar aqui, não se prova; e segundo...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Estamos aqui a discutir o Governo. O senhor peça à Sra. Deputada Isabel, que é deputada municipal, que leve o assunto à câmara municipal.

O Orador: ...o que se passa com o Governo, passa-se com as autarquias, nomeadamente com a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Portanto, se a crítica é feita ao Governo, pode ser generalizada à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Depois, outro esclarecimento importante a fazer...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Está no uso da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência. Faça favor de continuar.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Outro esclarecimento importante a fazer: disse o Sr. Deputado Clélio Meneses que eu, em comissão, disse que o Governo de imediato podia ceder os dados da publicidade institucional. E, com base nisso o senhor, ou o Grupo Parlamentar do PSD, convenceu-se que de imediato queria dizer que a qualquer momento, em qualquer circunstância, dava logo os dados.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu disse a qualquer momento.

O Orador: O que eu disse foi: a qualquer momento, é possível que me peçam e é possível que se desencadeiem os procedimentos necessários para apurar e transmitir e é isso que nós estamos a fazer. O senhor apresentou um requerimento pedindo esses dados em nome do Grupo Parlamentar...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual foi a data do requerimento?

O Orador: ...que não é extemporâneo! É extemporâneo, esse requerimento? Há quanto tempo é que o senhor apresentou esse requerimento? Está fora de prazo, a resposta? Não está!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que disse a qualquer momento!

O Orador: Qual é a figura que o senhor conhece de requerimento urgente, ou imediato? Onde está essa figura? Isso não existe!

Portanto, está a ser dada resposta nos prazos normais, nos prazos regimentais, de acordo com o que está estipulado e tendo em atenção que o Governo tem de responder e já respondeu, nesta Legislatura, a quase trezentos requerimentos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Os senhores estão aí é para isso.

O Orador: É nessa base que o seu vai ser respondido, porque não é diferente dos outros, nem é mais urgente, nem menos urgente. Portanto, terá a sua resposta na altura certa e fará com ela o que entender.

Para terminar, o Sr. Deputado deu aqui uma ideia de que, quando o PSD teve uma iniciativa nesta área, era uma iniciativa justíssima, cheia de transparência, óptima, apreciada por toda a sociedade açoriana. Eu vou ler-lhe...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Acabei de dizer que tinha deficiências. O senhor não é sério.

O Orador: Eu vou ler-lhe o que disse na altura um jornal, o Jornal dos Açores, sobre o tipo de iniciativa que o PSD apresentou.

Deputados Cláudio Almeida e Clélio Meneses (PSD): Qual é o jornal?

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Jornal dos Açores, penso eu.

O Orador: Disse que era uma espécie de igualitarismo soviético, veja lá! Uma iniciativa do PSD era uma espécie de igualitarismo soviético. Atendendo a que temos agora uma iniciativa do PCP, está tudo dito sobre o valor da vossa iniciativa. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(* Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para, na sequência das intervenções anteriores do Sr. Deputado Aníbal Pires e, mais proximamente, do Sr. Deputado Artur Lima, confirmar aquilo que aqui foi dito na perspectiva de que, efectivamente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em conferência de líderes – conforme, aliás, anunciou em comunicação social, durante o mês passado –, teve a oportunidade de propor o estabelecimento de tempos globais para a discussão, concretamente de projectos de resolução que venham à discussão nesta câmara. Esta nova proposta foi, de uma maneira geral, objecto de boa receptividade, sendo certo que a generalidade dos

grupos parlamentares também solicitou mais algum tempo para melhor a considerar e ponderar.

Naturalmente, como é bom de ver, tal não teria acontecido se, porventura, tivesse havido aqui algum acordo entre o Partido Socialista e algum outro partido nesta câmara. Esta iniciativa não foi – podia ter sido, não vinha daí mal ao mundo, mas não foi, efectivamente – objecto de qualquer acordo prévio relativamente à discussão e conversa que tivemos em conferência de líderes.

Aproveitava para dizer que esta nossa proposta – e já agora, que o Sr. Deputado Aníbal Pires se vem queixar das propostas do Partido Socialista, deixar claro perante esta câmara – atribui a uma representação parlamentar pouco menos de metade do tempo que deixa atribuído a este grupo parlamentar com trinta deputados. Também deixar absolutamente claro que a proposta foi feita no espírito do nosso Regimento e, portanto, com toda a democraticidade que está subjacente às decisões que tomamos na Assembleia Legislativa Regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não vou, obviamente, eternizar esta questão, mas fica aqui claríssimo, límpido...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não fica, não!

O Orador: ...tal como nas palavras do Sr. Deputado Helder Silva, que não houve nenhum acordo entre o CDS e o PS para diminuir quaisquer tempos que sejam.

Portanto, fica mal o Sr. Deputado Aníbal, que fez uma acusação que foi prontamente desmentida pelo Sr. Deputado Helder Silva e por mim próprio. É isto que ofende a dignidade desta casa, é isto que ofende a dignidade deste Parlamento.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado Aníbal Pires: deve pelo menos ter a humildade de reconhecer que se excedeu e que errou nessa sua afirmação. Pedir desculpa é próprio dos homens grandes.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós não podemos fazer aqui dois debates paralelos, temos de fazer um. Temos de fazer o debate que tem a ver com a nossa iniciativa. Realmente, até parece que temos tempo a mais, para nos darmos a esse

luxo, e isso não é verdade. Creio que também uma boa maneira de defender que haja tempos razoáveis para todos é, exactamente, usar o tempo para aquilo a que ele é concedido.

Faltam, no meu relógio, dois minutos para as oito, vamos terminar.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Mas dois minutos não chegam, com certeza, para a sua intervenção. Promete-me que dá?

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(* Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha segunda intervenção...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E agora, quem quiser responder ao Sr. Deputado, como é que faz? Fica para amanhã?

O Orador: Sr. Presidente, há sempre um último que fala. Por acaso, calhou-me hoje a mim, mas o Sr. Secretário quer ser sempre o último a falar.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Posso? Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para esclarecer duas ou três questões, de forma muito rápida.

Só falei uma vez sobre este assunto e, sobre este assunto em concreto, é a minha segunda intervenção. Gostaria de utilizar o tempo especificamente sobre aquilo que nos ocupa e para esclarecer três ou quatro questões que foram aqui referidas.

Primeira questão: no âmbito da audição ao Sr. Secretário Regional na Comissão de Assuntos Parlamentares, o Sr. Secretário Regional disse que a qualquer momento poderia fornecer os elementos. O PSD solicitou em sede de comissão que esses elementos fossem fornecidos. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra essa proposta do PSD. Logo, não houve informação do Governo sobre esta matéria.

Segunda etapa do processo: o PSD solicitou ao Governo Regional que fornecesse esses elementos, através de requerimento. Tendo em conta que tinha sido informado que a qualquer momento poderiam ser fornecidos elementos, entendemos que era possível chegarem a esta casa neste momento. O que é certo é que, na segunda etapa do processo, os elementos não chegaram, não houve informação sobre esta matéria.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual é a data do requerimento? Diga, qual?

O Orador: Curioso é que se nota, pelas palavras do Sr. Secretário Regional, que o Governo Regional dos Açores não sabe as contas da sua casa. Precisa deste tempo todo para saber quanto gasta em publicidade institucional, é a conclusão sobre este processo.

Terceiro aspecto sobre esta dimensão: da entidade reguladora da comunicação social, vou voltar a citar aquilo que o Sr. Secretário Regional, por mais de uma vez, disse que não era verdade. Vou citar um texto concreto.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Consigo não vale a pena!

O Orador: Sr. Secretário, ouça! É um sinal de respeito e democracia ouvir os adversários! Pode não ter esse hábito, mas tem de passar a tê-lo!

Eu vou citar o texto da entidade reguladora da comunicação social: “O Governo Regional não possui informação concreta sobre as quantias contratadas a pagar a título de publicidade institucional”. É isto que está dito.

Mais grave do que isto tudo e para concluir, Sr. Presidente, é esta coisa extraordinária: estamos no Parlamento dos Açores, o Sr. Secretário Regional é membro do Governo Regional dos Açores, eu sou deputado regional ao Parlamento dos Açores e este Partido Socialista e esta maioria, quando estão “à rasca”, atiram-se logo para a sua obsessão doentia, que é a Câmara Municipal de Ponta Delgada, como se a Câmara Municipal de Ponta Delgada tivesse alguma coisa a ver com este debate!

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): 5,4 milhões de dívida!

O Orador: O senhor já foi membro da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, agora não é! O senhor resolva esse problema com o seu partido, que não o escolheu para essa lista, mas não traga para aqui o debate da Assembleia Municipal de Ponta Delgada!

Mais grave do que isto tudo, muito mais grave do que isto tudo é a mentira, é dizer que o relatório da entidade reguladora fala na Câmara Municipal de Ponta Delgada, quando não fala!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não fala o quê?

O Orador: A verdade é que esse relatório fala em *câmaras* e diz, por erro, distrito de Ponta Delgada. Ora, câmaras e distrito de Ponta Delgada não existem! Isto é, pode obviamente entender-se que são as várias câmaras da Ilha de São Miguel, as várias câmaras do ex-distrito de Ponta Delgada.

Deputado Domingos Cunha (PS): O que é isto, Sr. Presidente?

O Orador: Em nenhum momento, são sete câmaras, em nenhum aspecto, em nenhum parágrafo, em nenhuma frase daquele relatório se diz, explicitamente, Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Mas, mesmo que dissesse, estamos no Parlamento dos Açores e o Sr. Secretário Regional, se não consegue responder às perguntas...

Deputado Domingos Cunha (PS): Isto é uma vergonha, é vergonhoso.

O Orador: ...que legítima e democraticamente os deputados dos Açores lhe colocam, na qualidade de governante do Governo Regional dos Açores, se não consegue responder a essas perguntas, Sr. Secretário Regional, fica-lhe muito mal, fica muito feio. Sobretudo, revela um preconceito e um medo enormes relativamente à Câmara Municipal de Ponta Delgada e à sua Presidente, a Dra. Berta Cabral, quando, por qualquer motivo, o que tem a falar, quando “está à rasca” sobre qualquer assunto, é a Câmara Municipal de Ponta Delgada!

É isto que revela a sua postura e a sua atitude neste Plenário, sobre um assunto com esta importância, em que o senhor não conseguiu responder a uma única questão!

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Presidência pede a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para a defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem três minutos, Sr. Secretário.

(* Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para a defesa da honra, porque um Sr. Deputado me chamou mentiroso e eu não lhe admito. E vou demonstrar...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Disse! Chamou-me mentiroso! O senhor chama as coisas, depois tenha a hombridade de responder por elas! O senhor chamou-me mentiroso e eu vou demonstrar-lhe, com gráficos, que não sou mentiroso.

O que diz aqui, num gráfico, é: “distribuição da publicidade institucional em Ponta Delgada”, não é distrito de Ponta Delgada! Não existe distrito de Ponta Delgada, Sr. Deputado!

Deputado Clélio Meneses (PSD): No texto, está!

Deputado António Marinho (PSD): Leia o texto, Sr. Secretário!

O Orador: Não existe, e a ERC sabe que não existe distrito de Ponta Delgada.

Além do mais, se o senhor vir os valores, percebe perfeitamente que estes valores não agregam investimentos de sete câmaras, Sr. Deputado. Estes valores são investimentos em Ponta Delgada, feitos pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, em publicidade institucional.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor faltou à verdade!

O Orador: Não faltei à verdade, não! Estou a provar-lho!

O senhor não quer saber! Se eu o estou a provar, não é a si, que já não vale a pena. Estou a provar aos açorianos que não sou mentiroso, que estou aqui com a mesma legitimidade que o Sr. Deputado e que não lhe admito que me trate dessa maneira.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Se for para falar de tratamentos, temos muito que falar.

O Orador: Portanto, foi a última vez que o senhor me chamou mentiroso sem provas!

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, tem três minutos.

(* Deputado Clélio Meneses (PSD): Um protesto muito rápido para, apenas e só, lamentar que o Sr. Secretário Regional continue a pôr na boca dos outros aquilo que não é dito.

O que eu disse, obviamente, e repito foi que aquilo que o Sr. Secretário disse era mentira. Obviamente que não chamei mentiroso a ninguém, porque nunca chamo, não faz parte da minha postura. Para que fique claro, não disse isso.

Fica mais uma vez muito mal, fica mais uma vez muito feio o Sr. Secretário Regional tentar pôr na boca dos outros aquilo que o senhor queria que tivessem dito. Fica feio, não é verdade! É mentira, porque em nenhuma parte daquele relatório, em nenhum momento, em nenhum parágrafo se diz Câmara Municipal de Ponta Delgada. Não está lá escrito! É esta a verdade!

Por isso, quando alguém diz algo que não é verdade, é mentira. Foi isso que disse, Sr. Secretário Regional. Eu não chamo nomes a ninguém, ao contrário do que, lamentavelmente, nesta casa já aconteceu, inclusive relativamente à minha pessoa.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos. Passámos um bocadinho para além das oito. Vou pedir aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência o favor de se acercarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar o nosso debate, tendo-se acordado o seguinte: cada Grupo ou Representação Parlamentar fará uma última e única intervenção de três minutos sobre este diploma. Depois passamos para a votação na generalidade.

Assim sendo, vou atender, para já, às inscrições que tenho.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta última intervenção será necessariamente muito breve, só para deixar registada a nossa posição em relação a esta questão.

A iniciativa do PCP de trazer este assunto a discussão é meritória, faz todo o sentido.

Segundo ponto: considero que as alterações que foram introduzidas pelo Partido Socialista desvirtuam a proposta em questão, que, nesse sentido, poderá ser contraproducente.

Portanto, queria deixar estas ideias e, para que o Plenário possa continuar em tempo útil, termino a minha intervenção com esta síntese final.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação:

Apenas para me congratular pelo facto de esta câmara ir aprovar um diploma que, pela primeira vez nos Açores, pretende introduzir regras de transparência na atribuição da publicidade institucional, acabando assim ou, pelo menos contribuindo para que as especulações que se mantêm relativamente à matéria possam acabar e as posições que possam vir a ser tomadas sobre este assunto se fundamentem e se fundem em informação disponibilizada publicamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar para a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o Projecto apresentado foi rejeitado, com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos entrar agora na especialidade.

Para o artigo 1.º há uma proposta de alteração advinda da comissão e subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vou colocar à votação esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 28 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Aprovada a proposta de alteração, vamos votar agora a parte restante do artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado, com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP, 16 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada para o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada, com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a parte restante do artigo 2.º, que é a epígrafe.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Se não houver oposição da câmara, vamos votar agora em conjunto as propostas de alteração, vindas da comissão, para os artigos 3.º, 4.º e 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas, com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 3.º e os artigos 6.º e 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 16 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Segue-se o ponto – **Pedido de autorização para inquirição, na qualidade de testemunha de defesa, do Deputado José de Sousa Rego, apresentado pela Inspeção Regional de Educação, no âmbito de processo disciplinar.**

Conforme consta do relatório, o deputado concorda em ser ouvido por escrito. Não tem nada a ver com o exercício das funções de deputado.

Portanto, vamos votar este relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora uma deliberação: “A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Abril”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa noite a todos e até para o mês que vem.

(Eram 20 horas e 17 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Herberto Santos da Rosa

Paula Cristina Dias Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

Cláudio Borges **Almeida**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Pela redactora, Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.